

# VII ENEDIM



Encontro Nacional de Estudos Dirigidos  
para Mulheres

Anais

14 e 15 de Maio de 2013  
Brasília - DF



# VII ENEDIM



## VII Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (ENEDIM)

ANAIS  
Centro Cultural Taguaparque  
14 e 15 de Maio de 2013  
Brasília - DF

### REALIZAÇÃO

Secretaria  
da Mulher



Secretaria de  
Políticas para  
as Mulheres

Ministério da  
Educação



## Realização

**Presidência da República Federativa do Brasil**  
**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

**Instituto Federal de Brasília**

Reitor

Wilson Conciani

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Luciana Massukado

Pró-Reitor de Extensão

Giano Luís Copetti

Pró-Reitor de Ensino

Nilton Nélio Cometti

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Rosane Cavalcante de Souza

Pró-Reitor de Administração

Valdelúcio Pereira Ribeiro

Diretora do Núcleo de Comunicação Social

Sandra Maria Branchine

Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

Anderson da Silva Costa

*Campus* Taguatinga Centro do IFB

Diretor

Eduardo Dias Leite

**Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**

Ministra

Eleonora Menicucci

Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Vera Lúcia Lemos Soares

**Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM/DF)**

Secretária

Olgamir Amância Ferreira

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Lara Batista Botelho CRB - 2434

E56a Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (7. : 2013: Brasília, DF)

Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (ENEDIM), Brasília (DF), 14 e 15 de maio de 2013, Brasília, Brasil. / Luciano Pereira da Silva, Wákila Nieble Rodrigues de Mesquita, organizadores. \_ Brasília : Editora do IFB, 2014.

117 p. : il. ; 29,7 cm.

ISSN 9788564124271

1. Mulheres - Ciência. 2. Inclusão digital - Mulheres. 3. Direitos humanos. 4. Parto. 5. Políticas públicas - Mulheres. 6. Mulheres prisioneiras. 7. Violência contra mulheres. 8. Lazer - Mulheres. 9. Feminismo. 10. Envelhecimento - Homossexualismo - Mulheres. I. Silva, Luciano Pereira da, org. II. Mesquita, Wákila Nieble Rodrigues de, org. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. IV. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. V. Título.

CDU 305-055.2

O Instituto Federal de Brasília, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal agradecem ao Instituto Federal de Mato Grosso o convite e o apoio para que o VII Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (ENEDIM) fosse realizado em Brasília.

EDITORA



### **Conselho Editorial**

Carlos Cristiano Oliveira de Faria Almeida  
Cristiane Herres Terraza  
Francisco Nunes dos Reis Júnior  
Gabriel Andrade Lima de Almeida Castelo Branco  
Gustavo Abílio Galeno Arnt  
José Gonçalo dos Santos  
Juliana Rocha de Faria Silva (presidente)  
Kátia Guimarães Sousa Palomo  
Luciano Pereira da Silva  
Luiz Diogo de Vasconcelos Junior  
Marco Antônio Vezzani  
Reinaldo de Jesus da Costa Farias  
Renato Simões Moreira  
Sheila Soares Daniel dos Santos  
Tatiana de Macedo Soares Rotolo  
Vanessa Assis Araujo  
Vinicius Machado dos Santos

### **Coordenação de Publicações**

Juliana Rocha de Faria Silva  
Produção Executiva  
Sandra Maria Branchine  
Editoração  
Wákila Nieble Rodrigues de Mesquita  
Diagramação e Projeto Gráfico  
Dianne Freitas  
Jandecleudson Monteiro da Silva

### **Contatos**

Editora IFB  
Reitoria - SGAN Quadra 610, módulos D, E, F e G  
C.E.P.: 70860-100 Brasília – DF  
www.ifb.edu.br  
Fone: +55 (61) 2103-2108  
editora@ifb.edu.br

### **Organização dos Anais**

Luciano Pereira da Silva e Wákila Nieble Rodrigues de Mesquita

### **Revisão dos relatos**

Sheyla Villar Fredenhagem e Jane Christina Pereira

### **Organização**

Comissão Científica  
Jane Christina Pereira (IFB)  
Fernanda Ribeiro Queiroz de Oliveira (IFB)  
Luciano Pereira da Silva (IFB)  
Renisia Cristina Garcia Filice ( GEPPIERG/UNB)  
Karla Sanches Valente Ribeiro (SEM/ DF)  
Camila Rodrigues da Fonseca (IFB)

### **Comissão Organizadora**

Instituto Federal do Mato Grosso  
Gislaine Crepaldi

Instituto Federal de Brasília  
Ana Paula Santiago Seixas  
Bianca Reis da Silva Feistler  
Clarice Barbosa Vieira  
Eduardo Dias Leite  
Graciela Ramos  
Harianna Gonçalves Lacerda  
Kamilla Fernanda da Costa Queiroz  
Sandra Maria Branchine  
Sarah Fragoso Braga  
Sheyla Villar Fredenhagem  
Waléria Silva  
Wákila Nieble Rodrigues Mesquita

Governo do Distrito Federal  
Kátia Regina S. da Silva

Realização do VII Enedim  
Instituto Federal de Brasília – IFB  
Instituto Federal do Mato Grosso  
Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal  
Secretaria da Mulher da Presidência da República.

Direitos autorais reservados: 2013 Editora IFB.

É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

**9 APRESENTAÇÃO**

**ARTIGOS**

**13** Passagens de Marie Curie pelos livros didáticos: um estudo sobre gênero e história da ciência no ensino de Química

**20** A química no Programa Mulheres Mil de Açailândia-MA: um estudo sobre a composição química do leite materno e as práticas de amamentação

**28** A inclusão digital no Programa Mulheres Mil - *Campus* Gama

**34** Prostituição feminina no contexto de Direitos Humanos: uma análise documental

**42** Grupos de apoio ao parto: a experiência do Ishtar Brasília

**49** Práticas Escolares e Cultura Política Feminista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no Brasil (2004-2007)

**58** Prisão e Loucura: uma narrativa de mulheres em medida de segurança no Distrito Federal

**68** Mulheres Vítimas De Violência: Relatos Da Experiência Profissional Enquanto Assistente Social Junto Ao Centro De Referência Especializado De Assistência Social

**76** O Rugby como conteúdo de feminismo no IF Sertão-Pe

**85** Considerações sobre o envelhecimento de mulheres homossexuais

**93 MESA DE RELATOS**

**110 PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO EVENTO**





---

# 1. APRESENTAÇÃO



Seis meses depois de concluído o VII Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (Enedim), o Campus Taguatinga Centro, por meio de sua Coordenação de Pesquisa e Extensão, (CDPE) e com apoio da Editora IFB e do Núcleo de Comunicação Social (NUCS), especialmente da Coordenação de Eventos e do setor de revisão, disponibiliza, agora, os anais do evento.

Essa “aventura” à qual se lançou essa unidade do IFB, sediada na periferia de Brasília, exigiu muito trabalho. Inicialmente, a ideia era produzir apenas um caderno de resumos e haver apresentação de trabalhos e mesa de relatos; entretanto, a CDPE julgou que as pesquisas desenvolvidas e apresentadas no seminário, como comunicações orais e mesas de relato, não poderiam depender apenas da oralidade, que se perde no tempo com mais facilidade.

Por isso, a ideia de registrar as pesquisas e disponibilizá-las de forma gratuita na Rede Mundial de Computadores. Essa decisão está embasada no princípio de que a ciência não é um bem privado, especialmente quando financiado com recursos públicos. Vale ressaltar que, mesmo a ciência produzida no que se denominou de setor “privado”, tem, segundo Manuell Castells, forte investimento estatal, mesmo nos Estados Unidos, símbolo maior da livre iniciativa.

### **Enedim**

Neste espaço, o Campus Taguatinga Centro coloca à disposição da comunidade os anais do VII Enedim, o Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres, que tem como objetivo ser um lugar de encontro e de trocas de experiências entre pessoas dedicadas à pesquisa ou a qualquer trabalho relacionado à mulher brasileira.

Com a troca de resultados ou com novas propostas de iniciativas de trabalhos e/ou políticas públicas relacionados à mulher, o encontro visa dar espaço às pesquisas concluídas, pesquisas em andamento e às experiências trazidas por diversos setores e agentes sociais.

### **Os principais objetivos são:**

- difundir as atividades investigadoras acerca das questões mulher e gênero;
- suscitar o interesse para novas investigações e arrecadar propostas a partir das necessidades apresentadas pelos diversos agentes sociais;
- compartilhar as pesquisas já concluídas e/ou em andamento no Brasil sobre mulheres, dentro dos Institutos e Universidades Federais;
- discutir sobre a necessidade de introdução da perspectiva de gênero nas investigações e na prática docente, no comportamento diário e nas políticas públicas;
- propor um intercâmbio de experiências de pesquisa e de trabalho com a dimensão de gênero nos diversos campos de conhecimento;
- promover um aprofundamento do conhecimento das implicações dos resultados das pesquisas sobre estudos de gênero na atividade acadêmica;
- contribuir para a divulgação das pesquisas e das colaborações que os institutos e as universidades federais do Brasil realizam nesse âmbito;
- congregar os diversos tipos de associações relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil;
- apresentar trabalhos que promovam a geração de renda para a mulher brasileira, que tenham como objetivo robustecer sua independência financeira.



---

## 2. ARTIGOS



## PASSAGENS DE MARIE CURIE PELOS LIVROS DIDÁTICOS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E HISTÓRIA DA CIÊNCIA NO ENSINO DE QUÍMICA

*André Gondim do Rego*

*Evelynne Katriny Silva de Sousa Miranda*

*Fernando Luiz Conceição Alves*

*Fabírcia Sarmento Sales*

*Instituto Federal de Brasília – IFB*

### RESUMO

O texto discute as passagens da cientista Marie Curie em livros didáticos de química indicados no *Guia de livros didáticos: PNL D 2012*, sob a perspectiva da história da ciência e da relação entre gênero e ciência. Embora se trate de pesquisa parcial, é possível identificar elementos que corroboram as preocupações de uma abordagem contemporânea da história da ciência, mas também um significativo silenciamento a respeito das particularidades que envolvem a trajetória de vida de Marie Curie e sua atuação como cientista.

**Palavras-chave:** Marie Curie; Livro Didático; Ensino de Química.

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa iniciada em março de 2013 no âmbito do *Laboratório de Estudos em Educação, Ciência, Tecnologia e Sociedade – LECTS*, do Instituto Federal de Brasília, *campus* Gama. Conciliando preocupações (inter)disciplinares diversas (educação química, sociologia e história da ciência), a mesma vem sendo orientada por um professor da área de ciências sociais e executada por três voluntários de iniciação científica do curso de Licenciatura em Química do referido *campus*. O objetivo do texto é discutir, com base em dados parciais, as passagens de Marie Curie pelos livros de ensino médio de Química indicados no *Guia de livros didáticos: PNL D 2012* (BRASIL, 2011), de maneira a caracterizar como esta cientista e suas contribuições são aí representadas a partir de uma descrição histórica da ciência e da perspectiva de gênero.

Por sua grande contribuição para o conhecimento sobre a radioatividade e a identificação de novos elementos químicos (o rádio e o polônio), bem como por ser a primeira cientista a ganhar dois Prêmios Nobel (um na Física e outro na Química), Marie Curie é importante figura tanto para a história da química, como na discussão sobre gênero e ciência. Este último aspecto, contudo, costuma ser obliterado pelo próprio caráter superficial que marca boa parte da descrição histórica da ciência presente nos livros didáticos.

Sua trajetória articula a condição de ter nascido mulher em uma sociedade em que os homens dominavam o espaço público – notadamente o científico (entre outras *primeiras vezes*, ela foi a primeira mulher a ganhar um diploma de física e a ser nomeada professora na Sorbone); isto, em um contexto nacional de submissão aos interesses políticos e sociais de um estado-nação usurpador (pois cresceu em meio a uma Polônia destruída pelo domínio russo); contexto este que teve impacto direto sobre as condições de vida de sua família (seu pai, que era professor de ciências, foi obrigada a lecionar apenas em pequenas escolas ginasiais); e, portanto, sobre os caminhos de sua educação escolar e acadêmica (os poucos recursos familiares exigiram que trabalhasse por oito anos até que conseguisse juntar dinheiro para ingressar numa das poucas faculdades que já aceitavam mulheres) (GOLDSMITH, 2006). Mas as poucas passagens que se constataam nos livros didáticos sobre Marie Curie se referem a ela como a qualquer outro cientista (homem) de sua época – divulgando uma imagem bastante distorcida das relações de gênero que marcaram sua vida.

Porém, no que diz respeito à superficialidade histórica dos livros didáticos relativa a este desenvolvimento, as mulheres cientistas não detém nenhum privilégio. Segundo Vidal & Porto (2012), no que se refere aos cientistas em geral e suas “descobertas”, as descrições históricas nestes livros costumam ser bastante “simplistas”. Tendo em vista a importância do livro didático no ensino médio, o efeito desta descrição “simplista” seria a consolidação de uma percepção da ciência como algo descontextualizado e, portanto, socialmente “neutro” em relação à sua produção e aplicação – ideia que vai de encontro à sua visão como construção humana situada historicamente, tal como é assumido pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 2000). Ora, considerando os processos socioculturais que excluíram ou invisibilizaram a contribuição de mulheres para o desenvolvimento científico, não constitui surpresa o fato de representarem uma minoria no universo desta descrição “simplista”. Contudo, vale problematizar se as descrições relativas a elas, além de “simplistas”, também não **minimizam** seu lugar na ciência ou **silenciam** sobre sua importância para a discussão sobre as desigualdades de gênero neste âmbito.

## 2. ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O *Guia de livros didáticos: PNLD 2012* (2011) indica, para a área de química, cinco livros. São eles 1) *Química: meio ambiente, cidadania, tecnologia*, de Martha Reis; 2) *Química*, de Eduardo Mortimer e Andréa Machado; 3) *Química na abordagem do cotidiano*, de Francisco Peruzzo e Eduardo Canto; 4) *Química Cidadã*, de Wildson Santos e Gerson Mól; e 5) *Ser protagonista: Química*, de Julio Cesar Lisboa. Todos possuem três volumes. Para esta etapa inicial da pesquisa, contudo, foram analisados apenas os livros adotados pelas escolas públicas da cidade do Gama, no Distrito Federal. Esta adoção corresponde aos três últimos livros da lista. No que se refere ao livro *Ser protagonista: Química*, no entanto, não foi possível realizar a verificação das passagens relativas a Marie Curie em seu volume 2 por falta de acesso ao material – falta esta que deverá ser sanada com a continuidade da pesquisa. Uma



vez que nos demais volumes analisadas as principais passagens sobre Marie Curie ocorrem nas unidades relativas à química nuclear, e que neste último livro tal tópico está presente justamente no volume faltante, aqui não será possível tecer considerações mais cabais sobre o tratamento histórico e de gênero na obra de Julio Cesar Lisboa.

O parâmetro para discutir a perspectiva histórica expressa nos livros também é fornecida pela análise de VIDAL & PORTO (2012). De forma geral, tal análise envolve quatro dimensões históricas que aqui serão discriminadas como: **descrição sobre a vida dos cientistas** (contexto e suas implicações para a produção científica); **abordagem das ideias científicas** (tratamento na perspectiva da “descoberta” ou da construção); **visão de desenvolvimento científico** (que pode ser visto como certo e linear ou controverso e descontínuo); e de **sua produção** (que pode ser vista como coletiva ou excessivamente individual). Os parâmetros concernentes às relações de gênero dizem respeito à forma como os livros expressam as interações cultivadas entre Marie Curie, seu marido Pierre, também cientista, e o meio científico em geral.

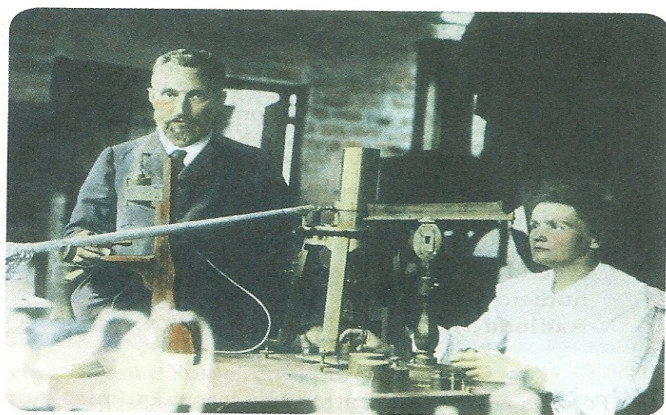
### 3. ANÁLISE PARCIAL DOS LIVROS DIDÁTICOS

Dentre os três volumes do livro *Química na abordagem do cotidiano* foram constatadas duas passagens consecutivas sobre Marie Curie, ambas no volume 2. Na página 324 se encontra o seguinte texto:

No final de 1897, a polonesa Marie Sklodowska **Curie passou a se interessar pelo fenômeno descoberto por Becquerel**. Em abril de 1898, ela já havia percebido que, além do urânio, outro elemento conhecido, o tório, também emitia os **misteriosos raios**. Começou, então, a **suspeitar da existência de elementos radioativos desconhecidos**. Em julho do mesmo ano, **com a ajuda do marido**, o físico francês Pierre Curie **descobriu um novo elemento que chamou de polônio**. Alguns meses depois, **ambos descobriram um elemento ainda mais radioativo ao qual deram o nome de rádio** [Grifos nossos].

Os trechos em negrito se referem a pontos importantes para a análise da dimensão histórica e/ou de gênero. O primeiro deles, por exemplo, (“Curie passou a se interessar pelo fenômeno descoberto por Becquerel”) permite destacar o caráter coletivo da produção científica em oposição a uma ideia de produção individual e isolada da ciência. Em seguida, o texto fala de “misteriosos raios” e da “suspeita da existência de elementos radioativos desconhecidos”. Tal passagem remete ao caráter hipotético e tentativo da prática científica, dando margem a diversas conjecturas e controvérsias. Referir-se à “ajuda do marido” constitui, do ponto de vista dos realizadores desta pesquisa, um ponto forte na escrita de Francisco Peruzzo e Eduardo Canto, pois destaca o papel central de Marie Curie na atividade científica – e não como uma auxiliar do homem-cientista. Por fim, embora se utilizando da imagem da “descoberta” (o que sugere uma natureza pronta para ser desvelada pelo cientista – e não como algo cons-

truído por seu olhar), além do retorno à indicação de uma produção coletiva da ciência, é destacado o papel inovador de um e outro Curie.



A segunda passagem, envolve uma imagem dos Curie no laboratório. Embora Pierre se encontre de pé enquanto Marie está sentada (o que poderia sugerir algum tipo de hierarquia entre ambos na divisão do trabalho laboratorial), a concentração de Marie diante do experimento não deixa dúvidas sobre seu engajamento científico. Tal percepção não deixa de ser reforçada pela legenda que acompanha a figura: “Pierre Curie, Prêmio

Nobel em 1903, e Marie Sklodowska Curie, Prêmio Nobel em 1903 e em 1911. Casal em seu laboratório em 1900”. Mais uma vez, mas agora a partir de uma linguagem diferente da anterior (a imagem), os autores de *Química na abordagem do cotidiano* conseguem expressar uma descontinuidade em relação ao senso comum da participação feminina na ciência.

No livro *Química Cidadã* ocorrem quatro passagens relativas a esta cientista: três no volume 1 e a outra no volume 3. No primeiro volume deste livro, a página 83 traz uma figura de Marie Curie sozinha em seu laboratório, associada à seguinte legenda: “Marie Curie (1867-1934) em seu laboratório. O conhecimento que temos sobre a radiação deve-se, em grande parte, às **arriscadas experiências que custaram a saúde dessa dedicada cientista polonesa**” [Grifos nossos]. Neste caso, a exaltação da importância de Marie enquanto cientista é justaposta ao risco à saúde envolvido na manipulação de materiais radioativos. É curioso que, na única imagem em que



esta aparece sozinha, sua importância científica esteja associada a um elemento daninho.



Na página 180, por sua vez, temos tanto uma nova imagem dos Curie, agora como um simples casal passeando com suas bicicletas e ar distraído, como um parágrafo um pouco mais extenso onde, inicialmente, o “casal” e, logo em seguida, um e outro deles, são apresentados como árduos trabalhadores da ciência, como identificadores

(não exatamente “descobridores”) de novos elementos, e esforçados experimentadores – ainda que nem sempre seus experimentos fossem conclusivos.

O conhecimento sobre radioatividade avançou ainda mais com **as pesquisas do casal de químicos** Marie (1867-1934) e Pierre Curie (1859-1906). A polonesa Marie Curie e seu marido, o francês Pierre Curie, trabalharam arduamente com minérios que emitiam uma radiação muito intensa e **puderam identificar a existência de novos elementos químicos** cujo átomos eram bastante radioativos: o rádio (Ra) e Polônio (Po). Apesar de todo o esforço dos pesquisadores, eles **não puderam explicar a origem da radiação emitida por esses elementos**. O segredo estava escondido na própria estrutura da matéria, ou seja, a origem da radiação relaciona-se à estrutura do átomo. Só que isso eles **ainda não tinham condições de demonstrar com os conhecimentos conquistados até então**. Nessa época, já se sabia que o átomo não era exatamente como previa a teoria atômica de Dalton: uma esfera maciça e indivisível. Mas os novos modelos também não explicavam o fenômeno da radioatividade [Grifos nossos].

Por sua vez, o volume 3 deste livro de Wildson Santos e Gerson Mól, apresenta nas páginas 313 e 314, mais um texto referente às pesquisas sobre radioatividade conduzidas por Marie Curie, Pierre Curie e Henri Becquerel, o orientador de Marie em seu doutorado; bem como uma imagem dos três referente à premiação conjunta do Nobel em Física, no ano de 1903. Embora esta imagem se limite a equiparar os componentes do trio em relação à “descoberta da radioatividade espontânea”, o texto que a precede põe em relevo toda a articulação entre acaso, dedicação minuciosa, divisão do trabalho científico, identificação de propriedades e nomeação de elementos (um deles, ligado a um forte componente da trajetória de vida de Marie – sua relação com a terra natal) que perpassa o processo de produção científica.

Becquerel (1852-1908) resolveu testar a possível emissão de uma radiação semelhante por uma substância fosforescente de urânio. **Acidentalmente, descobriu que tal substância emitia radiação espontaneamente** e não radiação absorvida de raios solares, por exemplo. **Estudando detalhadamente** outras substâncias, **constatou que qualquer substância de urânio possuía essa propriedade**. Ele **sugeriu à sua aluna de doutorado**, a polonesa Marie Sklodowska Curie (1867-1934), **que estudasse um minério** de urânio chamado pechblenda ou uranita (UO<sub>2</sub>). Esse minério apresentava uma quantidade de radiação consideravelmente maior que os demais minérios já estudados.

**Marie Curie**, conhecida por Madame Curie, e seu marido, Pierre Curie (1859-1906), **trabalharam com 1400 litros do minério** e isolaram átomos de dois elementos químicos até então desconhecidos. Ao primeiro, que é cerca de 400 vezes mais radioativo que o urânio, **deram o nome de rádio**, por ser o mais radioativo. E ao outro, cerca de 60 vezes mais radioativo que o urânio, **deram o nome de polônio em homenagem à terra natal**.

**Mesmo concentrando grande esforço** nisso, **Becquerel, Marie e Pierre não conseguiram explicar a origem da radiação** emitida pelos átomos dos elementos citados.





Vê-se que, no que se refere ao uso de imagens, aquela presente no primeiro dos livros analisados tem um potencial muito mais vigoroso para a problematização das relações de gênero existentes à época da produção científica de Madame Curie que essas do livro *Química Cidadã*. Já os textos, embora abordem várias dimensões da historiografia da ciência, deixam a desejar no que se refere à discussão do contexto em que viveu a cientista, embora sugiram (não mais que isso) elementos para o aprofundamento desta discussão.

Como dito mais acima, a análise do livro *Ser Protagonista – Química*, está prejudicada aqui tendo em vista a impossibilidade de observação do volume 2. Em relação aos volumes 1 e 3, apenas o primeiro traz uma passagem sobre Marie Curie. Trata-se da sugestão de leitura do livro de Paul Strathern, *Curie e a radioatividade em 90 minutos*. Tal sugestão ainda vem acompanhada da seguinte frase: “Marie Curie foi uma das maiores cientistas do Sec. XX”. A passagem, portanto, não fornece nenhum elemento significativo para uma problematização historiográfica ou de gênero.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às quatro dimensões históricas utilizadas como parâmetros para a avaliação das passagens de Marie Curie pelos livros didáticos, é possível dizer que, quanto à abordagem das ideias científicas, em geral, tais livros oscilam entre um discurso de “descoberta” da natureza e outro de “construção” de seu conhecimento. Embora pouco aprofundada, as visões sobre o desenvolvimento científico remetem a várias questões de incerteza, controvérsia e descontinuidade, se aproximando mais corretamente das dinâmicas que marcam o processo científico. Já a produção do conhecimento tem sido apresentada, basicamente, como tarefa coletiva sem perder de vista a importância individual de cada pesquisador. Contudo, no que diz respeito à descrição da vida da vida de Marie Curie, muito precisa ainda ser feito. Para que questões como o comprometimento de sua saúde ou a homenagem à terra natal não soem aos leitores do livro didático como mero efeito da radiação ou nostalgia do lar, respectivamente, mas do conjunto de privações e dificuldades porque ela passou ao longo da vida,

agravadas por sua condição de mulher, torna-se fundamental refletir sobre a contextualização da vida e da obra da cientista e suas implicações mútuas.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 2000.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012*. Brasília, 2011.

FARIAS, Robson F. de. As mulheres e o Prêmio Nobel de Química. In: *Química Nova na Escola*, Nº 14, Novembro 2001. Pp. 28-30.

GOLDSMITH, Barbara. *Gênio obsessivo: o mundo interior de Marie Curie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LISBOA, Julio Cesar Foschini. *Ser protagonista: Química*. Editora SM (Vol. 1, 2 e 3).

PERUZZO, F. M. & CANTO, E. L. do (2006), *Química na abordagem do cotidiano*. 4ª Ed. São Paulo, Moderna, 2006.

SANTOS, Wildson & MÓL, Gerson (Coords.). *Química Cidadã*. 1ª Ed. São Paulo: Nova Geração, 2010 (Vol. 1, 2 e 3).

VIDAL, Paulo H. O. & PORTO, Paulo A. A História da ciência nos livros didáticos de química do PNLEM 2007. In: *Ciência & Educação*, v. 18, n. 2, p. 291-308, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v18n2/ao4v18n2.pdf>

# A QUÍMICA NO PROGRAMA MULHERES MIL DE AÇAILÂNDIA- MA: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO QUÍMICA DO LEITE MATERNO E AS PRÁTICAS DE AMAMENTAÇÃO

Cleuma Maria Chaves de Almeida  
Prof<sup>a</sup> – IFMA – Campus Açailândia  
Vanderleia Lins de Oliveira  
(Bolsista – IFMA – Campus Açailândia)

## RESUMO

O objetivo desse artigo é compartilhar os primeiros resultados da pesquisa “A Química no Programa Mulheres Mil de Açailândia-MA: um estudo sobre a composição química do leite materno e as práticas de amamentação, que teve início em novembro de 2012. Realizado junto às mulheres que participam do programa “Mulheres Mil” (Curso Básico de Qualificação em Alimentos) do IFMA – Campus Açailândia, o trabalho parte de um estudo exploratório através de revisão bibliográfica e sistematização das experiências das mulheres do programa acerca da relação feminino-amamentação-conhecimento e informação. Por meio dos conhecimentos de química, arrematamos a relação estreita entre essas categorias, no sentido de contribuir com o objetivo do programa: oferecer uma educação cidadã, desconstruir ideologias opressoras – tanto de cunho subjetivo como econômico – e, de certa forma, contribuir para o fortalecimento da formação profissional e tecnológica dessas mulheres, através da aquisição de conhecimentos na área de química que fazem parte do seu cotidiano. Entendemos que a química não é uma ciência reduzida a um grupo hermético e constituída de codificações fechadas. Ao contrário, é uma ciência que pensa e explica o mundo. Portanto, os conhecimentos nesse campo não só aumentam as possibilidades de o indivíduo ingressar no mercado de trabalho, como também sua capacidade de interpretar o mundo e as relações sociais.

**Palavras-chave:** Programa Mulheres Mil; Química; Amamentação

## 1. INTRODUÇÃO

O aleitamento materno (AM) exclusivo até o sexto mês de vida e o aleitamento materno até os dois anos ou mais, em caráter complementar, são recomendados pela Organização Mundial da Saúde, devido aos benefícios que essas práticas trazem para a saúde e para o bem-estar do bebê, da mãe e, conseqüentemente, de toda a sociedade (Pinto, 2008). Entretanto, apesar de campanhas como *A Semana Mundial de Alimentação* e dos programas de governo de incentivo à amamentação terem promovido um aumento do tempo de aleitamento, o uso

exclusivo do leite materno nos primeiros seis meses de vida ainda é baixo no Brasil. (Teixeira, Nitschke, Silva, 2011). Segundo (Gioielli, Escobedo, Silva, 2007: 1536):

O leite humano é o único alimento energético, nutricional e imunológico consumido em quantidades suficientes pelos recém-nascidos. O aleitamento materno fortalece a imunidade, mantém o crescimento e desenvolvimento normais, melhora o processo digestivo no sistema gastrointestinal, favorece o vínculo mãe-filho e facilita o desenvolvimento emocional, cognitivo e do sistema nervoso.

Apesar da constatação científica acima, os estudos de Teixeira, Nitschke e Silva (2011) apontam que mulheres da classe popular e de pouca instrução estão entre as que menos adotam a prática da amamentação exclusiva recomendada, mantendo tradicionalmente a utilização de leite artificial, chás e farinhas. Para os autores, a comunidade é quem mais sofre ao privar o bebê de uma alimentação mais saudável. Isso porque esta se torna mais cara, tanto para os pais como para o Estado, devido aos riscos de doenças derivadas da inserção da alimentação artificial precocemente. Segundo Fonseca (1999:59):

As vantagens sociais relacionam-se ainda com questões diversas como o elevado custo das fórmulas para lactentes, a redução das taxas de mobilidade e mortalidade infantil das crianças amamentadas, em comparação com aquelas que são alimentadas artificialmente [...]É um recurso natural de enorme valor que é normalmente marginalizado.

Infelizmente, como nos coloca Baumam (2001), a modernidade parece tentar racionalizar a subjetividade dos indivíduos, construindo alternativas técnicas e científicas que permitem às pessoas se dedicarem à produtividade econômica. Nesse contexto, a afetividade mãe-filho parece ocupar um papel secundário, à medida que a sociedade capitalista diminui significativamente o convívio entre mãe e bebê, substituindo, terceirizando e até institucionalizando os afetos e os cuidados com os filhos, uma vez que na sociedade moderna não podemos perder tempo com os improdutivos. No caso, crianças e idosos.

Desse modo, a pesquisa **“A Química no Programa Mulheres Mil de Açailândia-MA: um estudo sobre a composição química do leite materno e as práticas de amamentação”** vem buscando traçar caminhos no sentido de desconstruir ideologias e mapear relações de poder traçadas pelo sistema capitalista, que exige um perfil artificial de mulher moderna e produtiva que serve apenas de pano de fundo para justificar o grande número de mulheres fora do mercado de trabalho. Isso é pertinente, pois as mulheres da classe popular vêm sendo historicamente excluídas ou pessimamente incluídas, enfrentando relações de trabalho informais, negação dos seus direitos de trabalhadoras, inclusive como mães, e conseqüentemente com pouco poder de consumo, o que as exclui também de sua representação de feminilidade exigida pela sociedade. Elas experimentam um sentimento de negação de si e um desejo de alcançar as representações ideais posta pelo poder midiático. Esse conceber-se pode afetar não só a relação delas consigo mesmas, mas com os filhos e com a comunidade (Novaes,

2008), fazendo com que reajam com agressividade, passividade ou indiferença. Segundo Mota (1976:80):

Os fabricantes dos leites industriais lançaram enormes campanhas de propaganda nos países em desenvolvimento, dirigindo-as especialmente às mulheres mais prósperas e instruídas [...] O biberão converteu-se num símbolo de afluência e boa posição social. O biberão passou a ser o símbolo, do aleitamento das crianças das famílias socialmente prestigiadas.

Como vemos, precisamos enfatizar ainda mais as evidências científicas para desconstruir os mitos sobre a amamentação, refletindo sobre o contexto no qual estão inseridas as mulheres, sobretudo as das classes populares. Infelizmente, talvez pelo fato de estarmos em um Estado com um dos menores índices de desenvolvimento humano, as artimanhas publicitárias do capitalismo nos deixam cegos em relação à necessidade de luta por nossos direitos, principalmente em relação aos benefícios das interações afetivas humanas para a sociedade, sobretudo mãe/bebê. É preciso denunciar o mal-estar da sociedade moderna, onde mães são obrigadas a abrir mão da convivência e do cuidado com os filhos. Neste itinerário, contamos com a mesma ciência que produziu a alimentação artificial para explicar às alunas *do Mulheres Mil* os benefícios insubstituíveis da amamentação. Desse modo, este artigo apresenta os primeiros resultados do objetivo do projeto: “Discutir com as mulheres que compõem o projeto ‘Mulheres Mil’ as práticas de amamentação, a partir da pesquisa sobre composição e modificações do leite materno nas diferentes fases, e dos benefícios subjetivos do ato de amamentar”, em que buscamos traçar a percepção cultural e subjetiva dessas mulheres sobre o tema pesquisado.

## 2. MÉTODOS

A primeira fase da pesquisa foi realizada entre setembro e dezembro de 2012, no Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Açailândia-MA. As mulheres do Programa Mulheres Mil” (Curso Básico de Qualificação em Alimentos), segundo semestre de 2012, foram os sujeitos da pesquisa, um público de 60 mulheres. Os métodos de coletas de dados foram: pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e discussões em grupo.

## 3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

As vantagens da amamentação justificam ações efetivas que discutam e estimulem as práticas de aleitamento natural, pois estão relacionadas a uma melhor qualidade de vida da população. Entretanto, romper com as barreiras que dificultam a construção da cultura da amamentação tem sido um trabalho árduo, uma vez que, por mais que as evidências científicas mostrem as inúmeras vantagens do leite materno e do aleitamento natural, poucas mu-

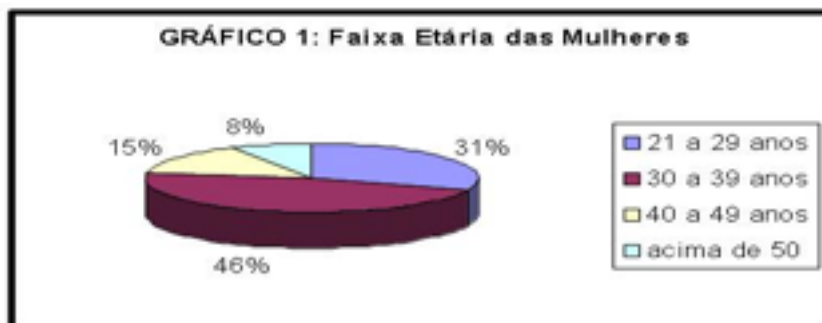


lheres hoje praticam a amamentação recomendada pelo Ministério da Saúde. Infelizmente, o uso exclusivo do leite materno até o sexto mês ainda é baixo no Brasil (Texeira, Nitschke, Silva, 2011).

Isso se dá porque, segundo Bourdieu (1995), desconstruir práticas é a mais difícil de todas as tarefas, pois elas são produtos da historicidade e da incorporação de conceitos pelo corpo e pela mente. Aliado a essas questões, temos o mercado - com suas estratégias, sobretudo mediáticas - para tirar lucro de tudo. Assim como as mudanças nas relações de trabalho realizadas pelo capitalismo, onde a mulher passa a ser muito mais importante fora de casa. Desta forma, desqualifica-se e desconsidera-se o papel da mulher para o desenvolvimento de um futuro adulto saudável.

### 3.2 ANÁLISE DOS GRÁFICOS

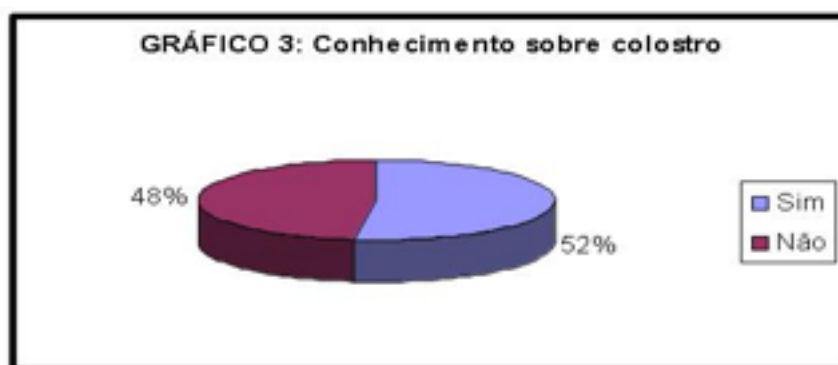
No primeiro gráfico identificamos que grande parte das mulheres que frequenta o programa se concentra nas idades em que se têm filhos e trabalham ou desejam trabalhar ao mesmo tempo.



No segundo gráfico podemos observar que apenas 37% das mulheres do programa *Mulheres Mil* possuem o ensino médio completo. O restante não terminou. Dado que influencia significativamente na sua percepção de mundo e nas suas relações sociais e, sobretudo, inclusão social.



O terceiro gráfico mostra que 48% das mulheres não conhecem sobre o colostro, ou seja, uma quantidade considerável. E durante as discussões sobre o tema, mostraram desconhecer ou mesmo não acreditar na importância do mesmo para o recém-nascido e sua riqueza em proteínas, minerais, vitaminas e anticorpos indispensáveis no combate às infecções que afetam recém-nascidos.



As mulheres também foram questionadas quanto sua confiança no colostro no momento da amamentação, neste quesito um total de 92% das mães afirmaram que só amamentaram os filhos nos três primeiros dias de vida, entretanto utilizaram alimentação complementar (como o leite artificial). Somente 8% das mães disseram ter alimentado os filhos utilizando exclusivamente o seio nos três primeiros dias de vida. Este dado reforça que poucas mães (re)conhecem as propriedades protéicas do colostro. E quanto ao prolongamento da amamentação, 90% das mães entrevistadas afirmaram que amamentaram os filhos nos seis primeiros meses de vida, mas não exclusivamente. Só 10% mantiveram amamentação exclusiva durante os seis meses. Identificamos que apesar da existência de uma cultura popular da importância do leite materno, as opiniões se dividem quanto a divisão do leite materno em leite “fraco” e leite “forte”. Por isso a importância de discutir com as mulheres do programa que na primeira fase da amamentação, o leite que sai é rico em água, vitaminas, sais minerais e proteínas – tudo dissolvido no meio da água. No segundo momento, sai uma quantidade de lipídios maior, deixando o leite mais viscoso e consistente, o que dá a impressão de forte. (Silva *et al*, 2007).

Acreditar no leite fraco faz parte de uma cultura, um *habitus* difícil de romper, pois confundem quantidade com qualidade, levando muitas mães à complementação desnecessária do leite materno. Nesta pesquisa, por exemplo, constatamos que 80% das mulheres pesquisadas compartilham da ideia do “leite fraco”.

O gráfico a seguir, é interessante, pois tratamos da suposição, da possibilidade. Desta forma, o resultado foi que 82% das entrevistadas acreditam na possibilidade de amamentar um bebê exclusivamente ao seio até o sexto mês de idade. Porém, temos uma afirmação conflitante se comparamos este dado com a questão da crença no leite fraco. Vejamos:



O gráfico 06 nos revela uma informação preocupante, mas que também pode mostrar uma tendência a mudança de práticas. Entre as mães com filhos já desmamados, entrevistadas, apenas 23% alimentam seus filhos após os seis meses.



No gráfico 07, logo abaixo, 75% das mulheres afirmaram conhecer as propriedades nutricionais do leite. Entretanto, não acreditam que apenas o leite materno seja suficiente para a nutrição da criança. Desta forma, reafirmam sua crença no leite fraco e questão cultural prevalecendo sobre as informações fornecidas pelas ciências, além das relações de consumo na modernidade. Assim concluímos que somente as ciências da natureza não são capazes de introduzir mudanças, sobretudo subjetivas, na sociedade. Daí a necessidade das ciências humanas e sociais nesta caminhada árdua e complexa.



Também identificamos que 62% dos entrevistados conhecem poucas pessoas que alimentaram o bebê exclusivamente de leite materno no primeiro semestre. Portanto, a maioria das entrevistadas vive em contexto social onde as práticas de amamentação são insuficientes e alienantes. Por isso, a formação destas mulheres sobre o assunto pode trazer melhorias para a sociedade na qual elas estão inseridas.

O último gráfico, mostra que 67% das entrevistadas informaram que conhecem muitas pessoas que introduziram alimentos complementares antes que os bebês completassem seis meses de vida, sendo uma prática comum na população introduzir alimentos antes do tempo certo. A justificativa desta pode ser a falta de informação sobre o tema. Este gráfico reforça o anterior.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de amamentação e dos benefícios que a ciência afirma existir nessa prática suscita reflexões e debates interessantes, pois a discussão com as integrantes do programa *Mulheres Mil* fez vir à tona contradições do tipo “as práticas que faço e as que eu deveria fazer, as que eu acho certo fazer”. Outro destaque é que, em pleno século XXI, ainda temos uma população muito carente de tudo, inclusive de conhecimento. Esse problema permite que ideologias sobre a amamentação atrapalhem os benefícios nutricionais, físicos, psicológicos, sociais, econômicos e ambientais do leite materno (Fonseca,1999, *apud* AAP, 1997).

Desta forma, é imperioso que estudos sobre as propriedades físicas do leite materno e as práticas sociais de amamentação se unam no sentido de problematizar o tema. Pois, pelo que analisamos nos gráficos acima, os conhecimentos subsidiados pela química, entre eles sobre o colostro, podem se constituir num indispensável aliado para informar e discutir questões que envolvem as propriedades nutricionais do leite materno. Além disso, podem também desconstruir práticas sociais de amamentação insuficientes e alienadas, pois segundo Bourdieu (1995:195) “O que o mundo social fez, o mundo social pode desfazer”.

## 5. REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt . *Modernidade Líquida*: tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. *Livre – troca*: diálogos entre ciência em arte. Tradução de Paulo Cesar da Costa Gomes. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FONSECA, Sandra Celina Fernandes. *Aleitamento materno numa população do Conselho de Chaves*. Universidade de Lisboa, Portugal. 1999,186F. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós –Graduação Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Lisboa, 1999.

GIOIELLI, L, A.; ESCOBEDO, J.P.; SILVA, R. C., Roseli P. Composição centesimal do leite humano e caracterização das propriedades físico-químicas de sua gordura. São Paulo: *Química Nova na Escola*. v. 30. n. 7. p. 1535-1538, julho, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422007000700007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422007000700007&script=sci_arttext) >.[consultado a 01 setembro de 2012]

NOVAES, Joana de Vilhena. Vale quanto pesa...Sobre mulheres, beleza e feúra. In: CASOTTI, Letícia, SUAREZ, Maribel, CAMPOS, Roberto Dias (Org.). *O tempo da beleza*: consumo e comportamento feminino, novos olhares. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008. p. 144 – 173. 14

MOTA H. Aleitamento materno (Vantagens e dificuldades in\_\_\_\_\_): Alimentação do lactente. Porto : Direção-Geral de Saúde e Soc., SLATER, Dom. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

PINTO, Thiago Vieira. Promoção e Apoio ao Aleitamento na Comunidade: Revisão das Estratégias no Período Pré-natal e Após a Alta. *Arq Med*. Portugal: Porto, v. 22. n.2/3. p. 112, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0871-34132008000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0871-34132008000200005&script=sci_arttext) . Acesso em: 10 set 2012

SLATER, Dom. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel,2002.

TEIXEIRA, M. A., NITSCHKE, R. G., SILVA, L. W. S. A prática da amamentação no cotidiano familiar – um contexto intergeracional: influência das mulheres-avós. São Paulo. *Kairós Gerontologia* [online]. 2011, v. 14, n.3. junho, p. 205-221. Disponível em < [http://www4.pucsp.br/pos/gerontologia/publicacoes/revista\\_kairos\\_keiros1.html](http://www4.pucsp.br/pos/gerontologia/publicacoes/revista_kairos_keiros1.html)>. [Consultado a 08 setembro de 2011]

## A INCLUSÃO DIGITAL NO PROGRAMA MULHERES MIL – CAMPUS GAMA

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) – campus Gama

### RESUMO

O Programa Mulheres Mil, criado pelo Governo Federal do Brasil em 2007, tem como objetivo possibilitar a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social e baixa escolaridade, por meio da capacitação para a autonomia e inserção no mercado de trabalho. Em 2012, o programa foi ofertado pelo Instituto Federal de Brasília no *campus* Gama. A cada oferta são atendidas 50 mulheres, tendo atingido um percentual 62% de egressas neste primeiro ano. Este artigo ressalta a experiência com o ensino da informática na segunda turma do curso que, na sua maioria, possuía ensino fundamental incompleto e idade acima dos 40 anos. Primeiramente, foram apresentadas as partes de um computador, para que elas se apropriassem dessa nova ferramenta e experimentassem o teclado e o mouse, percebendo seus efeitos. De forma interdisciplinar, as alunas fizeram uso de um editor de texto para digitar as produções trabalhadas durante as aulas de linguagem. Com o uso da *internet*, as mulheres puderam fazer pesquisas sobre temas diversos e criaram uma conta de correio eletrônico, fazendo da comunicação virtual uma nova barreira ultrapassada. Por mensagens de *e-mail*, as alunas relataram que conseguiram se comunicar com parentes distantes, enviando tanto mensagens de texto quanto fotos de familiares. Mas foram os recursos da rede social *Facebook* o que mais chamou a atenção delas. Após efetivarem o cadastro, as mulheres encontraram amigas, familiares e vivenciaram a comunicação virtual com recursos diversos. A ferramenta *blog* também foi trabalhada, dando visibilidade às peças de artesanato produzidas e ajudando na comercialização e venda de seus produtos. Todas essas experiências auxiliaram na percepção do uso de tecnologias digitais na interação social e na pesquisa, além dos conhecimentos profissionais necessários à promoção da melhoria da qualidade de vida dessas mulheres e de suas comunidades.

**Palavras-chave:** Mulheres Mil; informática; artesanato.

### 1. INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) do governo do Brasil, foi concebido para aliar a educação ao trabalho e reduzir problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano. Seu objetivo é oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, permitindo que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. O programa é

parte das ações do Programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo governo federal. Foi instituído por meio da Portaria do MEC nº 1.015<sup>1</sup> e é executado pelo Ministério da Educação, através dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2011).

O projeto pedagógico do Programa Mulheres Mil alia o ensino de disciplinas de caráter básico com a profissionalização, complementado pelos temas como cidadania, direitos da mulher, meio ambiente, etc. Com relação à oferta de formação, o Programa procura identificar a experiência não-formal adquirida pela mulher ao longo da vida segundo seus anseios pessoais e profissionais, diversificando as alternativas de ingresso no mundo do trabalho, seja por meio de iniciativas próprias ou de forma associativa.

O Programa Mulheres Mil foi implantado inicialmente como projeto-piloto em 13 estados das regiões norte e nordeste do país, por meio de uma parceria com *colleges canadenses*, em 2007. A partir de julho de 2011, o programa alcançou uma abrangência nacional com previsão de que 100 mil mulheres sejam atendidas até 2014 e a implantação de núcleos de desenvolvimento em todo o território nacional (BRASIL, 2012).

## 2. A EXPERIÊNCIA NO CAMPUS GAMA

No Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Gama, o Programa Mulheres Mil teve início em 2012 para atender duas turmas, cada uma com 50 participantes. No primeiro semestre, o programa esteve voltado para a capacitação nas áreas de panificação e camareira. Foram matriculadas 50 mulheres atendidas por Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), das quais 26 concluíram o curso (52%). No semestre seguinte, o público alvo do curso foi composto por mães de alunos do CEE-01 (Centro de Ensino Especial nº 01) do Gama, para capacitação nas áreas de artesanato e associativismo. Nesta etapa 36 alunas finalizaram o curso (72%), aumentando o percentual de concluintes.

Além dos temas específicos do curso, todas as alunas estudaram temas comuns, como: Informática, Cooperativismo, Comunicação Oral e Escrita e Cidadania e Direito da Mulher, Ética e Relações Interpessoais.

A definição da área a ser abordada no estudo profissionalizante na primeira etapa dependeu de uma consulta às alunas, as quais apontaram a preferência pelas profissões de panificação e camareira. Para as alunas da segunda etapa, foi observado que o artesanato era a área em que as alunas já possuíam um envolvimento, embora tenham demonstrado necessidade de aperfeiçoamento. No atendimento dessa demanda, a participação de uma professora voluntária foi fundamental na capacitação das alunas que adquiriram prática em pontos de crochê, bordado, entre outras técnicas.

As aulas teóricas da segunda turma foram realizadas no Centro de Ensino Especial 01 do

<sup>1</sup> Portaria do MEC nº 1.015 de 21 de julho de 2011.



Gama, local oportunizado pela parceria do Programa. Apenas as aulas de informática desta etapa aconteceram nas instalações do campus Gama, devido à disponibilidade de infraestrutura do laboratório de informática já existente (Fig. 1).

### 3. PERFIL DAS MULHERES

Para o ensino da disciplina Informática Básica, foi submetida às alunas uma avaliação diagnóstica durante a primeira aula, a partir de um questionário escrito. O resultado indicou que: a maioria das 40 participantes possui 2 filhos (38%) e mais da metade delas (55%) não possui qualquer formação escolar. Dentre essas alunas, 52% possui mais de 40 anos, enquanto 38% está na faixa dos 31 aos 40 anos e o restante (10%) tem até 30 anos. Quanto à vida acadêmica dessas mulheres, 37,5% iniciou, mas não concluiu o ensino médio, 27,5% cursou até o ensino fundamental e 32,5% completou o ensino médio. Apenas uma aluna (2,5%) concluiu a graduação.

Em relação ao uso do computador, 45% das participantes já haviam feito algum uso do computador e 37,5% tinham computador em casa. Apenas 5 alunas (12,5%) faziam uso de alguma ferramenta de *e-mail* ou a realização de pesquisas na internet com frequência.

### 4. A INCLUSÃO DIGITAL

Durante as primeiras aulas, foram apresentadas as partes constituintes de um computador, como monitor, teclado e mouse, quando elas aprenderam a ligar e a desligar a máquina. Como atividade interdisciplinar, as alunas utilizaram um editor de texto, reconhecendo o teclado e o monitor, com a possibilidade de configurar fonte, cores e também imagens. Nessa atividade as alunas digitaram um texto que foi trabalhado durante a aula de produção textual. As participantes também puderam navegar na internet e conheceram algumas ferramentas de comunicação. Aquelas que não possuíam uma conta de correio eletrônico puderam criar uma e já começaram a se comunicar com as demais participantes.

Como afirma Dupas (2000: 44), “o mundo de hoje se encontra interconectado e emitindo permanentemente mensagens que o percorrem de um extremo a outro”. E foi com o uso do *e-mail* que as alunas puderam se conectar ao mundo virtual e se comunicar, dentro e fora da sala de aula. O envio de mensagens com anexos, cujo conteúdo foram os textos digitados



Fig. 1: Alunas da segunda turma durante a aula de informática  
(Foto: arquivo pessoal)



com o uso de um editor de texto, motivou o questionamento de como enviar fotos como anexo. Algumas delas mostraram-se interessadas em saber como enviar fotos para parentes distantes, o que antes era feito somente pelo uso do correio tradicional. Em casa, muitas começaram a fazer uso do computador com a ajuda dos filhos, a partir da experiência adquirida em sala de aula, o que demonstrou mais confiança e que não existia anteriormente.

O uso da ferramenta de busca na internet motivou grande interesse das mulheres, principalmente pela possibilidade de encontrar vídeos e imagens. Foi estimulada a pesquisa por assuntos relacionados ao tema artesanato, a partir de uma palavra-chave, tanto na busca de vídeo aulas gratuitas quanto de imagens, o que pode estimular o desenvolvimento de novas técnicas para suas criações.

O aluno precisa ser alertado de que, para pesquisar na internet, existem páginas de procura onde são colocadas palavras-chave e a página irá apontar todos os textos relacionados ao tema disponíveis na rede. [...] O aluno deve navegar, criar, contextualizar, mas deverá ter objetividade para discernir o que é relevante ou não das informações levantadas (MORAN; MASSETTO; BEHRENS, 2011: 118-120).

A fim de registrar todo o histórico das atividades desenvolvidas durante a disciplina Informática Básica, foi criado um *blog* (Fig. 2) para o Programa Mulheres Mil do *campus* Gama<sup>2</sup>.



Fig. 2: Blog Mulheres Mil – *campus* Gama

<sup>2</sup> <http://mulheresmilgama.blogspot.com.br/>

De modo alternativo, o blog serviu como ferramenta de comunicação entre as participantes que o utilizavam para publicação de comentários, a interação com o conteúdo ministrado na disciplina e também para revisar o que fora estudado em aulas anteriores. Vale salientar que o planejamento da disciplina Informática Básica foi alterado a medida que cada aula acontecia e conforme a demanda da turma. Dessa forma, buscou-se atender os anseios do grupo ao longo do semestre, de acordo com a necessidade individual e coletiva.

Isso reafirma o que diz Paulo Freire (2011: 84), em sua obra *Pedagogia da Autonomia*:

[...]antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no *saber* de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer.”

O último tópico apresentado durante a disciplina foi sobre o uso das redes sociais, conforme demandado da maioria das alunas. De forma cuidadosa, o tema foi abordado considerando a questão da segurança na internet ao tratar da necessidade do uso individual da senha e observação quanto ao conteúdo que deve registrado, podendo tornar-se de uso público.

## 5. A SATISFAÇÃO PESSOAL

Ao final da segunda etapa, as alunas disponibilizaram no blog do curso, na forma de imagens digitalizadas, todas as peças que foram criadas durante as aulas de artesanato. O objetivo foi reunir as criações de cada uma, promover a divulgação na *web* e facilitar a venda alcançando um público além daquele presencial que conhecia a produção delas. Como forma de negociação e venda dos trabalhos, foi realizada uma feira de Natal no CEE-01, na qual as alunas puderam expor suas criações.

No encerramento do curso (Fig. 3), alunas e professores se reuniram para comemorar o término do semestre letivo. Na ocasião, vários relatos positivos confirmaram a satisfação e a valorização de cada uma em participar deste curso, a partir da demonstração de interesse em buscar outros cursos a serem ofertados pelo IFB e/ou concluir sua escolarização formal.



Fig. 3: Encerramento do curso  
(Foto: arquivo pessoal)

## 6. CONCLUSÃO

Cada oferta do Programa tem enfatizado a importância e a necessidade de promover espaços de aprendizagem para mulheres com baixa escolaridade, ao criar meios para oportunizar o retorno ao estudo formal após decorrido muitos anos desde a saída do ambiente escolar.

As aulas da disciplina Informática Básica permitiram a inclusão digital das alunas, às quais demonstraram grande interesse e curiosidade a cada nova tecnologia apresentada. A maioria, que nunca havia feito uso do computador, mostrou-se favorável diante do novo desafio apresentado, ainda que algumas tenham alegado, a princípio, que não conseguiriam acompanhar, devido à idade, mas isso não foi motivo para desistir. Com a descoberta do uso das ferramentas de comunicação, como *e-mail*, *blog* e redes sociais, abriu-se um novo caminho para o estabelecimento das interações virtuais, aproximando-as de parentes e amigos distantes geograficamente.

De forma geral, um dos grandes desafios observados é a não permanência de um quantitativo considerável das alunas no programa, diagnosticada pelo surgimento de suas necessidades familiares. Esse fator tem revelado a necessidade de atenção para um maior amparo psicossocial, embora o programa conte com o pagamento de uma bolsa-auxílio mensal.

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL (2012), *Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito*, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=11834&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11834&Itemid=>) [consultado a 09 de maio de 2013].

BRASIL (2011), Portaria do MEC nº 1.015 do dia 21 julho de 2011, disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=22/07/2011&jornal=1&pagina=38&totalArquivos=232> [consultado a 09 de maio de 2013].

BRASIL (2008), *Programa Mulheres Mil*, disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/> [consultado a 09 de maio de 2013].

DUPAS, G. (2000), *Ética e Poder na Sociedade da Informação*, São Paulo: Unesp.

FREIRE, P. (2011), *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra.

MORAN, J. M., MASETTO, M. T., BEHRENS, M. A. (2011), *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*, 19ª edição, São Paulo: Papirus.

SANTOS, S. K. S. L. S.; MARIANI, S. (2012) *Blog Mulheres Mil - IFB Gama*, disponível em: <http://mulheresmilgama.blogspot.com.br/> [consultado a 09 de maio de 2013].

# PROSTITUIÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

*Clarice Barbosa Vieira  
Assistente Social  
Instituto Federal de Brasília*

## RESUMO

A prostituição representa um tema recorrente da sociedade brasileira e atualmente é pauta de debate no Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei 422/2012. Este artigo visa dialogar sobre este Projeto, sobre o ponto de vista da violação de direitos humanos que as mulheres prostitutas vivenciam cotidianamente.

**Palavras-chave:** Prostitutas; Projeto de Lei 4211/2012; Direitos Humanos.

## 1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei (PL) 4211/2012 visa regulamentar a prostituição como profissão, mas, além disso, enfrentar os vários tipos de abusos sofridos pelas mulheres prostitutas enquanto exercem seu trabalho. Como qualquer outra força de trabalho, a prostituição representa um modo de estabelecer uma troca – a prestação de serviços pela remuneração da hora de trabalho.

Considerando os entendimentos de forças paralelamente opostas e com interesses diversos, o movimento de prostitutas abarca um apoio reduzido da bancada parlamentar e do movimento feminista em geral. Atualmente, a figura mais representativa do Congresso Nacional perante a causa e responsável pelo PL em questão é o Deputado Federal eleito pelo PSOL-RJ, Jean Wyllys. O PL foi intitulado Projeto Gabriela Leite, em homenagem à prostituta cuja trajetória é marcada pela militância a favor da visibilidade das prostitutas no cenário nacional.

Em março de 2013, o Deputado Jean Wyllys apresentou Requerimento de Distribuição do PL 4211, para que tramitasse pela Comissão de Seguridade Social e Família. No entanto, o pedido foi indeferido e o Projeto continuará a tramitar na Comissão de Direito Humanos e Minorias (CDHM), presidida pelo pastor Marcos Feliciano.

Essa não é a primeira tentativa de regularizar a situação das prostitutas brasileiras. Em 2003, o então deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) tentou tirar a proposta do papel, mas o Projeto foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara. No ano seguinte, o hoje ex-deputado petista Eduardo Valverde (RO), também apresentou proposta semelhante, mas a ideia teve o mesmo destino. Em novembro do ano passado, a Comissão de Direito Humanos recebeu o

Projeto nº 4.211/2012, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ).

## 2. A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO: UM TRABALHO COMO OUTRO QUALQUER?

O posicionamento regulamentarista sugere que a prostituição é um trabalho, o qual é estabelecido a partir da afirmação de um contrato de trabalho entre a pessoa que se prostitui e o cliente. Faz-se importante neste artigo diferenciar o uso do corpo e a venda de serviços, como aponta Pateman:

O corpo da prostituta está no mercado para a venda, assim como os corpos de outros profissionais, por exemplo, os esportistas. Nesta perspectiva alega-se que a prostituta não vende a si mesma, nem, sequer, suas partes sexuais, mas estabelece um contrato de uso de serviços sexuais. A prostituta parece estabelecer uma relação externa de propriedade de sua própria pessoa. O corpo e o *self* da prostituta não são oferecidos no mercado, elas podem realizar um contrato para usufruir seus serviços sem detrimimento do seu *self* (1988, p. 191).

Esta troca, no entanto, perpassa múltiplos interesses, como a figura do proxenet<sup>1</sup>, que usa da coerção para obter o repasse majoritário da remuneração feminina pela sua força de trabalho, a resistência da força policial em reconhecer o espaço de exercício da atividade e as várias bases parlamentares aliadas a interesses conservadores e moralizantes:

Os obstáculos à tramitação e à aprovação da proposta pelo Congresso demonstram fundamentalmente, entretanto, a resistência dos grupos organizados, cujas bases se situam principalmente entre representantes de instituições religiosas, funcionários e ex-funcionários do sistema de justiça criminal, com destaque para parlamentares ex-integrantes do judiciário e da polícia, não por acaso, segmentos historicamente articulados às iniciativas segregacionistas e repressivas com relação à prostituição, registradas no país (PIMENTEL, 1994; ROBERTS, 1998; TEIXEIRA RODRIGUES, 2003).

Vale destacar que a falta de apoio ao referido PL não se deve apenas a iniciativas de manter mecanismos limitadores da prostituição em prol da ordem conversadora, mas também dos variados setores da sociedade que esgotam o debate da prostituição como a representação da mulher enquanto objeto sexual do homem:

A sociedade em geral analisa a prostituição a partir da perspectiva moralista da dominação masculina, que justifica a sua existência considerando-a um “mal necessário”. A pros-

---

<sup>1</sup> Pessoa que pratica o proxenetismo, ou seja, procura e administra clientes para uma prostituta, e organiza seus serviços por meio de casas de prostituição e/ou em locais externos, ficando com parte de seus rendimentos.

tituição de mulheres ganha, nesta ótica, uma função social, a de satisfazer a “necessidade biológica” dos homens que, por natureza têm um “impulso sexual” que muitas vezes vai além do garantido nas suas relações afetivas (FÁBREGAS-MARTINEZ, 2000, p. 17).

Para o Direito Penal brasileiro, a prostituição não é considerada crime, como afirma Rios:

A prática da prostituição não é considerada ato ilícito penal no direito nacional. O Código Penal regula a matéria em sua parte especial, aprovada pelo Decreto-lei nº 2.848/1940, mais especificamente no Capítulo V, intitulado “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”. Com efeito, os artigos 227 a 232 punem não a pessoa que comerciar seu próprio corpo sexualmente, mas aqueles mediadores ou aproveitadores da prostituição (cuja atividade é designada como lenocínio). (2000, 87).

### 3. REFLEXÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO COMO UM FENÔMENO SOCIAL

O marco teórico deste artigo primeiramente preocupa-se em compreender o fenômeno social da prostituição, a partir das experiências de mulheres na profissão no âmbito do Distrito Federal. O estudo requer, primeiramente, a compreensão do significado social da temática:

Tentar compreender a amplitude e o significado social da prostituição é defini-la frente às estruturas demográficas e matrimoniais, às normalidades e desvios sexuais, aos valores culturais e às mentalidades coletivas dos grupos sociais que a toleram ou a reprimem. (ROSSIAUD, 1991, p. 19).

Evidencia-se que as transformações sociais pelas quais as mulheres prostitutas passam se aglomeram em concepções de sexualidades silenciadas e corrompidas pelos papéis orientados ao sexo feminino:

Definir certo conceito de prostituição, no entanto, não é suficiente para indicar as várias nuances desse fenômeno social, que representa múltiplos repelidos pela lógica societária formal, ao mesmo tempo em que são acomodados a partir de uma possível tolerância. Do ponto de vista cultural, tanto no campo simbólico quanto no imaginário social, a prostituta desempenha papéis que seriam inconcebíveis para a “mulher de família” (Silva, 2006, p. 66).

As circunstâncias que levam à manutenção da prostituição e garantem a continuidade das trajetórias dos sujeitos sociais que a representam devem ser analisadas a partir da realidade social.



Como ponto de partida dos estudos realizados com prostitutas, percebe-se que a realidade colocada está à margem da história oficial e recorta cotidianos escondidos nos espaços urbanos, rurais e também zonas fronteiriças.

Observa-se a introjeção de argumentações contrárias à existência e propagação do fenômeno, quando da veiculação da prostituição nas mídias de grande veiculação, principalmente pela coexistência de outros fatores tais como violência e tráfico de drogas.

No que se refere à base teórica desta pesquisa, percebe-se a preocupação em compreender a função social da prostituição, percebida muitas vezes pela lógica do desvio. A tentativa de compreender a função social da prostituição é um aspecto recorrente nas pesquisas sobre o tema. Concebida geralmente como um “mal necessário”, essa atividade contribuiria para a manutenção da família e do casamento (Silva, 2006, p. 65).

Visto dessa forma, o casamento monogâmico da sociedade ocidental, instituído culturalmente, junto à livre expressão da sexualidade, serviria para a permissão controlada e institucionalizada da prostituição, em seus vários graus, contextos e formas de organização. Dita controlada pela forma como se concentra nos espaços sociais:

A prostituição é um exemplo de divergência, tanto para quem a exerce na condição de pessoa prostituída, como para aquele que dela se serve. A prostituição quando concentrada em áreas determinadas, tende a criar uma comunidade prostitucional em que os valores comportamentais desviados, aberrantes ou transgressores, assumem o caráter de normalidade, isto é, de expectativa de conduta, desenvolvendo uma outra ordem normativa padronizada que diverge profundamente daquela outra predominante na sociedade circundante (ESPINHEIRA, 1984, p. 29).

A reflexão desses discursos requer um resgate sobre o relacionamento das categorias-chave que representam o fenômeno, qual seja: sexualidade, autonomia e remuneração. A trajetória da sexualidade na prostituição segue rumos diferenciados e não previstos na conduta moral heteronormativa da sociedade. Pauta-se pela autonomia porque prevê a anterior escolha de assumir ou não um ato sexual, remunerado e formalizado por um contrato de trabalho, prevendo a prestação de serviços mediante a fixação de um preço, a ser estipulado pela profissional. De acordo com Rios (2000, p. 82), “prostituição é aqui entendida como a atividade de uma pessoa capaz, independente do sexo, que participa habitualmente de relações sexuais com um número incerto de indivíduos mediante remuneração e um acordo de vontade existente entre as partes envolvidas, onde o consentimento mútuo ocorre livre de coação.

O universo da prostituição abarca diferentes críticas de seus representantes, sejam gays, lésbicas, mulheres heterossexuais, travestis e transexuais. De acordo com o público-alvo desta pesquisa, as mulheres, é peculiar e de certa forma linear a identificação da prostituição como atividade laboral, como coloca a autora:

Mesmo estando presente em seus depoimentos e narrativas o desejo de ter outro tipo de atividade, encaram a prostituição como uma atividade que tem seus aspectos positivos e negativos, como qualquer outra (FÁBREGAS-MARTINEZ, 2000, p. 18).

Esta identificação parte como pressuposto o reconhecimento da prostituição como profissão, e não caracteriza qualquer forma de ato sexual não consentido. Essa diferenciação se faz importante na medida em que a prostituição é muito confundida com exploração sexual e/ou estupro. Sabe-se dos riscos que a profissão envolve, e a luta pelos direitos sociais que protejam os profissionais do sexo coloca-se como debate atual.

#### 4. A ORIGEM DO MOVIMENTO DE PROSTITUTAS NO BRASIL

A visibilidade da prostituição ganha peculiar destaque que passa a se reconhecer como ofício e profissão no Brasil. As diferentes experiências de organização, nos âmbitos nacional e internacional, a partir da década de 1970, tiveram como questões centrais a luta contra a discriminação e a violência, inclusive policial, e a luta pelo reconhecimento da cidadania das mulheres prostitutas (RODRIGUES, 2009, p. 69). Há vários anos, mulheres profissionais do sexo de todo o Brasil vêm se organizando como movimento social, com uma pauta de reivindicações, buscando o reconhecimento de direitos da categoria. (SILVA, 2006, p. 142).

A primeira grande mobilização por direitos envolvendo pessoas que se prostituem no Brasil data de 1979 e ocorreu devido a um forte esquema de repressão policial à prostituição no centro da cidade de São Paulo, que resultou nas mortes de uma travesti e duas mulheres, uma das quais estava grávida. Toda a construção de normatividades da prática é respaldada pelas instâncias de poder, interventivas de acordo com a manutenção do poder hegemônico vigente, principalmente a partir do modelo sanitarista do início do século XX (SEXUALITY POLICY WATCH, 2010, p. 3)

O primeiro encontro nacional de profissionais do sexo do país e da América Latina aconteceu em 1987, no Rio de Janeiro, no bairro histórico da Lapa. O encontro somente teve força e pode acontecer porque a natureza do evento não foi anunciada. Grande ativista do movimento de prostitutas, Gabriela Leite participou da trajetória desde então. A partir da particularidade do evento, as prostitutas estavam saindo do gueto, mas com muito trabalho a fazer: tinham de sistematizar um conjunto de ideias, criar uma assessoria jurídica, pensar em questões voltadas para a saúde, formar associações e levar adiante várias propostas novas (Silva, 2006).

Desde então, várias associações de prostitutas foram criadas: Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS), Associação das prostitutas do Ceará (APROCE), Associação de prostitutas do Maranhão (APROMA), Associação das Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG). Estas associações planejam a conquista de direitos para as mulheres prostitutas em seus vários âmbitos, e hoje formam a Rede Nacional de Prostitutas no Brasil. Pautam



o protagonismo e visibilidade social da profissão; reduzir as vulnerabilidades sociais que atingem a categoria, especialmente no tocante à saúde, previdência social e segurança pública; denunciar formas de abuso policial; desconstruir a discriminação social que atinge a profissão; organização de classe e finalmente, o reconhecimento legal da profissão.

A partir de 2002, os profissionais do sexo passaram a ser incluídos na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego. Para a Rede Brasileira de Prostitutas, este reconhecimento está entre as principais conquistas da categoria nos últimos anos.

A abrangência do tema também se dá no ordenamento jurídico, seja ele contrário ou não a prática. As normativas legais da Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos não pautam a prostituição explicitamente. Já a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher coloca em seu artigo 6º: Os Estado-partes tomarão as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração de prostituição da mulher (1979).

O Código Penal Brasileiro não compreende a prostituição através da lógica punitiva, no entanto, as práticas correlacionadas a ela são projetadas dessa forma:

Como ocorria nos códigos anteriores, persiste o entendimento de que a prostituição em si não constitui crime. Ainda assim, ao tipificar como crime as referidas atividades, o Código Penal atribui ao sistema de justiça criminal, e em particular à polícia, papel de destaque no enfrentamento da questão (Rodrigues, 2004, p. 152).

Finalmente, cabe ressaltar que o fenômeno social da prostituição não se resume a prestação de serviços sexuais, o que está por trás de sua prática perpassa valores que não são reconhecidos pela sociedade como legítimos. O processo de sua existência está incluso na dinâmica societária e se alimenta dela:

O papel da mulher profissional do sexo transcende a simples prestação de serviços sexuais, visto que ela se torna, em muitos casos, confidentes de seus clientes. É preciso reconhecer que essa atividade, mesmo que reprovada pela maior parte da sociedade, está longe de ser extinta e, nos últimos tempos, revestiu-se de novas roupagens, acompanhando a própria dinâmica da sociedade (SILVA, 2006, p. 144).

A partir da revisão de literatura e de todo conteúdo apreendido, esta investigação permitiu melhor compreender o caminho da prostituição em sua concretude, para que seja possível emoldurar uma linha pensamento direcionada à formação de uma agenda de direitos humanos para as prostitutas, destacando as principais categorias de estudo, conceitos e elementos e de que forma estes impactam na compreensão de mundo, principalmente no Poder Legislativo sobre sua regulamentação como profissão.

## 5. REFERÊNCIAS

- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf). Acesso em: abril de 2013.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 4211 de 2012 (do Sr. Jean Wyllys)*. Brasília: Câmara Federal, 2012, 8p. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostra-rintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostra-rintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012). Acesso em janeiro de 2013.
- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 2010.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. *Conselho Federal de Serviço Social (Lei nº 8662/93)*. Março de 1993. CRESS 8ª Região.
- COMBESSIE, Jean-Claude. *O Tratamento: análise e síntese*. In: *O método em Sociologia – como é, como faz*. São Paulo, Ed. Loyola: 93-111.
- DELMANTO, Celso. *Código Penal Comentado e ampliado*. São Paulo: Renascer, 1991.
- ESPINHEIRA, Grey. *Divergência e Prostituição: uma análise sociológica da Comunidade Prostitucional do Maciel*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. 162 p.
- FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato (Org.). *Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa Palmaria, 2000, 110p.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Uwe Click; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.; 25 cm.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento científico quantitativo em saúde*. 2 ed., São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1993
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- NETO, Otávio Cruz. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (organizadora)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. CEDAW. *Convention on the Elimination of All*

*Forms of Discrimination against Women*. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm>. Acesso em março de 2013.

PATEMAN, Carole (1988). *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX*. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, pp. 25-54.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.) – São Paulo: Atlas, 1999. CV

RIOS, Roger Raupp. *Prostitutas, Michês e Travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas consequências práticas*. In: Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição/ Ana Isabel Fábregas-Martínez, Marcos Benedetti – Porto Alegre: Dacasa: Palmarica, 2000. 110p.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. *A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?* Revista Katálysis [online]. 2009, vol. 12, n. 1, pp.68-76.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. *O sistema de justiça criminal e prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão*. Soc. Estado. [online]. 2004, vol. 19, n.1, pp. 151-172.

ROSSIAUD, Jacques. *A prostituição na Idade Média*. Jacques Rossiaud: tradução Cláudia Schilling. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROSTAGNOL, Susana. *Regulamentação: controle social ou dignidade do/no trabalho?* In: Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição/ Ana Isabel Fábregas-Martínez, Marcos Benedetti – Porto Alegre: Dacasa: Palmarica, 2000. 110p.

SEXUALITY POLICY WATCH, *Livreto das Prostitutas*. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/wp-content/uploads/2010/07/livreto-prostitutas-1.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

SILVA, Rogério Araújo da. *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Rogério Araújo da Silva. Goiânia: Canône Editorial, Ed. UCG, 2006.

VILELA, Janaína Alcântara. *O movimento social das profissionais do sexo e a luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 91, ago 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10088](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10088)>. Acesso em março de 2013.

WEBER, Max. *A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais*. In: COHN, G. Max Weber: Sociologia, São Paulo

## GRUPOS DE APOIO AO PARTO: A EXPERIÊNCIA DO ISHTAR BRASÍLIA

*Rafaela Maria de Medeiros Fernandes Rocha*

*Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos*

*Ishtar Brasília*

### RESUMO

Em busca de um parto respeitoso, mulheres de todo o Brasil tem encontrado informações nos grupos de apoio à gestação e ao parto. O grupo de apoio Ishtar foi concebido em 2007, em Recife, quando três mulheres que vivenciaram diferentes experiências de parto juntaram-se, voluntariamente, para promover encontros periódicos. A ideia ganhou adeptas e outras cidades também começaram a acolher casais grávidos, como Belém, Sorocaba, Fortaleza, Divinópolis, totalizando 11 atualmente. Em Brasília, o Ishtar teve início em 2009, com encontros gratuitos e mensais para que casais grávidos e outros interessados pudessem discutir temas relativos à gestação, parto, pós-parto, amamentação e cuidados com o bebê, promovendo rodas de conversa para dar informações às famílias apoiando-as a fazer escolhas bem informadas e vivenciar a experiência do parto. Em geral, os encontros acontecem em espaços públicos, como parques, ou em salas cedidas. A conversa tem duração média de 2 horas e inicia sempre com a apresentação de cada participante e o seu interesse em relação ao tema a ser discutido. Além dos encontros, o grupo também promove ações, como exposição de fotos, panfletagem sobre o direito do acompanhante e a luta contra a violência obstétrica, além de participação em diversos eventos. É comum o retorno das famílias ao grupo após o parto, reafirmando o papel de apoio no sentido de ter auxiliado tanto nas informações quanto no empoderamento da mulher, levando-a ao conhecimento do próprio corpo, a uma escolha consciente do local de parto e da equipe de assistência ao parto. O Ishtar baseia-se nas orientações da Organização Mundial de Saúde e também na medicina baseada em evidências ao difundir a ideia de que o empoderamento da mulher e, consequentemente, da nova família, contribui significativamente para uma gestação, parto e pós-parto com menos efeitos psicológicos danosos a este ciclo da vida da mulher.

**Palavras-chave:** grupos de apoio, parto, Ishtar.

### 1. A ORIGEM DO GRUPO ISHTAR

O Ishtar - Espaço para Gestantes iniciou foi concebido em 29 de setembro de 2007, com a união de três amigas e um mesmo ideal em torno de suas próprias experiências de maternidade. A motivação foi a vivência da gestação, parto e maternidade dessas mulheres, de uma forma diferente, conforme seus conhecimentos e instintos. Todas tinham em comum o mesmo objetivo, que era a vontade de parir e criar seus filhos de uma forma digna e humanizada.

Uma vez percebido que esse desejo é bastante comum e crescente, embora difícil de ser concretizado na realidade brasileira atual, decidiram criar um grupo de apoio à gestação e ao parto ativo, na zona sul de Recife, cuja criação e funcionamento não possui caráter religioso.

O nome foi escolhido por simbolizar a natureza feminina, pois Ishtar era o nome pelo qual os acádios e, posteriormente, os assírio-babilônicos chamavam a deusa suméria Inanna, personificação do planeta Vênus. A deusa do amor, da fertilidade e da guerra.

A logomarca do Ishtar (Fig. 1) tem como simbolismo uma lua cheia (o círculo), uma placenta (árvore da vida) e as três fundadoras do primeiro Ishtar (bolinhas laranjas espaçadas em triângulo).



Fig. 1 - Logomarca do Ishtar

Os casais grávidos podem se preparar emocionalmente e ter informações para planejamento do parto e pós-parto, assim como trocar experiências sobre amamentação e cuidado com os filhos para terem a oportunidade de decidirem com consciência e serem os protagonistas de seus partos e sua maternidade.

## 2. ISTHAR PELO BRASIL

Com a mudança de uma das idealizadoras para Belém, em março de 2008, foi concebido o Ishtar-Belém<sup>1</sup>, com o objetivo de atender os anseios de mulheres interessadas naquela cidade que começaram a fazer contato para saber mais, trocar informações e se preparar para este processo de maneira natural. No mesmo ano, mais dois grupos começaram as atividades em Sorocaba e em Fortaleza. No ano seguinte, foi a vez do Ishtar Brasília<sup>2</sup> organizar encontros mensais, sempre em locais públicos e abertos. Nos anos seguintes mais ativistas disseminaram a metodologia de acolhimento do grupo Ishtar para mais mulheres, pais e interessados nos temas acerca da gestação, parto e nascimento.

Ao longo de quase 6 anos, são inúmeras as famílias que já passaram pelos grupos e a essa rede vem colecionando vitórias, dificuldades, parceiros, amigos e grandes comadres, que vestem a camisa e abraçam a causa, como deve ser: uma causa feminina. Familiar.

Atualmente o Ishtar atua em 11 cidades: Recife (PE), Belém (PA), Fortaleza (CE), Sorocaba e Cerquilha (SP), Brasília (DF), Rio de Janeiro e Niterói (RJ), Belo Horizonte e Divinópolis (MG), e o mais recente em Garanhuns (PE).

1 <http://espacoishtarbelelem.blogspot.com.br>

2 <http://ishtarbrasil.com.br/>

### 3. ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS

Os encontros do grupo são oferecidos gratuitamente e acontecem com frequência quinzenal ou mensal para discutir temas relativos à gestação, parto, pós-parto, amamentação e cuidados com o bebê, fornecendo informações para que as famílias possam fazer escolhas informadas, e não embasadas em mitos e crendices.

As organizadoras apoiam e divulgam o conceito de Parto Ativo, ou em um âmbito maior, a Maternidade Ativa, como um reflexo das escolhas de parto nas outras fases da vida da família, como amamentação e criação dos filhos. O apoio ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e complementar até os 2 anos ou mais é discutido como temas dos encontros.

As reuniões sempre abordam um tema, que serve como orientação para o debate, mas a verdadeira dinâmica quem faz são os participantes com suas dúvidas ou colocações.

Geralmente, os encontros tem duração de 2 horas e começam com uma grande rodada de apresentação. Cada um fala seu nome, qual sua situação (grávida, mãe, pai, acompanhante, estudante, profissional), como chegou ao grupo e qualquer outra colocação pontual que deseje fazer neste momento.

Depois das apresentações, o tema é abordado, geralmente, através de fotos, material didático e/ou vídeos, além de muitos debates!

Ao final do encontro, sempre registramos com uma foto do grupo junto para ajudar a divulgação na Internet.

Eventualmente, quando as gestantes estão chegando à fase final da gestação, faz-se a despedida da barriga, que pode envolver um momento de relaxamento e carinho das outras participantes na futura mamãe, pintura de barriga, a entrega de um cartão de forma simbólica e a citação de uma palavra dita por cada participante para desejar uma boa chegada do bebê à nova família. Essa é uma forma de nos despedirmos desta mulher ainda grávida, para esperá-la algum tempo depois já com o bebê nos braços e uma bonita história pra contar.

O grupo não é só para a gestante, mas para toda a família! Podem participar o casal, a mãe, profissionais de saúde e todos os demais interessados nos temas. A responsabilidade pela organização de cada encontro é da equipe de coordenadores que prepara um roteiro para conduzir a dinâmica do encontro. Alguns profissionais como parteiras, obstetras, enfermeiras, pediatras, médicos e doulas, podem ser convidados a falar sobre um tema específico. Eventualmente, pessoas que já passaram pelo grupo retornam para relatar a experiência vivenciada no parto.

### 3. OBJETIVOS DO GRUPO

O principal objetivo das reuniões do Ishtar – Espaço para Gestantes é discutir, com base em

evidências científicas, o processo de gestação, desde a concepção até o momento do parto, bem como a participação da família durante a gravidez, fase de amamentação e cuidados com o bebê. Também são consideradas as experiências pessoais das organizadoras e dos participantes do grupo e aqueles que trabalham neste projeto o fazem em regime de voluntariado.

Assim, os objetivos deste projeto são:

- Fomentar discussões de temas sobre gravidez, parto, amamentação e cuidados com o bebê;
- Promover interação entre as participantes e seus cônjuges/ companheiros/ acompanhantes, a fim de que esses participem ativamente do processo da gestação da mulher;
- Auxiliar as gestantes na escolha do tipo de parto através de esclarecimentos, palestras, vídeos, leituras e relatos de vivências;
- Orientar as gestantes na preparação para a amamentação e cuidados com o bebê;
- Promover um maior conhecimento e participação das gestantes durante as diferentes fases da gravidez, incentivando a troca de experiências pessoais, com o intuito de diminuir as dúvidas e ansiedade desse momento especial para cada uma.

#### 4. ALINHAMENTO COM A REDE PARTO DO PRINCÍPIO

O Ishtar é um GAPP – Grupo Apoiado pela Parto do Princípio<sup>3</sup>, e por isso oferece reuniões gratuitas e periódicas para promover discussões sobre gravidez e parto baseadas nos seguintes princípios e valores:

- Incentivo ao parto normal e natural;
- Incentivo ao trabalho de enfermeiras obstetras, obstetrites, parteiras e doulas;
- Incentivo ao atendimento multidisciplinar a gestantes, parturientes e puérperas;
- Incentivo à desmedicalização do parto;
- Incentivo ao parto domiciliar, casas de parto e à humanização do atendimento e da ambientação hospitalar;
- Incentivo ao uso das melhores evidências na prática obstétrica e à observância das recomendações da Organização Mundial da Saúde;
- Incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e misto até 2 anos de idade ou mais.



Fig. 2 - Logomarca da Rede Parto do Princípio

<sup>3</sup> <http://partodoprincipio.com.br/>



## 5. ATUAÇÃO DO ISHTAR BRASÍLIA

Em Brasília, desde 2009, o grupo promove encontros com periodicidade de 2 vezes ao mês, sendo um encontro no segundo sábado e o outro na última quarta-feira do mês. Por se tratar de um grupo voluntário, os locais escolhidos são geralmente abertos (Erro: Origem da referência não encontrada), como parques, praças e salas de faculdades públicas. Em virtude das chuvas, pode ocorrer dos encontros serem realizados em salões de festas ou em salas cedidas de consultórios. Em média, o convite é enviado por email com uma semana de antecedência e a divulgação é também feita em redes sociais e no blog do grupo.

Atualmente, o grupo é organizado por Rafaela Rocha, Sylvana Karla e Wellington Lemos.

Em parceria com a Parto do Princípio, anualmente é organizada uma exposição de fotos em comemoração à Semana Mundial pelo Respeito ao Nascimento (SMRN). Em 2013, o tema da exposição, realizada em diversas cidades brasileiras, é “Não perturbe: estou parindo!”. Em anos anteriores, temas como “Mitos na gestação”, “Parir e Nascer: do trauma ao prazer” e “O nascimento e o dinheiro”.

Além desta exposição o Ishtar Brasília procura envolver-se em eventos e atividades que contribuam para a divulgação dos profissionais que trabalham com a perspectiva do Parto Ativo e Humanizado. A exemplo disso, tivemos a participação do Ishtar na organização e divulgação do dia da Parteira deste ano, coordenado pela Parteira Paloma Terra. Essas e outras ações são sempre divulgadas em nossos encontros e através das redes sociais, além do blog, pois o grupo tem também este objetivo de apoiar as causas em prol da Humanização do Parto e da Maternidade/Paternidade Ativa. Em 2012, o Ishtar Brasília marcou presença na Marcha do Parto em Casa (Fig. 3a), quando ativistas pela causa de todo o Brasil se reuniram clamando pelo direito da escolha do local de parto. Ainda em anos anteriores, eventos nacionais como o “Mamaço” mobilizaram mulheres pelo direito à amamentação em local público (Figura 3b), com o apoio e a participação do Ishtar.



Fig. 3 – (a) Marcha do Parto em Casa; (b) Mamaço.



## 6. CONCLUSÃO

Ao longo destes quase quatro anos de atuação do Ishtar em Brasília, foi possível colher muitos relatos de casais e gestantes que frequentaram as reuniões, afirmaram a importância e o benefício que foi participar destes encontros e compartilhar as experiências em grupo.

Pode-se dizer que o Ishtar – Espaço para Gestantes cumpre duas funções principais em relação aos casais e gestantes que dele fazem parte. A primeira função seria a de educar e informar, pois é a partir dos temas abordados que muitos participantes desconstróem mitos, tiram dúvidas e descobrem questões relacionadas à gestação, parto, amamentação e cuidados com o bebê que fazem toda a diferença na hora em que vão decidir a equipe que acompanhará o parto, o tipo e local de parto e a forma como desejam maternar/paternar seus filhos. Neste sentido, atinge-se o objetivo de empoderar as mulheres e homens no que diz respeito à gestação e ao parto, devolvendo este último às mulheres e às famílias, conscientizando-os e responsabilizando-os por suas escolhas e decisões.

A segunda, é a função terapêutica, uma vez que, estar compartilhando com outros casais e gestantes que vivenciam as mesmas realidades e experiências contribui para o fortalecimento das decisões e escolhas, bem como diminui a ansiedade e medo diante destas mesmas escolhas. No momento em que escutam histórias bem sucedidas de gestação, parto e amamentação, os casais e gestantes se fortalecem e assim podem defender com mais segurança suas escolhas, sem se deixar influenciar pelo ambiente social em que vivem.

Para melhor ilustrar os benefícios e a importância de frequentar um grupo de apoio ao parto seguem abaixo o breve relato do parto de uma criança feito por sua mãe. No relato ela ressalta a importância da participação no grupo de apoio.

### *Relato do Parto de Henrique*

*“Olá meninas,  
To escrevendo para dar notícias do nascimento do Henrique!  
Nasceu na madrugada do último sábado (04/05 às 5h da manhã).  
Foi um parto lindo, na água e na nossa casa. Nasceu empelicado!  
Papai Marcelo fez o parto praticamente sozinho! Ele realmente participou hora como doula e hora como parteira, heheheh (claro que com as profissionais do lado).  
Mas aconteceu tudo como esperávamos e estávamos preparamos! Entrei em trabalho de parto às 23h, e mantive a tranquilidade sabendo que tudo ia dar certo e as 5ho4 nasceu o Henrique!  
Quero agradecer MUITO a vocês que foram essenciais para a realização do nosso sonho, a cada encontro foi um fortalecimento maior e a certeza de que estávamos tomando as decisões com consciência e responsabilidade.  
Passei a admirar esse trabalho e virei ativista total da causa!  
Se precisar da gente pra qualquer coisa, estamos a disposição! Quem sabe fazer um encontro*

*com relatos de parto!*  
*Mais uma vez obrigada!!!*  
*Bjs*  
*Isabela, Marcelo e Henrique”*

## 7. REFERÊNCIAS

BALASKAS, JANET, *Parto Ativo*, São Paulo: Ground, 1993.

FADYNHA, *A Doula no Parto*. São Paulo: Ground, 2003.

ISHTAR BELÉM, *Blog do grupo Ishtar Belém*, disponível em: <http://espacoishtarbelem.blogspot.com.br/> [consultado em 7 de maio de 2013].

ISHTAR BRASÍLIA, *Blog do grupo Ishtar Brasília*, disponível em: <http://ishtarbrasil.blogspot.com.br/> [consultado em 7 de maio de 2013].

PARTO DO PRINCÍPIO, *Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa*, disponível em: <http://partodoprincipio.com.br/> [consultado em 7 de maio de 2013] São Paulo: 2006.

## PRÁTICAS ESCOLARES E CULTURA POLÍTICA FEMINISTA NO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL (2004-2007)

*Susane Rodrigues de Oliveira*  
*Departamento de História da UnB*

### RESUMO

Esta comunicação apresenta uma análise da cultura política feminista, que se revela nas propostas e ações voltadas para a educação escolar no Brasil, delineadas no primeiro e segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), nos anos de 2004 e 2008 respectivamente. O I PNPM representou um marco importante nas lutas dos movimentos feministas e de mulheres, por se constituir no primeiro conjunto de políticas articuladas no âmbito do governo brasileiro, com o objetivo de efetivação dos direitos das mulheres. Historicamente encontra seus fundamentos e princípios nas demandas e reivindicações destes movimentos e nas discussões/negociações travadas entre eles, a sociedade civil e as instituições governamentais. As propostas delineadas nestes Planos seguem especialmente as tendências e debates políticos firmados pelas mulheres em diversas conferências internacionais desde os anos setenta. Os Planos foram elaborados a partir de dois princípios fundamentais: o da “transversalidade de gênero” e o da consideração das “diferenças entre as mulheres”. A transversalidade vem permitindo a incorporação da perspectiva da equidade de gênero nas políticas promovidas em várias secretarias e ministérios do governo desde 2004, contribuindo em ações mais amplas e contundentes. O reconhecimento das diferenças/desigualdades entre as mulheres vem permitindo também políticas de gênero mais específicas, articuladas com as questões de raça, etnia, classe, território, geração, sexualidade, dentre outras. A cultura política é aqui entendida como um sistema de representações sociais, – portador de normas, conceitos e valores, – que permite explicações/interpretações sobre as ações políticas de determinados grupos sociais.

**Palavras-chave:** Educação; Mulheres; Cultura Política.

### INTRODUÇÃO

Nesta comunicação pretendo discutir a cultura política feminista que se revela nas políticas educacionais delineadas no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em vigor no período de 2004 a 2007. Este Plano foi fruto da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O I PNPM foi fruto da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher (CNDM). Com o objetivo de traduzir as diretrizes aprovadas na Conferência em políticas públicas, o Plano foi organizado em torno de 199 ações distribuídas em cinco grandes eixos estratégicos, relacionados às áreas prioritárias de atuação naquele momento: 1. *Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania*; 2. *Educação inclusiva e não sexista*; 3. *Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos*; 4. *Enfrentamento à violência contra as mulheres*; e 5. *Gestão e monitoramento do Plano*. Cada eixo estratégico contou com a definição de objetivos, metas e prioridades, sob as quais se classificavam as ações. Tratarei aqui apenas do eixo de número 2, que tem como título – *Educação inclusiva e não sexista* –, ou seja, a parte referente às políticas educacionais.

A presente pesquisa se baseou exclusivamente na análise de documentos oficiais: no próprio texto do I PNPM e nos relatórios de implementação das ações propostas neste Plano. Estes relatórios foram elaborados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e configuram uma memória da experiência no campo das políticas de promoção da igualdade de gênero e de autonomia das mulheres no Brasil. Pretendo aqui discutir brevemente a cultura política que orientou a elaboração deste Plano, bem como os significados, as estratégias e os fundamentos históricos das ações propostas e implementadas por este Plano no campo da educação escolar. A cultura política é aqui entendida como um sistema de representações sociais, – portador de normas, conceitos e valores, – que permite explicações/interpretações sobre “o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades”. (GOMES, 2005: 30).

No Brasil, as mulheres ao longo de todo o século XX têm reivindicado seus direitos de cidadania, abrindo novas formas de espaço e luta. O I PNPM constitui um marco nas conquistas históricas destes movimentos, por representar o primeiro “conjunto de políticas públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário é a efetivação dos direitos das mulheres”. (BRASIL/SPM, 2006: 11).

A elaboração do I PNPM foi orientada pelos seguintes princípios, definidos durante a I Conferência: igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social. Um aspecto fundamental dentre estes princípios refere-se ao reconhecimento de que a igualdade de gênero está relacionada ao respeito à diversidade cultural, étnica, racial, sexual, social, econômica, regional e geracional, e se fundamenta tanto na cultura política dos movimentos feministas, como no desenvolvimento dos Estudos Feministas e de Gênero nos meios acadêmicos.

Nos anos sessenta os movimentos feministas em prol da igualdade de direitos se constituíram e se fortaleceram em torno do discurso de uma identidade coletiva que enfatizava o caráter homogêneo das experiências e interesses das mulheres (SCOTT, 1992: 83-84). A reunião em torno de uma identidade coletiva das mulheres tornou possível uma mobilização política importante e disseminada. No entanto, no final dos anos setenta começaram a surgir várias tensões no interior deste movimento, desafiando o significado unitário da categoria das “mulheres”. As diferenças entre mulheres “questionavam a possibilidade de uma políti-

ca unificada e sugeriam que os interesses das mulheres não eram auto-evidentes, mas uma questão de disputa e de discussão” (SCOTT, 1992: 88).

Tornava-se imprescindível reconhecer as diferenças e desigualdades entre as mulheres e o modo como estas diferenças estão relacionadas às questões raciais, étnicas, religiosas, econômicas, regionais, geracionais, de orientação sexual, dentre outras. Numerosos coletivos de mulheres (negras, indígenas, trabalhadoras rurais, mães solteiras, lésbicas, dentre outras) não se reconheciam em um projeto exclusivamente pensado e animado por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Deste modo, sublinharam que as pautas de reivindicações comuns ou universais às mulheres, apesar de eficazes nas mobilizações iniciais, não podiam mais se sustentar diante da diversidade e multiplicidade de relações sociais vividas pelas mulheres. Estas críticas e divisões não representaram o fim dos movimentos feministas, mas sim a sua pluralização, proliferação e amadurecimento na transformação dos modelos e estratégias políticas para a igualdade de gênero no Brasil.

Assim, os princípios que orientaram o I PNPM buscam atender às reivindicações dos movimentos feministas contemporâneos, já que pautados nas reivindicações de equidade, justiça, autonomia das mulheres e respeito à diversidade. No campo da educação, a SPM reconhece que

Para garantir que todas as meninas e mulheres sejam respeitadas em seu direito à educação, há que ser combatida não apenas a discriminação de gênero, mas todas as maneiras discriminatórias, antidemocráticas e essencialistas de se olhar/tratar a diferença. A lista é inexaurível – a discriminação geracional, étnico-racial por orientação sexual e identidade de gênero, contra pessoas com deficiência, por origem regional e assim por diante (BRASIL/SPM, 2009: 47-48).

As políticas e linhas de ações traçadas no I PNPM parecem, assim, fundamentadas no respeito a outras distinções identitárias. Tais propostas estão atravessadas por um programa mais inclusivo que busca se abrir à diversidade das experiências vividas pelas mulheres. Deste modo, o reconhecimento de que a exclusão e discriminação das mulheres está também relacionada a outros aspectos sociais, representa um avanço gigantesco em relação às políticas sociais anteriores, na medida em que incorpora as reivindicações de grupos historicamente discriminados em todos os projetos sociais (BANDEIRA & BITTENCOURT, 2005: 186).

Não por acaso, o capítulo dedicado às políticas educacionais para a igualdade de gênero recebe, no I PNPM, o título de “Educação inclusiva e não-sexista”. Tais políticas “na” e “pela” educação estão inseridas em um conjunto de medidas voltadas à formação para os direitos humanos e o enfrentamento de toda forma de discriminação (BRASIL/SPM, 2009: 48). Tal proposta de educação inclusiva é entendida como uma tentativa de assegurar a todos (independente do gênero, raça, etnia, classe e outras diferenças) o acesso e permanência na escola.

No sentido de promoção da educação inclusiva e não-sexista o I PNPM estabeleceu as se-

guintes prioridades:

- 2.1 Promover ações no processo educacional para equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- 2.2 Ampliar o acesso à educação infantil: creches e pré-escolas.
- 2.3 Promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e índias.
- 2.4 Valorizar as iniciativas culturais das mulheres.
- 2.5 Estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres. (BRASIL/SPM, 2004: 56)

A partir destas prioridades as ações no campo da educação inclusiva e não-sexista deveriam se voltar para três frentes principais, quais sejam:

- (a) A incorporação de uma perspectiva de gênero nos processos educacionais, de forma a eliminar discriminações e estereótipos dos currículos, dos materiais didáticos e paradidáticos, da formação e capacitação de profissionais etc.;
- (b) inclusão das mulheres no sistema educacional – ação destinada a públicos femininos tradicionalmente excluídos, como as mulheres acima de 45 anos; e
- (c) atuação dos meios de comunicação e eventos culturais, no sentido de valorizar as mulheres como sujeitos da história e da produção cultural e de eliminar os estereótipos tão presentes na nossa mídia (BRASIL/SPM, 2006: 45).

Podemos identificar nestas propostas ao menos dois campos de ação no sentido de promoção da equidade de gênero. O primeiro tem por base o binômio inclusão/exclusão e busca proporcionar às mulheres excluídas (negras, idosas, indígenas, mães solteiras, dentre outras) o acesso à educação, a partir de uma perspectiva socioeconômica, como parte das políticas de inclusão social e de ações afirmativas. O segundo campo de ação se fundamenta nas “políticas de diferença”, as quais se distinguem das políticas de inclusão social e das políticas da ação afirmativa, não pela ênfase no particularismo, mas pelo atendimento à demanda pelo igual reconhecimento do direito das mulheres a se expressarem e atuarem na esfera pública, ou seja, às demandas pela autonomia das mulheres. Essa abordagem questiona frontalmente as práticas sexistas associadas às imagens estereotipadas e essencializadas a respeito das mulheres e aponta para mudanças nas concepções/relações de gênero através das práticas escolares, dos meios de comunicação e dos eventos culturais. É neste segundo campo de ação que se fundamenta o reconhecimento e valorização da experiência histórica das mulheres, proposto no I PNPM, no sentido de valorizá-las como “sujeitos da história e da produção cultural e de eliminar os estereótipos tão presentes na nossa mídia” (BRASIL/SPM, 2006: 45).

Numa perspectiva feminista, entendemos as práticas escolares como práticas políticas na medida em que atuam na formação dos indivíduos, de seus imaginários, identidades e práticas sociais. Enquanto “tecnologias do gênero”, os discursos e práticas escolares são produtos e produtores das diferenças de gênero e sexualidade, construindo corpos sexuados, homens e mulheres de forma hierárquica, posições sociais desiguais (NAVARRO-SWAIN, 2007). Neste sentido, uma política feminista de transformação das desigualdades e hierarquias de gênero passa especialmente pela escola, ou seja, pela transformação das práticas escolares, desde os currículos e linguagens, ao acesso e estímulo igualitário das mulheres ao sistema educacional e a algumas carreiras profissionais que ainda são exclusividades dos homens.

No que tange à promoção da equidade de gênero através das práticas escolares, o Ministério da Educação, em diálogo com a SPM, buscou implementar políticas com o objetivo de incidir sobre a pedagogia, os currículos e a formação dos profissionais da educação, de modo a enfrentar o sexismo e a promover o valor da igualdade de gênero. Como justificativa para estas ações, o Plano reconhece que:

A escola é um dos grandes agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de gênero, que gera discriminações e violência contra as mulheres, se expressa no ambiente educacional de várias maneiras. Conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da(s) mulher(es) ainda são reproduzidos em materiais didáticos e paradidáticos, em diferentes espaços e contextos educacionais. E, atitudes preconceituosas de professores(es) ou orientadoras(es) educacionais podem contribuir para que determinadas carreiras sejam vistas como “tipicamente femininas”, e outras “tipicamente masculinas”. (BRASIL/SPM, 2004: 55)

Desde seus inícios, a escola moderna ocidental constitui espaço re-produtor das diferenças e desigualdades de gênero. Não por acaso, a educação escolar esteve presente na pauta dos movimentos feministas da segunda metade do século XX, fundamentada, portanto, no reconhecimento da escola como *locus* privilegiado para a construção das identidades, diferenças e desigualdades sociais. Os currículos, materiais didáticos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, processos de avaliação e outros aspectos da cultura escolar vêm atuando como produtos e produtores das diferenças de gênero (LOURO, 2003). Os estudos acadêmicos, desenvolvidos na segunda metade do século XX, especialmente no campo da História das Mulheres, denunciam este processo de escolarização das diferenças de gênero e apontam para os discursos, práticas e relações de poder que o orientaram (MUNIZ, 2003; ROSEMBERG, 2001; VIANNA & UNBEHAUM, 2004; LOURO, 1997).

A preocupação com a formação de professores/as, presente no I PNPM, encontra assim um fundamento histórico. Neste sentido, as políticas para a igualdade de gênero tem se centrado



na formação de educadores/as em relação à temática<sup>1</sup>. Em 2005, a SPM em parceria com o Conselho Britânico iniciou uma discussão para elaboração de um curso de formação de professores/as das escolas públicas na temática de gênero e feminismo. Esta união de esforços resultou na proposta de um curso de formação de professoras/es nas sistemáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual a qual contou com participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Educação a Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC), mais a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O curso recebeu a denominação de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e foi desenvolvido no âmbito de dois Programas: “Educação para a Diversidade e Cidadania” e “Gestão da transversalidade de gênero nas políticas públicas”. O curso GDE responde às recentes políticas de inclusão de gênero, orientação sexual e raça/etnia na formação docente. É, portanto, resultado da transversalidade de gênero nas políticas, ou seja, de um trabalho conjunto e articulado de diversas instâncias do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, de vários setores dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica (CARVALHO, 2010).

Ainda segundo o relatório da SPM, houve o aprimoramento do tratamento das questões de gênero, raça e etnia nos processos de avaliação e seleção dos livros didáticos distribuídos às escolas, no período de 2004-2007. Os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2007 e 2008, relativos às obras das séries iniciais do Ensino Fundamental, fizeram menção à temática de gênero e à necessidade de tratamento positivo das mulheres em textos e imagens<sup>2</sup>.

Devemos ressaltar que algumas políticas voltadas para as questões de gênero e diversidade nos livros didáticos estão presentes no Brasil desde 1996, quando o CNDM e o MEC assinaram um protocolo de colaboração para o combate à discriminação contra as mulheres na educação, que seria incluído como um dos critérios a serem considerados na avaliação dos livros didáticos comprados e distribuídos pelo MEC. Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais incluíram como objetivo questionar padrões de desigualdade de gênero e incentivar, na escola, a “diversidade de comportamento de homens e mulheres”, o “respeito pelo outro sexo” e “pelas variadas expressões do feminino e masculino” [Brasil, 1997]. Em 2001, o Plano Nacional de Educação também incluiu dentre os critérios de avaliação dos livros didáticos a “adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio” (ROSEMBERG ET AL., 2009: 510-511).

---

1 Segundo dados da SPM, “Entre 2005 e 2007, foram formados cerca de 4.000 profissionais da educação em cursos específicos sobre o tema, apoiados pelo MEC em vários estados ou desenvolvidos diretamente pelo governo federal. Para tanto, foram financiados 27 projetos ao longo dos três anos, totalizando um montante de mais de R\$ 3,3 milhões em recursos investidos” (BRASIL/SPM, 2009, p. 51).

2 Estas ações, coordenadas pelo MEC, se inserem no Programa Brasil Escolarizado, voltado para a distribuição de livros didáticos para o Ensino Fundamental.



Mesmo após essas iniciativas e todo um conjunto de debates e estudos sobre as questões de gênero nos livros didáticos, travados em eventos acadêmicos e governamentais (coordenados pelo MEC), é possível ainda constatar a presença de imagens estereotipadas nestes livros que contribuem na construção das desigualdades de gênero. Os homens ainda aparecem como sujeitos dominantes, decididos, racionais e fortes, enquanto as mulheres são vistas fisicamente mais frágeis, emotivas, maternais, associadas apenas ao espaço doméstico da casa e da família. Deste modo, os livros didáticos constituem produtos e produtores de representações de gênero, como “tecnologias do gênero” (LAURETIS, 1994), na medida em que atribuem significados (identidades, valores, prestígios, posição de parentesco, *status* dentro da hierarquia social etc.) aos homens e mulheres.

Em 2008 surge o II PNPM (em vigor até 2011), consolidando, junto com I PNPM, a atuação pública federal no campo da promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres. O princípio da “transversalidade de gênero” continua orientando suas ações políticas. O enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia passa a constitui o foco central deste documento que pauta-se no reconhecimento da existência e necessidade de responder institucionalmente às desigualdades produzidas a partir das diferenças identificadas em cada sujeito político. Neste sentido, o capítulo referente à educação ganha no II PNPM o título de “Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica”, ampliando ainda mais o seu foco de ação. Já o III PNPM (2013-2015), assinado pela Presidente Dilma em março de 2013, pretende reafirmar e ampliar estas propostas educacionais. Neste Plano o capítulo 2, voltado para o campo da educação, recebe o título de “Educação para Igualdade e Cidadania”. A noção de cidadania parece ampliar e sintetizar a pluralidade de interesses e preocupações dos movimentos feministas e de mulheres, não se restringindo apenas às lutas contra o racismo e a lesbofobia/homofobia. Nos objetivos, metas e linhas de ações traçadas neste Plano identificamos uma preocupação maior com eliminação de conteúdos sexistas e discriminatórios nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica, para isso propõe políticas de elaboração e difusão de materiais didáticos escolares voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades, com foco nas questões de raça, etnia, orientação sexual e direitos humanos. Além disso, a preocupação com políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, no ambiente escolar e universitário, também ganha destaque.

Observamos que foram muitos os avanços no campo das políticas educacionais para equidade de gênero no Brasil, entre os anos de 2004 e 2007. Entretanto, ainda persistem enormes desafios neste campo. A própria SPM reconhece que falta no MEC um núcleo específico para assuntos de gênero, o que dificulta ainda mais a implementação e orçamento para as políticas educacionais para a promoção da igualdade de gênero. Outro problema, que preocupa as feministas e foi identificado pelo CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), é a baixa execução orçamentária para as políticas de igualdade de gênero no Brasil, o que demonstra ainda que infelizmente a superação das desigualdades de gênero não é prioridade do Governo Federal.

Além de políticas que promovam o acesso das mulheres aos bancos escolares, é preciso também atentar para o que se re-produz no espaço escolar através da linguagem, comportamentos, currículos e livros didáticos. As instituições escolares têm poderoso efeito na construção e difusão de normas e valores sociais, constituindo, ao lado da família e da mídia, espaços privilegiados tanto de reprodução como de desconstrução dos estereótipos que produzem as desigualdades experimentadas pelas mulheres na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República (2003), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Compromissos do Governo Federal 2003: políticas públicas para as mulheres*. Brasília.

BRASIL (2004), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM.

BRASIL (2006), Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Relatório de Implementação 2005*. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM.

BRASIL (2009), Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Relatório Final de Implementação: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2005 - 2007*. Brasília: SPM.

BRASIL (2003), Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministério da Educação.

BANDEIRA, Lourdes; BITTENCOURT, Fernanda (2005), Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras. In: NAVARRO-SWAIN, Tania; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres.

\_\_\_\_ (2011), *Importância do PNPM: contexto histórico das I e II Conferências e da formulação dos I e II Planos, eixos, principais propostas do II PNPM e situação atual*. s/d. Disponível em <[http://200.130.7.5/spmu/docs/CNDM\\_22\\_09\\_09.pdf](http://200.130.7.5/spmu/docs/CNDM_22_09_09.pdf)> Acessado em 28 ago. 2011.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (2010), *Gênero e diversidade na escola: análise de planos de ação de professor@s em formação continuada na Paraíba*. Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 9. Florianópolis: UFSC.

LOURO, Guacira Lopes (2003), *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estru-

turalista. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUNIZ, Diva C. do Couto (2010), Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. STEVENS, Cristina Et. Al. (orgs.). *Gênero e Feminismos: convergências* (in)disciplinares. Brasília: Ex Libris.

NAVARRO-SWAIN, Tania (2005), Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: NAVARRO-SWAIN, Tania; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres.

ROSEMBERG, Fúlvia (2001), *Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990*. Cadernos Pagu. Nº.16, CAMPINAS: Unicamp.

\_\_\_\_\_; MOURA, Neide Cardoso de; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da (2009), Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. *Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação*, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 489-519.

SCOTT, Joan (1992), História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra (2004), O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 34, n. 121, jan./abr. de 2004. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

# PRISÃO E LOUCURA: UMA NARRATIVA DE MULHERES EM MEDIDA DE SEGURANÇA NO DISTRITO FEDERAL

*Luana Karina Dallposso*  
*Orientadora: Profa Dra Debora Diniz*  
*Universidade de Brasília – UnB*

## RESUMO

Essa pesquisa é um subprojeto da Pesquisa Radiografia do Crime Feminino no Distrito Federal (DF), da qual participei durante o ano de 2012. É um estudo em ciências humanas de natureza qualitativa e exploratória do qual o instrumento principal de análise é a entrevista narrativa feita com as quatro mulheres que, consideradas loucas infratoras, cumprem a medida de segurança (MS). Embora haja um movimento de desmanicomialização da loucura em que é vedada a internação em locais com características asilares, no DF mulheres cumprem MS em celas compartilhadas com as presas enquanto a Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) da Penitenciária Feminina (PFDF) atende apenas homens, além de estar interdita desde junho de 2012 por ser considerada inadequada para o tratamento. O DF é a unidade da federação mais atrasada na ampliação da rede de atendimento à saúde mental, de forma que os centros psiquiátricos existentes encontram-se sobrecarregados. O objetivo foi relacionar as dificuldades retratadas pelas mulheres em MS com o acesso a direitos sociais: de saúde e humanos. Espera-se dar visibilidade à questão e garantir acesso a direitos para o cumprimento de MS por mulheres.

**Palavras chave:** Mulheres, Loucura, Medida de Segurança, Prisão, Acesso a direitos.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a singularidade da medida de segurança (MS) de internação cumprida em cárcere por mulheres no Distrito Federal (DF), tendo por base as narrativas das quatro mulheres nessa condição na Penitenciária Feminina do DF (PFDF) com a perspectiva de levantar suas dificuldades no acesso a direitos. A medida de segurança (MS) é um tratamento compulsório ambulatorial ou de internação para pessoas em sofrimento mental que cometem infrações. A MS é um dispositivo jurídico atestado por uma perícia psiquiátrica e determinada pelo juiz. A internação em instituição com características asilares é vedada pela Lei 10.216 (BRASIL, 2001) a principal referência em proteção para as pessoas em sofrimento mental, apesar disso no Brasil as MS de internação e ambulatoriais são executadas nos chamados Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico HCTPs (BRASIL, 1984). Nos estados que não dispuserem de HCTPs é recomendado que os pacientes sejam tratados na Rede do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2004). Em três esta-

dos as pessoas cumprem MS em Alas de Tratamento Psiquiátrico (ATPs), o Distrito Federal é um deles (DINIZ, 2013).

Na única Penitenciária Feminina local (PFDF), quatro mulheres cumprem MS de internação em celas junto com as internas. A ATP que fica na própria penitenciária dispõe de 50 vagas, mas abriga 106 homens e está interditada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para o recebimento de novos internos desde junho de 2012 por ser considerada inadequada para a realização de atividades terapêuticas e para as demais necessidades dos usuários. Não há um programa específico de atendimento “que contemple as diretrizes das áreas de saúde, segurança, assistência social, educação, formação profissional, cultura e lazer”.<sup>1</sup>

Para Debora Diniz o direito humano de estar no mundo, “é o mais diretamente violado pelo regime de asilamento compulsório e pelo tempo indeterminado imposto pela medida de segurança no Brasil” (DINIZ, 2013, p. 14). A não efetivação dos direitos no cumprimento das MS apontada por Simone Messias (2005, p. 42), configura-se como o não acesso à “educação, saúde, assistência social e psicológica, assistência material e religiosa”, além das resistências institucionais impostas aos homossexuais estabelecidas por um padrão moral pré-instituído, conformando um impedimento ao direito à vivência sexual.

Há poucos estudos que relacionam prisão e saúde mental e esse número diminui consideravelmente se contarmos a interface com questões específicas de gênero, foi encontrado apenas um estudo que abrange a questão da MS para mulheres na Scielo.<sup>2</sup> Também são poucos os estudos a partir de entrevistas com pessoas internadas em HCTPs. Por levar em conta a invisibilidade das pessoas com sofrimento mental e, sobretudo das questões de gênero é que se escolheu trabalhar com a perspectiva da mulher e não a partir da instituição ou dos profissionais.

## 2. METODOLOGIA

Esse é um estudo qualitativo exploratório em ciências humanas sobre mulheres em cumprimento de MS na Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF. Os objetivos foram 1. Identificar as dificuldades de acesso à direitos pelas narrativas das mulheres 2. Categorizar as falas e comparando-as umas com as outras 3. Relacionar as dificuldades relatadas pelas mulheres com a perspectiva da garantia de direitos, baseando-se para isso na legislação de saúde mental **referida na lei nacional 10.216/01, no Plano Nacional de Política Penitenciária (PNPP) nas Resoluções nº 04** de 30 de julho de 2010 e N.º 05, de 04 de maio de 2004 e

1 DISTRITO FEDERAL. MPDFT pede interdição da Ala de Tratamento Psiquiátrico da Colmeia. 04/06/2012. Disponível em <http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php/imprensa-menu/noticias/4891-mpdft-pede-interdicao-da-ala-de-tratamento-psiquiatrico>. Acesso em 24/08/2012.

2 Scientific Electronic Library Online é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível em <http://www.scielo.org/> Acesso em 15/08/2012.

no Plano Diretor de Saúde Mental do DF Federal – PDSM.

O instrumento principal de análise foi a entrevista narrativa feita com cada uma das quatro mulheres, foi escolhida a pergunta narrativa como método aberto de entrevista: **Qual é, ou quais são as maiores dificuldades que você enfrenta no seu dia-a-dia aqui na PFDF?** Após as entrevistas foi feita a conferência e sistematização dos dados para então revisar-se questões pertinentes à codificação, feita em 2 etapas: a microanálise e a “codificação seletiva” que implica o refinamento e a inter-relação dos conceitos encontrados/criados para a elaboração da teoria (GIBBS, 2009, p. 72).

A PRCF/DF foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH/UnB) O plano desse trabalho foi agregado ao projeto autorizado e, portanto anexado ao processo de revisão ética já existente. A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que informa as participantes sobre os objetivos da pesquisa, a confidencialidade dos dados de maneira que ela possa decidir participar da pesquisa. Foi utilizado (TCLE) oral (anexo).

### 3. ANÁLISE DE DADOS

#### 3.1 MULHERES EM MEDIDA DE SEGURANÇA DE INTERNAÇÃO - DF

Uma grande porta bege separa o corredor da cela em que estão duas mulheres em MS, em outro bloco mais distante estão outras duas. Junto com presas comuns, elas cumprem a MS na PFDF e não veem o que se passa do lado de fora.<sup>3</sup> As quatro mulheres consideradas loucas infratoras no Distrito Federal. Mulheres jovens, entre 23 e 34 anos, descritas nas pastas como negras e pardas, duas se declararam negras, uma indígena e uma disse “eu gosto de ser branca”. Segundo a PRCF/DF (2012), 66,8% (185 mulheres) declararam-se negras e pardas.

**Quadro 1** - Perfil das 4 mulheres cumprindo MS de internação no DF

Dados gerais	Mulheres
Natural do DF	2
Religião	
Católicas	2
Evangélicas	2

<sup>3</sup> Os nomes são fictícios para proteger a identidade das mulheres.

Escolaridade	
Analfabeta	1
Ensino Fundamental	2
Ensino superior	1
Documentos <sup>4</sup>	3
Trabalhou	
Com carteira assinada	1
Sem carteira	1
Não tinha emprego	2
Participou de oficinas de capacitação	1
Benefícios <sup>5</sup>	0
Estado civil	
Solteira	3
União estável	1
Recebe visita íntima	1
Visitantes <sup>6</sup>	4
Se relacionou com mulheres	
Antes de ser presas	2
Depois de ser presas	2
Familiares/amigos presos <sup>7</sup>	1
Doença	0
Acompanhamento psiquiátrico <sup>8</sup>	4
Medicação	3
Deficiência <sup>9</sup>	1
Isolamento <sup>10</sup>	2
Teve filho na prisão <sup>11</sup>	2
Morou na rua <sup>12</sup>	4
Sofreu violência doméstica	4
Presa quando adolescente <sup>13</sup>	3
Já se prostituiu	4

Abuso de drogas	3
-----------------	---

Entre idas e vindas estão presas há doze, seis, cinco e dois anos. No total são vinte e três passagens pela PFDF, onze, nove, duas e uma vez. Nos dossiês constam as infrações cometidas Art. 157, Art. 155, 121 c/c 14 (BRASIL, 1940) e 12 da Lei 6368/76 substituída pelo artigo 33 da nova lei de drogas 11343/06.<sup>14</sup> Há descrição de marcas da violência no corpo de uma mulher: tiro, facada, queimaduras. A demora entre o requerimento para exame de insanidade mental e a instauração da medida, materializou-se no (des)caso de uma mulher: foi instaurada a MS após oito anos em que foram requeridos os exames por incidente de insanidade.

As histórias de vidas aproximam as mulheres em MS e revelam a compreensão de uma frágil inserção no mundo. Todas tiveram em algum momento a rua como moradia, sofreram vio-

- 4 Os documentos declarados foram RG, certidão de nascimento, título de eleitor.
- 5 Auxílio reclusão, aposentadoria, BPC, pensão do INSS, outros.
- 6 Cada mulher declarou receber apenas um visitante: uma recebia a mãe, duas a irmã e outra o pai.
- 7 Uma das mulheres afirmou ter irmão, irmã e cunhado presos.
- 8 O sofrimento foi traduzido por elas como abstinência, esquizofrenia, ansiedade e depressão.
- 9 Uma das mulheres teve um derrame e tem deficiência motora.
- 10 O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é a imposição de isolamento por infringir normas em relação a outras presas e agentes. Deve ter um prazo máximo de 30 dias, mas pode ser renovado. Uma mulher ficou duas vezes de trinta dias, a outra por seis vezes somando cento e sessenta e cinco dias (mais de cinco meses em um período de dois anos).
- 11 Duas mulheres tiveram filhos na prisão: uma teve dois de seus 5 filhos, a outra teve seu único filho na prisão. As crianças menores de 7 anos estão sob os cuidados da avó materna em uma caso e com família materna sem ser a avó no segundo.
- 12 Declararam ter morado na rua durante oito anos, cinco, a terceira entre um e dois anos e a última um mês.
- 13 As mulheres declararam ter sido internadas no Centro de Atendimento Juvenil Especializado do DF (CAJE).
- 14 Art. 155 (c/c 14) - subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel (tentativa); Art. 157 - subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência; Art. 121 c/c 14 - tentar matar alguém; Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006 - **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.**



lência doméstica e já se prostituíram.

### 3.2 ESPAÇO PRISIONAL

A prisão é o local onde se configura o cumprimento de MS de internação por mulheres no DF. Essa é a primeira violação de seu direito de estar em um local adequado a dar suporte para seu tratamento. O fato de a ATP ser um arranjo institucional e constituir-se no mesmo local da PFDF é um problema, além disso, apenas homens se encontram na Ala e as mulheres estão em celas comuns. Nos relatos das mulheres em MS sobre o cotidiano aparecem como reminiscências interpretações a respeito da rotina nesse espaço à medida que elas expõem particularidades da utilização de seu tempo, sua educação, seus hábitos.

De acordo os relatos do cotidiano, as mulheres em MS fazem uma interpretação de que “puxam cadeia” assim como as outras, elas se veem e se redescrivem como presidiárias e não como pacientes, categoria em que deveriam estar inseridas

A Lei 10.216/2001, conhecida como Lei Paulo Delgado que trata da proteção e dos direitos das pessoas com transtornos mentais e reorienta o modelo assistencial para pessoas em sofrimento mental, fundamenta-se nos princípios do SUS. Note-se que a lei não excepciona do seu texto as pessoas em sofrimento mental que tenham cometido crime, de forma que essas devem ser atingidos por ela igualmente,

aliás, não subsiste qualquer motivo para excluí-los da aplicação desse diploma, sem promover uma discriminação que não tem o menor suporte na Constituição Federal. Ao contrário, o seu art. 1º determina que os direitos ali assegurados às pessoas com transtornos mentais devem ser garantidos “sem qualquer forma de discriminação [...] (BRASIL, 2011, p. 64).

Na verdade, independente de ter recebido uma medida ambulatorial ou de internamento, nenhuma das quatro mulheres poderia estar se tratando em um presídio que não tem condição de dar o suporte de atenção integral para sua recuperação e que não tem nenhuma das características que comporiam um programa de atenção integral.

### 3.3 DEFINIR-SE PERIGOSA

As mulheres reelaboram a noção de sua condição a partir do significado que tem para elas a própria MS, elas introjetam a fala que lhes foi associada: é “que eu sou periculosa, tá até no meu processo... que eu não tenho condições de ir pra sociedade, até o tempo que eu fizer o exame e ver que eu to boa aí eles me mandam, enquanto isso só renovando, renovando”. Os exames são parte do procedimento de entrada para a instauração do incidente de insanidade, atestado pela psiquiatria, mas que tem por fim o aval de um juiz. Também são condicio-

nantes para saída da internação, quando da cessação da periculosidade.

Um programa que atenda as especificidades da mulher em MS deverá estar apto a reinterpretar junto com ela essa definição de perigo, não como uma carga negativa de probabilidade de reincidir em uma infração, mas como busca de formas de realização, de

fortalecimento das habilidades e capacidades do sujeito em responder pelo que faz ou deixa de fazer por meio do laço social, através da oferta de recursos simbólicos que viabilizem a ressignificação de sua história, produção de sentido e novas respostas na sua relação com o outro” (BRASIL, 2010b, § 2º, 5º).

Ao invés disso o que ocorre é uma medicalização da loucura como maneira de substituir espaços de construção de identidades, de interação para novas formas de reconhecimento e de pertencimento.

As passagens por instituições psiquiátricas anteriores à prisão denota a falta de competência do Estado em garantir apoio psicossocial para essas mulheres. O DF é a unidade da federação mais atrasada na ampliação da rede de atendimento à saúde mental, os poucos serviços substitutivos já apresentam demanda reprimida, pois ainda não consideram a abrangência populacional preconizada por lei (BRASIL, 2012).

### **3.4. AUSÊNCIA DA FAMÍLIA E INCAPACIDADE DO ESTADO EM OFERECER VÍNCULOS PARA A LIBERDADE**

A dificuldade em manter laços com a família aparece em todos os relatos, duas mulheres não têm familiares residentes no DF o que torna difícil a aproximação. Elas contam que é duro “estar longe da minha família, por que eu não sou daqui e minha família vem me visitar uma vez a cada dois meses, uma vez por mês e como muita dificuldade, muito difícil né? O acesso ao presídio...”

As quatro mulheres tem filhos. Uma delas conta oito, “cinco morreu e três o juiz tomou, tenho nenhum praticamente... eu sou menina de rua”; constata e lamenta sobretudo ao que a droga fez, “eu preferi dar, que o juiz dá meu filho, do que recuperar das drogas”. As crianças (cuja idade não soube dizer) estão em um abrigo. A segunda mulher tem um filho menor de sete anos que está sob os cuidados do pai. As outras duas tem cinco e um filho.

Com alguma consciência das implicações de sua condição, todas as mulheres abordaram várias questões relativas às suas vivências e expectativas. Levando em conta suas histórias de vida, vê-se que as violações não são do tempo presente, de uma sobreposição da política prisional a necessidade de atenção em saúde mental. São vidas violadas desde o abuso de drogas ainda na infância à situação de rua e isso não é uma questão familiar apenas, é de responsabilidade do Estado proteger e dar condições para uma vida digna a todas as pessoas

e especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade como o caso das MS cumpridas em cárcere.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da condição histórica do tratamento precário dado à saúde como um todo e em especial à saúde mental, e considerando as particularidades de mulheres em cumprimento de MS, observa-se a que o Estado ao não implementar Políticas de Saúde e Assistência se desresponsabiliza e não considera a subjetividade e a complexidade na questão do cuidado com as doenças mentais severas ou persistentes. As mulheres que cumprem MS na PFDF assim como as loucas e loucos de todo o Brasil são pessoas alienadas de seus direitos, as quais tem negado o reconhecimento inclusive a um lugar no mundo.<sup>5</sup>

A agenda para a eliminação dessa desigualdade passa obrigatoriamente pela implementação das políticas públicas voltadas esse segmento da população. A implementação da Reforma Psiquiátrica exige substituir a lógica repressiva do asilamento em HCTPs ou ATPS, concepção que prevalece no Brasil. E para superar esses problemas, é de grande importância que se responda às demandas das loucas infratoras, fazendo as mediações necessárias, disputando a hegemonia com o projeto conservador e defendendo um projeto de saúde mental público, descentralizado, desinstitucionalizante e não prisional. Sendo assim reorganizar os serviços existentes na rede de saúde mental do DF e construir espaços que atendam à demanda local são de suma importância para o processo. O DF possui apenas um protótipo de SRT no ISM que recebe homens em MS, mas poderia com o esforço da rede de saúde mental atender também as mulheres que tem sido excluídas desse processo. A constituição desses espaços é relevante para a desinstitucionalização das usuárias.

De acordo com os dados encontrados na pesquisa, faz-se urgente criar um programa que trabalhe em várias frentes para o atendimento das necessidades das mulheres em MS. Seguem algumas propostas que podem ser colocadas em prática pela ATP em parceria com outras instituições:

- Garantia de que mulheres em sofrimento mental que cometam infrações sejam acolhidas e tratadas na rede SUS do DF.
- Operacionalização de direitos através de ações nas áreas moradia, educação, saúde e trabalho bem como o resgate da cidadania.

---

• Gestão e empenho de todo o recurso e para a saúde mental e para as políticas sociais de áreas

5 Entrevista com Debora Diniz sobre o filme “A Casa dos Mortos” em: *Vibrant - Virtual Brasileira de Antropologia*, v 9, n. 2. julho-dezembro de 2012. Brasília, ABA. OLIVEIRA, Rosana de Medeiros; SILVA, Érica Quinaglia. Disponível em <http://www.vibrant.org.br/issues/v9n2/rosana-m-de-oliveira-erica-q-silva-interview-with-debora-diniz-about-the-film-the-house-of-the-dead/> Acesso em 12/12/12.

pertinentes de forma a consolidar acesso a direitos sociais.

- Capacitação de profissionais para lidar com as demandas específicas das mulheres em MS.
- Promoção de eventos que informem e problematizem as ações a ser implementadas para impulsionar a desinstitucionalização, assim como debate com profissionais e instituições aptos a participar desse processo.
- Estabelecimento de novas formas de lidar com as mulheres que possibilite a reelaboração da presunção de periculosidade.
- Formação de espaços de construção da subjetividade para a reinserção social e cultural.
- Trabalho para o fortalecimento dos laços familiares e criação de vínculos para a liberdade.
- Acompanhar e dar suporte para a alta progressiva nos centros de tratamento.

Tais propostas devem ser analisadas para que todas as mulheres em MS no DF possam ter direito à saúde e, sobre tudo direitos humanos, assegurados. Para que possam ser atendidas de forma consentânea às suas necessidades, ter um tratamento digno em um local adequado e não cumprir a MS em cárcere como vem ocorrendo. Dessa forma, faz-se importante salientar mais uma vez a necessidade de se trabalhar para reverter a desmistificação da loucura infracional, para que se possa romper com a cultura do estigma, do tratamento desigual e do abandono.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código Penal*. Decreto Lei 2848/40, 1940.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)  
Acesso em 11/09/12.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm).  
Acesso em 17/12/12.

\_\_\_\_\_. *Parecer sobre as medidas de segurança e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico sob a perspectiva da Lei 10.216/2001*. Ministério Público Federal – MPF, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC. Brasília DF, 2011.

\_\_\_\_\_. *Presidência da República. Lei 11.343, art. 45*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção

e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal – LEP. 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Loucura e direito penal: uma análise crítica das Medidas de Segurança*. Série pensando o Direito. Nº 35/2010. Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Brasília, 2010a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Resolução. nº 4, de 30 de julho de 2010*, que dispõe sobre as diretrizes nacionais de atenção aos pacientes judiciários e execução de medidas de segurança. Brasília, 2010b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Resolução nº 05, de 4 de maio de 2004*, dispõe a respeito das diretrizes para o cumprimento das medidas de segurança, adequando-se à previsão contida na Lei n. 10.216 de 2010. Disponível em

[http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao\\_civel/cadeias/pe\\_legislacao/2004resolu05.pdf](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_civel/cadeias/pe_legislacao/2004resolu05.pdf) Acesso em 10/06/12.

DINIZ, Debora. *A Custódia e o Tratamento Psiquiátrico no Brasil - Censo 2011*. Brasília, 2013.

DISTRITO FEDERAL. *Plano Diretor de Saúde Mental do DF – 2011 a 2015*. SES/DF, Brasília, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 21ª ed. Petrópolis, RJ, 291 p, Vozes, 2009.

# MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: RELATOS DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ENQUANTO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Daniel Borsatto da Silva*

*Assistente Social – Ministério de Desenvolvimento Social – MDS*

## RESUMO

Analisar a intervenção profissional do Assistente Social com mulheres vítimas de violência, tendo como objetivo a viabilização e a garantia de direitos e a superação do vivenciado, a partir dos relatos da experiência profissional junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS na cidade de Bela Cruz- CE.

**Palavras- Chave:** Violência Contra a Mulher; Serviço Social; CREAS.

## 1. INTRODUÇÃO

Abordar a violência contra a mulher e a prática interventiva do assistente social, que tem como foco a superação da violação vivenciada e a viabilização da garantia de direitos no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS é o objetivo deste trabalho. Esse serviço da Política Nacional de Assistência Social tem se tornado referência, no atendimento sistemático através de equipe interdisciplinar às populações em situação de risco social e/ou violação de direitos nos territórios, quer seja através da intervenção profissional qualificada ou da articulação da rede e dos órgãos de responsabilização, sendo um dos públicos-alvo mulheres vítimas de violência, principalmente em municípios onde não há um Centro de Referência específico à violação de direitos contra a mulher.

Este trabalho é fruto da experiência profissional enquanto coordenador e assistente social do CREAS no município de Bela Cruz – CE nos anos de 2010/2011, que se tornou um equipamento de referência às mulheres vítimas de violência, através da acolhida, escuta profissional qualificada e da viabilização de acessos a direitos e articulação com a rede, com foco no trabalho de grupo, tendo como objetivo o reconhecimento enquanto “sujeitas” sócio-históricas.

## 2. UMA BREVE INTRODUÇÃO À QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ao abordar a violência contra a mulher, é necessária uma breve reflexão sócio-histórica dos valores de nossa sociedade que são embasados em uma cultura machista e patriarcal de subalternização da mulher, diante da centralidade da masculinidade. “A Organização das Na-

ções Unidas – ONU a aponta como uma violação de Direitos Humanos e questão de saúde pública”, conforme cita Lisboa e Pinheiro (2005).

As autoras ainda pontuam que no Brasil a violência contra a mulher não tinha o olhar do poder público, pois havia o lema de que: “em briga de marido e mulher não se metia a colher”. Porém a partir da década de 1980 a temática passa a incorporar as lutas dos movimentos feministas que tornam o debate público, sendo assim, o movimento feminista torna-se uma importante âncora na conquista dos direitos das mulheres, confirmando a afirmação de Behring (2006) que “a conquista de direitos são frutos das organizações e mobilizações sociais”, e ainda se faz necessário reconhecer que “os sujeitos sociais são portadores de valores e ethos do seu tempo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.45).

No ano de 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, sua criação foi importante na apresentação de propostas a Constituinte de 1988, que tinha como mote: “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher” (LISBOA; PINHEIRO, 2005). Em janeiro de 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres, órgão gestor responsável pela elaboração, articulação, implantação e execução de políticas públicas para mulheres, inclusive no âmbito da Prevenção, Assistência e Combate a violência contra a mulher.

Para a discussão sobre a violência contra a mulher, são importantes à apropriação de alguns aspectos conceituais, apresentados como: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar e violência de gênero. Esses conceitos são apresentados por Lisboa e Pinheiro (2005).

Por violência contra a mulher as autoras pontuam que o termo surgiu na década de 1970, através do movimento feminista, para denunciar que as mulheres eram o alvo principal da violência praticada pelos homens. E quanto ao termo da violência doméstica, referem-se a partir de Teles e Melo (2009), que se trata de toda forma de violência que ocorre dentro do espaço doméstico, nas relações entre pessoas da família.

Sobre o termo violência intrafamiliar referem que este é mais utilizado pelos programas governamentais para definir a violência que ocorre tanto no espaço interno quanto externo, praticada por membros de uma mesma família. Por fim, a violência de gênero, que pontuam como um termo mais recente que busca designar um padrão de comportamento que subalterniza a mulher, a partir de valores sociais e culturais e, que deve ser compreendida, como uma relação de poder, caracterizada pela dominação do homem e pela submissão da mulher.

Desta forma as autoras pontuam duas categorias que são importantes para a compreensão da temática: gênero e poder. E essa leitura sócio-histórica de subalternização da mulher é de extrema importância aos profissionais que atuam no atendimento direto as mulheres vítimas de violência, pois é necessária a compreensão que o vivenciado no singular a partir de sua subjetividade, não está desassociado da estrutura, de um modelo de sociedade que subalterniza não só a mulher, mas a todos aqueles que não atendem ao estereótipo de valores de uma sociedade machista, homofóbica, racista e classista, que impõe limites à superação da



violência vivenciada pelo “subalternizado”.

Também é necessário refletir sobre as estratégias de superação das mulheres vítimas de violência, com o apoio de profissionais comprometidos com os valores de uma sociedade mais justa e igualitária e que defendam de forma intransigente os direitos humanos / direitos da mulher.

### 3. SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo; que busca a garantia de direitos, na constituição e formação de uma nova cultura. Conforme coloca Abreu (2002, p.66) “(...) esta é uma profissão de caráter eminentemente educativo, inscrevendo-se em atividade que incidem na formação da cultura, como elementos constitutivos de relações hegemônicas”, e que segundo Simionatto (1991, p.41), “a ação do Assistente Social não resume ao plano imediato, mas busca a transformação da realidade”.

Segundo Carvalho e Yamamoto (1983), o objeto de atuação do Serviço Social é a questão social fruto das contradições do sistema capitalista, se multiplicando em variadas expressões da questão social. E Lisboa e Pinheiro (2005), pontuam que “a violência contra a mulher é uma das interfaces da questão social, sendo objeto de atuação do assistente social”.

As autoras ainda refletem que a história mostra que o Serviço Social, enquanto profissão caminhou paralelo, às conquistas do movimento feminista. No entanto apenas recentemente integrou na sua agenda a discussão relativa à problemática da violência contra a mulher. Segundo as autoras “essa falta de aproximação com a temática talvez tenha ocorrido porque, enquanto o movimento feminista lutava pelos direitos da mulher, o serviço social brasileiro buscava avançar na superação de um patamar conservador, desvinculando-se da doutrina social da igreja e assumindo uma posição mais crítica perante a sociedade, sendo a década de 1980, importante palco para a consolidação do projeto ético-político do serviço social” (p.204).

Em Netto (1999), é possível observar que o projeto ético-político do serviço social brasileiro “tem como valor central o reconhecimento da liberdade, além de compromissos com a autonomia; a emancipação e a plena liberdade dos indivíduos sociais”.

Sobre a intervenção profissional do assistente social junto à violência contra a mulher e a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa do serviço social, Lisboa e Pinheiro (2005, p.205), fazem reflexões valiosas. As autoras partem do pressuposto que “a dimensão teórico-metodológica tem como objetivo a base de explicação e interpretação do real”, que servirá de base para a sua intervenção profissional junto à questão social. Sobre este ponto, o serviço social brasileiro tem se consolidado a partir de suas reflexões teóricas sobre as diversas expressões da questão social, sendo que não se pode deixar de pontuar, a necessidade de a categoria profissional se aprofundar mais em algumas temáticas como a de gênero, por



exemplo, sendo que a prática não está desassociada da teoria.

Neste aspecto a ação profissional do assistente social, também deve ser pautada em seu Código de Ética Profissional, que conforme Lisboa e Pinheiro (2005, p.205), “tem sido um marco orientador para a intervenção dos assistentes sociais, na medida em que explicita a dimensão ético-política [...], através de seus onze princípios fundamentais”.

Para a concretização da prática interventiva do Assistente Social há a utilização dos instrumentos técnico-operativos da profissão, que autoras definem, que:

O Serviço Social é uma profissão interventiva, socialmente construída, inserida na divisão sociotécnica do trabalho. O assistente social tem a tarefa de responder com competência às demandas sociais apresentadas no seu cotidiano profissional, pois a natureza interventiva da profissão exige dos profissionais a utilização de instrumentos e técnicas articulados com as dimensões teórica, ética e política. (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p.205).

Sendo assim, os instrumentos técnico-operativos do serviço social, são fundamentais para uma intervenção fundamentada, pois possibilita conhecer a realidade a ser intervencionada, as necessidades e acessos a serem propiciados para efetivação e garantia de direitos. Os principais instrumentos técnico-operativos apresentados por Lisboa e Pinheiro (2005, p.205-206), na intervenção junto a mulheres vítimas de violência são: entrevista, visita domiciliar, reunião com grupos de mulheres, reuniões com equipe multiprofissional, documentação, elaboração de relatórios e parecer social, planejamento de programas e construção de indicadores, pesquisa e articulação da rede.

A garantia de direitos, não ocorre apenas pela atuação compromissada por parte do assistente social e, sim a partir da estruturação de uma rede e de condições objetivas que viabilize a plena atuação do assistente social na viabilização de acesso e garantia de direitos. Dessa forma é preciso reconhecer que o assistente social é um profissional inserido na divisão sociotécnica do trabalho, assalariado, que encontra limites em atuação profissional, enfrentando limites em sua atuação frente ao não investimento em políticas públicas, conforme coloca Lisboa e Pinheiro (2005), que os programas de atendimento a mulheres em situação de violência não tem sido considerados prioridade pelo poder público.

No que tange a legislação pertinente à violação de direitos da mulher, a lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha representa um avanço para o país, como um dispositivo legal que assegura a mulher o seu direito enquanto cidadã. No entanto, não bastam apenas dispositivos legais para a garantia de direitos das mulheres, é também necessário um maior investimento em políticas públicas que viabilizem a garantia de direitos das mulheres, de forma que não seja segundo plano de nossos governos.

#### 4. REFERENCIANDO O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS:

A Política Nacional de Assistência Social, através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS instituído em 2005, representa um avanço no campo das políticas sociais através da estruturação de serviços, programas e benefícios, enquanto direito, indo na contramão da ótica neoliberal de redução do estado social e, mesmo com todos os entraves perante a estruturação de um sistema de proteção social no Brasil.

Os serviços do SUAS, estão divididos em duas proteções, a básica e a especial de média e alta complexidade, sendo que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é um serviço no âmbito da proteção social especial de média complexidade.(BRASIL,2005).

As Normas Operacionais do SUAS, define que a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a família e indivíduos que se encontram em situação de risco social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2005, p.33)

O serviço oferecido pelo CREAS representa um avanço ao atendimento a populações em situação de violação de direitos, a famílias e indivíduos, mas cujo vínculo familiar e comunitário não foram rompidos. Sendo que as situações atendidas requerem um maior acompanhamento individual, como também uma maior articulação da rede e estreita interface com o sistema de garantia de direitos. Sposati (2007, p.435), define que a proteção especial de média complexidade “decorre do direito a dignidade humana, expresso pela conquista da equidade, isto é, o respeito á heterogeneidade e à diferença, sem discriminação e apartações [...]”.

Os atendimentos realizados pelo CREAS são realizados através de uma equipe interdisciplinar composta por Assistente Social, Psicólogo e Advogado; como também orientadores sociais de nível médio, sendo a quantidade de profissionais, definida de acordo com o porte do serviço e a capacidade de atendimento através da Norma de Recursos Humanos do SUAS/ NOB RH.

O público-alvo do CREAS é composto por crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e mulheres em situações de abuso sexual, violência e negligências; vítimas de preconceito e violência em decorrência da orientação sexual e racial, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

## 5. RELATANDO A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, ENQUANTO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS:

A atuação enquanto Assistente Social junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS ocorreu de setembro de 2010 a março de 2011, no município de Bela Cruz no estado do Ceará.

Bela Cruz está localizada no Noroeste Cearense na rota turística de Jericoacoara, com 30.878 habitantes (Fonte: IBGE 2010). A principal fonte econômica é agricultura, sendo a castanha de caju a principal produção. O CREAS foi implantado no município em setembro de 2010, a partir da expansão do cofinanciamento do serviço pelo órgão gestor da Política Nacional de Assistência Social o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS, o que representou um marco para a população local, já que não havia nenhuma rede de atendimento psicossocial e sociojurídica a pessoas em situação de violação de direitos. O município contava com uma Delegacia Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Serviços da Proteção Social Básica de Assistência Social, Unidades do Programa Saúde da Família e um Núcleo de Apoio à Saúde da Família e um Hospital Municipal.

A equipe técnica era composta por um Assistente Social que exercia a função de Coordenador, uma Psicóloga, duas Orientadoras Sociais, uma Auxiliar Administrativa e um Advogado que prestava orientação uma vez por semana.

Com cinco meses de atuação no território a equipe contava com sessenta e nove situações de violação de direitos em acompanhamento sistemático, dentre as quais trinta e oito eram referentes a mulheres vítimas de violência, o que despertava na equipe indignação e comprometimento na viabilização de direitos das mulheres atendidas. As principais observações realizadas enquanto assistente social no atendimento as mulheres, foram:

- 95 % dos agressores mantinham uma relação afetiva/conjugal com a vítima, sendo que cerca de 50% dos agressores eram alcoolistas;
- Na maioria das atendidas era perceptível a vontade de desvencilhar a situação vivenciada, no entanto enfrentavam dificuldades devido aos filhos e as condições financeiras vivenciadas, como também os valores morais e religiosos;
- Por vezes o discurso evidenciado no atendimento individual, era o de sentimento de culpa pelo fato ocorrido, com falas como: “A culpa foi minha, pois não sou uma boa companheira, uma boa mãe, etc”.
- E cerca de 90% das atendidas, já vinham de um processo recorrente de violência, que perpassavam desde a agressão verbal, psicológica e física.

No que se refere aos principais desafios enfrentados pela equipe no atendimento as mulheres vítimas de violência, é possível elencar os seguintes fatores:

- Falta de sensibilização da rede, principalmente por parte da Polícia Civil, Militar no atendimento humanizado a mulher;
- Ausência de serviços específicos ao atendimento à mulher vítima de violência como: abrigos, serviços de saúde especializada e local para a realização de exame de corpo de delito, estando esses localizados a uma distância de 73 km e no caso do abrigo de 231 km;
- A retirada por parte da mulher vítima de violência do boletim de ocorrência, que inviabilizava a garantia de direitos, e que ocorria por medo e pelos limites impostos pela relação afetiva familiar, das condições financeiras, como também pelos aspectos morais e religiosos.

A partir de então a equipe buscou a estruturação de um grupo de mulheres vítimas de violência, tendo como objetivo a troca de vivências, e a construção de novas perspectivas, a partir do fortalecimento psicossocial, como também o reconhecimento enquanto “sujeitas” sócio-históricas e de direitos. As reuniões eram semanais, sendo criado um acordo entre o grupo, da assinatura de um termo de compromisso e sigilo, para que todas pudessem relatar as suas experiências sem o devido comprometimento.

A intervenção no grupo se dava a partir da perspectiva interdisciplinar do Assistente Social e da Psicóloga, como também com participação de outros atores capazes de repassar informações sobre os direitos da mulher, o papel da delegacia e das polícias, do ministério público e do poder judiciário, alcoolismo, saúde da mulher, direitos da criança e do adolescente, políticas públicas e os serviços do território, como também o protagonismo social e cidadão.

Pode se observar alguns resultados obtidos com êxito, tais, como: O reconhecimento de uma causa comum, por parte do grupo;

- A construção de novas perspectivas de vida, de maior autonomia e o reconhecimento enquanto “sujeitas” sócio-históricas capazes de transformação;
- Um maior conhecimento sobre as legislações, os direitos da mulher, os serviços e redes no território, como também sobre o papel da Polícia Civil e Militar, Ministério Público e Poder Judiciário;
- Uma maior participação nas ações de prevenção à violência contra a mulher, como também na estruturação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher e na mobilização de outras mulheres.

A proposta da equipe partiu de uma estratégia, onde não somente a voz por parte dos profissionais denunciasse as condições vivenciadas pelas mulheres vítimas de violência, mas que estas se tornassem protagonistas e tivessem suas vozes enquanto cidadãs, a partir de um trabalho interventivo que primasse pela autonomia e liberdade, a partir de uma formação cidadã que as reconhecesse enquanto “sujeitas” de direitos.

## 6. CONCLUSÃO

A questão de gênero é fruto de uma sociedade com valores machistas e patriarcais, que subalterniza a mulher, colocando-a por vezes na situação constrangedora de violência que viola os seus direitos.

Neste contexto da violência de gênero, o serviço social tem aparatos teórico-metodológicos capazes de intervir na perspectiva da garantia de direitos, com a quebra de paradigmas e de acesso a políticas públicas a partir de uma intervenção qualificada, de uma profissão que historicamente tem se posicionado a favor dos direitos humanos e da autonomia humana.

O CREAS representa um espaço importante de viabilização de direitos às mulheres vítimas de violência, principalmente nos territórios onde não há um Centro de Referência específico a mulher, conforme explicitado através do CREAS do município de Bela Cruz. No entanto muito ainda é preciso avançar em políticas públicas de atendimento a mulher, quer seja através de serviços de apoio psicossocial, e de orientação sociojurídica, como também na expansão da rede de atenção integral, delegacias da mulher, serviços de saúde especializados, com profissionais capacitados a atuar junto a temática.

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL; *Política Nacional de Assistência Social – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*, 2004.

BEHRING, Elaine Rosetti. Fundamentos de Política Social. In: *Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

BEHRING, Elaine Rosetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Ed. Cortez, 1983.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Elaine Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, Vol. 8, n. 2 jul/dez, UFSC, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. *Curso Formação Profissional: um projeto de atualização*. Módulo I. Serviço Social e Processo de Trabalho. Florianópolis, 1988.

SPOZATI, Aldaíza. *Assistência Social: De ação individual a direito social*. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n.10, jul/dez, 2007.

NETTO, José Paulo. *A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social*. CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

# O RUGBY COMO CONTEÚDO DE FEMINISMO NO IF SERTÃO-PE

Bartolomeu Lins de Barros Júnior<sup>1</sup>  
José Pestana de Aguiar D Agorreta D Alpuim<sup>2</sup>  
Cara Snyder<sup>3</sup>  
Filipe Dimon<sup>1</sup>

## RESUMO

O estudo de caso traz uma análise de experiências com a prática do Rugby no IF SERTÃO-PE. A problemática lançada aponta a prática do Rugby por estudantes do sertão pernambucano: entre as motivações para vivenciar o jogo no contexto do lazer, por perspectivas feministas e a formação de equipes competitivas. O objetivo é identificar o potencial do Rugby enquanto conteúdo de lazer e esporte em uma escola de ensino técnico profissionalizante. Através da observação direta se constatou que os praticantes recorrem as escolhas e tomadas de atitude próprias na vivência do jogo, a formação de equipes, a participação em competições, a conquista de visibilidade, o fortalecimento das relações institucionais entre docentes dos *campi* e o engajamento dos professores de Educação Física.

**Palavra-Chave:** Rugby; Lazer; Feminismo; IF SERTÃO-PE.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente texto trata de um estudo de caso das experiências com a prática do Rugby no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF SERTÃO-PE). O Rugby não é um esporte do cotidiano da população brasileira, nem tão pouco do sertão nordestino. Sua prática ainda é tímida e o conhecimento de seus fundamentos técnicos e táticos demanda uma vivência e um aprendizado peculiar visto que uma de suas características mais presente é o contato físico permanente (ABR, 2011). A problemática lançada para o encaminhamento deste estudo aponta a prática do Rugby por estudantes do IF Sertão Pernambucano considerando as motivações para experimentar/vivenciar o jogo no domínio do lazer, da formação de equipes competitivas e de implicações feministas, quando da observação de alunas praticantes.

O IF SERTÃO-PE é uma instituição federal de educação profissionalizante com cinco *campi* no sertão de Pernambuco que atende diversas modalidades de ensino, tais como o ensino médio e técnico, o ensino superior, o ensino profissionalizante de educação de jovens e

- 1 Professor de Educação Física do Instituto Federal do Sertão Pernambucano
- 2 Professor de Gestão Financeira do Instituto Federal de Brasília
- 3 Professor de Inglês do Instituto Federal do Sertão Pernambucano

adultos e a formação inicial e continuada por cursos de curta duração.

O Rugby começou a ser praticado no IF SERTÃO-PE em 2011, quando um servidor de nacionalidade portuguesa, lotado na reitoria como economista, realizando seus trabalhos no campus Petrolina, flertou com o professor desse mesmo campus propondo apresentar o Rugby em suas aulas de Educação Física. A partir daquele contato, deu-se o pontapé fundamental para a inclusão do Rugby nas ações de ensino, na pesquisa e na extensão. Contribuindo para a promoção e divulgação da modalidade esportiva, a ampliação do acesso ao lazer no sertão pernambucano e especialmente no IF SERTÃO-PE através, principalmente, da inserção da modalidade no cotidiano de estudantes femininas do *Campus Zona Rural*, e assim, abrindo as possibilidades de reconhecer o lazer e o esporte como áreas estratégicas para garantir a qualidade no desenvolvimento local. E neste sentido, o lazer é reconhecido enquanto direito prioritário nas demandas sociais da população do Vale do São Francisco, especialmente as da classe de trabalhadores em formação.

## 2. BREVES APORTES TEÓRICOS NECESSÁRIOS PARA A LEITURA DAS EXPERIÊNCIAS

### 2.1. O RUGBY

O Rugby é um dos esportes mais jogados no mundo, não o sendo no Brasil, mas regressará ao programa olímpico nos Jogos do Rio 2016, e talvez por isso poderá vir a ser “o esporte que mais crescerá nos próximos anos” (DELOITTE, 2011, p. 10).

Neste caminho, Morgan (2002) defende que as diferentes alternativas de como o Rugby encarou o profissionalismo, a partir de 1995, revelaram algumas questões das quais todos os esportes poderão se beneficiar. Ele faz uma comparação entre o “cartel” norte-americano, a oligarquia do futebol inglês, e a governança hierárquica do Super Rugby (da SANZAR – South Africa, New Zealand & Australia Rugby). Mostra que as formas como esportes específicos em diferentes países, entoados com suas particularidades sociopolítico-culturais, resolvem seus problemas, dependendo de como se desenvolvem as relações de dependência/poder entre os principais interessados.

Por esta oportunidade histórica, no Brasil, em que o Rugby desponta enquanto legado sócio-esportivo através de seu retorno em um megaevento, como os Jogos Olímpicos, cria-se um momento próspero para a sua prática em uma escala considerável de acesso à bola oval. E é neste cenário de visibilidade em que se assentam, também, as motivações e investimentos em sua vivência e visibilidade no Vale do São Francisco.

Mas vale ressaltar que o Rugby possui uma característica particular de ser uma atividade esportiva aberta para vivência a partir de qualquer experiência esportiva antecipada. Tra-



ta-se de um jogo onde é possível, em sua etapa de iniciação e de transição para níveis de rendimento, a participação de diversos biótipos e a inclusão de pessoas com diferentes características físicas e habilidades motoras. Visto que o aprendizado técnico inicial não exige uma especialização de qualidades físicas motoras específicas. E por esta razão é possível a participação de pessoas com pesos e estaturas diversas, com limites e desenvolvimentos anacrônicos de um amplo número de qualidades físicas.

As possíveis estratégias de condução da bola com as mãos e o passe para trás, entre os membros da equipe, em busca de chegar a linha de ponto adversária, resumem a lógica essencial do jogo. Incluindo ainda, a interceptação da bola quando estiver de posse do adversário, através da técnica de derrubar (tacklear) o jogador impedindo o seu avanço e de sua equipe. Esta técnica caracteriza um esporte com intenso contato físico.

É por reconhecer o potencial de envolvimento com esta modalidade esportiva, tanto em seus aspectos técnicos, quanto de suas possibilidades morais, como também de suas conquistas históricas que se constituíram os projetos e intenções ora estudados. Como tudo que é novo e diferente, o Rugby causou uma impressão e impacto positivo de tamanha magnitude que provocou os professores de Educação Física a abraçar a ideia de se aprofundarem na desconhecida prática, que possibilitava uma concreta ferramenta de intervenção no âmbito do lazer e da prática esportiva. Desse modo, inicia-se uma jornada no desbravamento sobre os significados e particularidades do jogo.

Descobre-se que o Rugby no Brasil, tem a mesma idade e origem da modalidade esportiva mais praticada nas terras tupiniquins, o futebol, e que por talvez, conveniência do acaso, tomaram rumos tão diferentes. Essas modalidades chegaram ao país no Século XIX pela influência cultural que se estabelecia pelo Império Britânico. O Rugby no Brasil é um esporte em crescimento e hoje está mais disseminado no sul do país, mas pelas características de sua origem ter relações com os processos migratórios que constituiu grupos populacionais naquela região, advindos da Itália, de Portugal e em especial do Reino Unido.

O Rugby é considerado de fácil aprendizagem e envolvimento, especialmente por ser praticado com o mesmo implemento, a bola, em mesmo ambiente do futebol, um gramado ou campo de areia. A possibilidade de sua proliferação nas demais regiões do país tem suas justificativas ainda pautadas nas zonas do extenso litoral e beira de rios. Mas ainda esbarra na tradição popular do futebol e, o pouco ou quase nenhum conhecimento sobre sua forma de jogo, dificulta o acesso aos seus princípios e valores.

Assim, fez-se necessário um aprofundamento nas regras e leis do jogo para uma qualificação dos professores, alunos e alunas envolvidos, no propósito de serem multiplicadores e divulgadores deste esporte.



### 3. METODOLOGIA

Para materialização deste estudo de caso, optou-se por convidar os sujeitos-chave envolvidos no planejamento e na implantação do Rugby no IF SERTÃO-PE, para a construção de texto que refletisse as memórias, reflexões e os encaminhamentos dados na sistematização, socialização e vivência da modalidade esportiva em seus campi entre os anos de 2011 e 2012. Entre eles estão dois professores de educação física dos *campi* Petrolina e Zona Rural. Ambos pioneiros na preparação de projetos e coordenação das primeiras equipes de Rugby do IF. Esses professores são coautores deste relato e se utilizaram, ainda, da observação participante e o registro de imagens fotográficas e de vídeo dos momentos de abordagem aos seus alunos, pela apresentação e ensino do Rugby e, durante as sessões de treinamentos e participação em competições e no desenvolvimento de seus projetos.

Contudo foi necessário ainda contatar o professor responsável pela apresentação desse esporte aos professores de Educação Física dos *campi* citados acima, para solicitar um texto que refletisse sobre a origem do Rugby no mundo, tanto no país quanto em nossa região. Esclarecendo, ainda, sobre as características principais do jogo, suas questões morais e sua metodologia de trabalho. Aquele professor carrega uma boa experiência nesse esporte, no sentido de tê-lo vivenciado em seu país de origem, o mesmo é natural de Portugal, no desenvolvimento de equipes no nordeste brasileiro e ter participado da delegação brasileira que participou com a equipe oficial feminina do mundial de Rugby Seven em Dubai no ano de 2009.

E por último, entre os coautores, uma bolsista do programa Fulbright no Brasil, que apresentou um texto na perspectiva da experiência tida no *Campus* da Zona Rural, onde a mesma se envolveu tanto quanto atleta, como orientadora da equipe feminina de Rugby, juntamente com o professor de Educação Física do campus. O resultado dessa vivência sugeriu uma argumentação sobre as possibilidades teóricas feminista, quando do empoderamento do grupo feminino do *campus* Zona Rural em relação as suas demandas cotidianas e institucionais além, claro, das contradições sociopolíticas da sociedade nordestina brasileira.

A opção por estudo de caso se dá por considerar que a prática de Rugby no IF Sertão-PE possui um contexto bem singular. Especialmente por se tratar de uma modalidade totalmente desconhecida do público sertanejo. E ainda, pela vivência do jogo partir de um grupo de alunos/alunas de uma escola agrícola (*Campus* Zona Rural), com suas representações de uma cultura supostamente machista e tradicional. Nesta direção se torna uma unidade bem delimitada e com tempo e lugar definidos. Atualmente, o estudo de caso é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, podendo ser uma modalidade de pesquisa. Para Stake,

O estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que pode abranger. Chama a atenção para o fato de que “nem tudo pode ser considerado um caso”, pois um caso é “uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas” (2000 apud VENTURA,1997, p384).

O campo de pesquisa, portanto, se configura pelo IF Sertão-PE através dos campi Zona Rural e Petrolina. Considerando então que seus alunos e alunas e os participantes do Projeto Rugby na Praça são os sujeitos alvo das discussões e reflexões suscitadas.

#### 4. O MÉTODO DE IMPLANTAÇÃO DO RUGBY NO IF SERTÃO-PE

Por se tratar de uma modalidade esportiva desconhecida por parte dos sujeitos envolvidos neste relato e, até mesmo, sem registro algum do jogo na região do Vale do São Francisco até 2011. E ainda, por considerar que o acesso ao Rugby no país tem dependido da experiência de estrangeiros e a articulação com as federações para o empenho na formação de Técnicos (*Coach*) em Rugby. Os estudantes envolvidos, alguns não praticavam nenhum tipo de atividade esportiva por vários motivos, no entanto foram atraídos pelo Rugby e envolvidos por suas características de um esporte em que qualquer biótipo possui valores necessários na dinâmica e enredo do jogo, e ainda por não gerar, inicialmente, a necessidade de uma técnica de jogo complexa, conforme a metodologia de iniciação de Alpuim (2011)<sup>4</sup> orienta.

Com relação à metodologia empregada na implantação do Rugby no IF Sertão-PE, essa decorre das experiências e orientações do treinador Alpuim e sob as orientações assimiladas em curso de Iniciação Técnica sugeridas pela Confederação Brasileira de Rugby<sup>4</sup>, através do Curso de Formação de *Coach* N1. Este curso foi solicitado pelo professor Filipe Dimon, responsável pelas ações desenvolvidas no Campus da Zona Rural e na formação da única equipe de rugby do Vale do São Francisco, o Carrancas Rugby. O professor Alpuim compreende que é necessário, por objetivos de iniciação, proliferação e autonomia para o jogo, criar vários times para competições internas, formando seleções, na hora de viajar (para competir externamente). Pois acredita-se que o combustível motivacional para o envolvimento com uma modalidade pouco praticada e quase desconhecida seria as viagens para competições em torneios regionais.

Outro ponto importante que justifica a criação de várias equipes (Adulto, Junior e Feminino) é a maior velocidade em que aparecem lideranças, pois Adultos serão torcedores dos Juniores e/ou do Feminino (e vice-versa), e em consequência, acabam sendo Técnicos e/ou Dirigentes e/ou Árbitros dos “outros” times de seu clube e/ou escola.

Finalmente, o professor Alpuim aponta que as vitórias não são importantes, do ponto de vista do educador, mas a capacidade de tornar os times competitivos é um fator motivacional. É importante conseguir participar em competições onde os jovens sintam que podem competir com os demais, perdendo ou ganhando, mas se sentindo competitivos. À medida que os times são “seleções internas”, saídas de competições internas, vão ganhando dos outros clubes que não o são. Assim, após a passagem de um nível competitivo, é imperativo se organizar para competir no nível seguinte, mas nunca se esquecendo de continuar participando dos níveis anteriores, onde se tem maiores possibilidades de experiências de novatos(as).

---

4 ALPUIM, José Pestana. *Metodologia e pedagogia do ensino do rugby*. (mimeo) Brasília: IFB, 2011.

Criando essa pirâmide, a meritocracia aparece naturalmente, não excluindo nunca ninguém, pois todos têm seu espaço, no nível máximo em que conseguem competir.

## 5. RESULTADOS: RUGBY E O FEMINISMO – A TEORIA E A PRÁTICA

Desde a inserção do Rugby<sup>5</sup>, em 2011, no IF SERTÃO-PE e assim, no Vale do São Francisco, constata-se um movimento em crescimento de sua vivência em diversos lugares da região, por diferentes faixas etárias, grupos de pessoas e projetos desenvolvidos. Para a construção deste estudo foi preciso encaminhar, ainda, uma discussão essencial que gerou reflexões e ações por uma perspectiva de teorias feministas. Pois se efetivou uma experiência significativa com alunas do *Campus Zona Rural*, no sentido de enxergar no jogo de Rugby um espaço oportuno para reflexões das tensões de gênero que ocupam a sociedade. Em especial o cotidiano supostamente machista do ensino agrícola em nosso país.

Para tanto, o Rugby é visto como possibilidades por uma lente feminista, usando as quatro teorias principais sobre a raiz da opressão da mulher e, portanto, um encaminhamento para sua libertação – *gynocentrica*, humanista, radical e neoclássica (Hackett, 2006) – analisa-se como o esporte pode contribuir no empoderamento das mulheres estudantes do IF SERTÃO-PE, *Campus Zona Rural*. Nesta direção, o desenvolvimento desta seção deverá envolver análises sobre as ações promovidas com o Rugby entre alunas do *Campus Zona Rural*. Antecipando comentários durante a escrita, os autores viram a necessidade de adiantar o diálogo que segue com os escritos de Elizabeth Hackett.

### 5.1. (TEORIA SAME) FEMINISMO HUMANISTA

O Feminismo humanista, muitas vezes referido como "a abordagem das iguais", conta com uma forma de feminismo liberal e sustenta que o sistema social é injusto para com as mulheres na medida em que estas são vistas e tratadas como diferentes dos homens. A abordagem humanista, muitas vezes, favorece uma estratégia do tipo "gênero cego" para assegurar o tratamento justo entre homens e mulheres.

**I. Na Prática:** O time feminino se apresenta na perspectiva humanista, na medida em que há equipe de mulheres/alunas, assim como há uma equipe de homens, que usam os mesmos recursos, tempo de treino, bolas, disputas, etc. Há semelhanças entre as duas equipes no sentido da aprendizagem e desenvolvimento do jogo, pois se constata que as jovens jogadoras, são tão performáticas quanto a equipe dos homens. Elas também são fortes, hábeis, atléticas e capazes. E neste sentido, estudos psicológicos sobre mulheres e o esporte apontam que, considerando a igualdade de acesso para participar de atividade atlética, o efeito psicológico positivo na saúde física provoca um melhor engajamento nas atividades diárias, gerando atitudes mais otimistas e promovendo a saúde psicológica e física. Acredita-se que esses efeitos

5 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY (ABR). Manual de introdução ao rugby. (mimeo) 2011.

vêm de um aumento na autoestima.

## 5.2. (TEORIA DIFERENTES) FEMINISMO GYNOCENTRIC

A perspectiva Feminista *Gynocentric* critica as humanistas por não reconhecerem que as mulheres são diferentes dos homens e, mais importante que isso, por não valorizar as diferentes capacidades, contribuições e virtudes da mulher. O Feminismo *Gynocentric*, também conhecido como "a abordagem da diferença", favorece uma integração mais substancial dos valores femininos na estrutura da sociedade.

**II. Na prática:** É importante que haja uma equipe de Rugby feminino separada da equipe masculina. Como o Rugby é um esporte que envolve altos níveis de contato físico que exigem força para derrubar (tacklear) o adversário, as diferenças de altura e peso entre homens e mulheres exigem que eles possam competir separadamente. De acordo com a abordagem *gynocentric*, a equipe feminina do campus da Zona Rural valoriza as contribuições da mulher e apesar de se apresentarem, separadamente, a qualidade apresentada pelas atletas femininas é tão boa quanto a masculina. O time feminino, além disso, gera maior atração por oferecer contraste e distinção diante das exigências técnicas do jogo.

## 5.3. O FEMINISMO RADICAL OU MARXISTA

O feminismo Radical postula que a causa da opressão das mulheres é o patriarcado, que organiza a sociedade e dá papéis sociais de tal forma que a "supremacia masculina" oprima as mulheres. Assim, a libertação destas depende da destituição do sistema patriarcal, afirmando oposição aos papéis de gênero, e uma reorganização radical da sociedade.

**III. Na prática:** Além de ocasionalmente treinar os homens, na ausência do professor, ou estarem na posição de arbitragem, as alunas da Zona Rural que praticam o Rugby se mostram em equipe matriarcal. Com a exceção de orientações menores, a equipe de Mulheres em grande parte é autoadministrada: aquecimento, alongamento, práticas e jogos são amplamente *auto-run*, proporcionando oportunidades de liderança inestimável e oferecendo um modelo alternativo radical à sociedade patriarcal. Além disso, o Rugby feminino envolve derrubar, formação de *scrums* (formação do jogo) e exige intensidade física geral que não são estereótipos do gênero.

## 5.4. FEMINISMO NEOCLÁSSICO

O feminismo Neoclássico visualiza uma sociedade - imagens, linguagem, palavras, música, cultura pop, religião, etc - como a causa da opressão das mulheres Neoclássica feministas, portanto, usaram essas mesmas ferramentas para combaterem a opressão das mulheres.

**IV. Na prática:** Que palavras ou imagens vêm à mente quando o leitor pensa em Rugby? E que palavras ou imagens vêm à mente quando o leitor pensa em feminilidade? Quando se pensa em Rugby, é provável imaginar palavras e imagens associadas a "violência, contusões, intensidade, força, suor, *hard-core*". Sobre feminilidade, talvez, o leitor pense em "delicadeza, doçura, beleza, gentileza, fraqueza e a cor rosa", e as imagens associadas a essas palavras. Desta forma, Rugby se apresenta, também, como exemplo neoclássico do pensamento feminista, o simples fato de as mulheres estarem jogando Rugby desafia completamente essas imagens estereotipadas. Um dos grandes resultados deste conflito, aparente, é que em um nível individual as meninas da equipe de Rugby na Zona Rural sabem que elas estão no controle de como querem se autodefinir. Elas se destacam enquanto mestras de sua identidade e ninguém mais poderá impor o que elas são. Chega-se a concluir que, através do aprendizado e da vivência dessa dinâmica, estão capacitadas a definir o que é "ser mulher", ser quem são, sem permitir que esta definição seja imposta por quem quer que seja. Em uma sociedade que está constantemente dizendo às mulheres que elas são fracas e delicadas, estas podem provar ativamente que como mulheres, são fortes, corajosas, poderosas, atléticas e capazes. A equipe feminina também quebra estereótipos de gênero no campus e na comunidade de Petrolina, participando de jogos intercampi, competições regionais e se destacando no noticiário local.

Pelas perspectivas definidas da categoria lazer e o olhar dimensionado na questão de gênero e as possibilidades competitivas do Rugby entre alunos/alunas e crianças da comunidade de Petrolina-PE este estudo de caso divulga experiências inovadoras e significativas de serem conhecidas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário em que foram postos os olhares, para buscar o entendimento sobre os efeitos que a implantação de uma modalidade esportiva pudesse soar como possibilidades de conquista do lazer, de referências por empoderamento feminino e o desenvolvimento de equipes competitivas entre alunos/alunas do IF Sertão-PE, transformou-se com os resultados dessas ações, disseminadas pela inserção do Rugby.

Seus praticantes e promotores se impregnaram dos valores imbuídos na prática e, juntamente com a promoção advinda dos jogos olímpicos, embala o crescimento deste esporte na região do Vale do São Francisco.

É essencial apontar que os resultados obtidos foram alcançados pela compreensão que os professores tiveram de poder possibilitar o acesso ao lazer e o esporte, numa perspectiva que vai além da aceitação de que as atribuições conferidas aos mesmos se limitam ao ensino do currículo regular. Mas que há espaço de formação pelo chamado currículo oculto ou nas esferas transversais.

Seguindo o contexto acima, pelo recorte das teorias feministas, o Rugby Feminino é um

exemplo inovador de múltiplas teorias em ação e como ele mostra o empoderamento das mulheres jovens na Zona Rural. Acredita-se que este trabalho reafirmará a importância do esporte feminino e incentivar o IF Sertão-PE de continuar a promover o desporto feminino como prioridade.

Conclui-se ainda que a necessidade de conquista do tempo e espaço de lazer são fundamentos essenciais que podem levar os alunos e alunas a buscarem apoio e diálogo para a garantia de atendimento do calendário competitivo, investimentos em materiais esportivos e cobrança por orientação e qualificação dos professores envolvidos.

Contudo é primordial apontar a existência de algumas dificuldades para que esse processo se constitua como de sucesso. É preciso incentivo sistemático, muita energia e atenção para manter os alunos e alunas motivadas, focadas e participativas. O estímulo motivacional, a exemplo das viagens para competições, é primordial no esporte amador.

Finalmente, reconhece-se que as ações observadas e analisadas neste estudo compõe um acervo consistente para referências para o ensino do Rugby, enquanto conteúdo do lazer na importância da necessidade da conquista do tempo e espaço para a sua vivência em instituições como a escola, especialmente, quando de um contexto de obrigações e contradições que cerca o cotidiano de uma sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

DELOITTE. *Muito além do futebol: estudo sobre esportes no Brasil*, 2011.

HACKETT, Elizabeth; HASLANGER, Sally Anne. *Theorizing feminisms: a reader*. Monografia. New York Oxford University Press, 2006.

MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e humanização*. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1995.

MASCARENHAS, F. Dissertação de Mestrado. *Lazer e grupos sociais: concepções e métodos*. Campinas, SP, 2000.

MORGAN, M. *Optimizing the structure of elite competitions in professional sport - lessons from Rugby Union*, 2002.

SAGRILLO, Daniele Rorato; BACCIN, Ecléa Vanessa Canei; BOTH, Vilmar José. *Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa de esporte e lazer da cidade*. XV CONBRACE E II CONIC - POLÍTICA CIENTÍFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - 16 a 21 de setembro de 2007. -- Recife : CBCE, 2007.

VENTURA, Magda Maria. *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. Rev SOCERJ: Set/Out. 2007; 20(5): 383-386.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO DE MULHERES HOMOSSEXUAIS

*Prince Vangeris Silva Fernandes de Lima  
Universidade de Brasília*

### RESUMO

Atualmente está disponível uma gama de estudos científicos sobre a homossexualidade feminina, que enfatizam questões de saúde, etiológicas, terapêuticas, sociais, políticas, culturais, religiosas e econômicas. Porém, prioriza-se a jovem e adulta no que diz respeito à população estudada, não tendo a mulher idosa destaque nesse cenário. **Objetivo:** descrever a produção científica acerca da homossexualidade em mulheres idosas no Brasil. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com análise das publicações entre os anos de 2004 a 2012 em bases de dados on-line. **Resultados:** Foram analisadas 04 publicações. Os estudos mostraram que não existem especificidades no envelhecimento desse segmento populacional, uma vez que as idosas homossexuais, apesar de experimentarem um duplo estigma, o de ser idosa e o de ser homossexual, tendem a dar seguimento com sua sexualidade, empoderando-se dos recursos e atividades disponíveis na região em que residem, bem como utilizando as redes de apoio na manutenção da qualidade de vida, principalmente no que diz respeito aos contatos sociais e família. **Conclusão:** Enfatiza-se a necessidade de apoio teórico e político às mulheres idosas homossexuais, uma vez que a literatura nacional mostrou-se escassa e, além disso, os estudos foram conduzidos com um número muito pequeno de indivíduos. Tal movimento de mudança é necessário no sentido de reconhecer mais fidedignamente esse fenômeno e assim acolher mais resolutivamente esses seres nos espaços públicos e privados.

**Palavras-Chaves:** Envelhecimento; Homossexualidade; Literatura de revisão como assunto

### 1. INTRODUÇÃO

A sexualidade, segundo reflexões de Foucault <sup>(1)</sup>, está para além dos atos sexuais com manipulação de genital. Tal indicador de qualidade de vida contempla a subjetividade e singularidade individual, relacionando-se a uma representação que o indivíduo faz de si quando em contato com os diversos segmentos sociais, para deles se aproximar ou se diferenciar. Ceccarelli e Franco <sup>(2)</sup> afirmam que a sexualidade sempre foi um grande enigma da humanidade e uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana. Sua compreensão envolve inúmeras variáveis que incluem questões morais, políticas e ideológicas.

A orientação sexual é considerada como parte da identidade individual que é composta

por dimensões tais como: sexo biológico, identidade de gênero, papel social e orientação do desejo sexual. A orientação homossexual, por sua vez, refere-se à preferência sexual por indivíduos do mesmo sexo biológico, compreendendo aspectos como a atração sexual, comportamentos, fantasias e preferências emocionais ou sociais<sup>(3)</sup>.

Definir a homossexualidade apenas como a preferência sexual por indivíduos do mesmo sexo é algo um tanto limitado, já que o termo “preferência” pode conotar a tendência a escolher, optar, e acaba não incluindo os processos biológicos e psicoculturais que podem determinar esta “escolha”. Nesse sentido, o comportamento homossexual tem sido objeto de estudos variados, enfatizando questões de saúde, etiológicas, terapêuticas, sociais, políticas, culturais, religiosas e econômicas<sup>(4)</sup>.

Antunes<sup>(5)</sup> destaca que, nas últimas décadas, os padrões de comportamentos prescritos para o gênero e a velhice estão sofrendo modificações. Esse movimento de mudança, na defesa do alcance e/ou manutenção da qualidade de vida, compreende que as pessoas idosas sejam dotadas do direito de envelhecer sem carregar os antigos estigmas de doença, decadência e peso social.

Ceará e Dalgarrondo<sup>(6)</sup> afirmam que de modo geral, no Brasil, não há estudos conduzidos de forma sistemática sobre saúde mental, qualidade de vida e identidade em pessoas idosas com orientação homossexual. Segundo Mota<sup>(7)</sup>, pesquisas sobre a homossexualidade e o envelhecimento no âmbito das experiências cotidianas são ainda incipientes, aspecto que revela certo silêncio a respeito da extensão e complexidade que envolve o tema. Em detrimento de tal, o presente estudo objetivou explicitar a produção científica nacional acerca da homossexualidade em lésbicas idosas, tendo como questão norteadora: “*Qual o perfil de idosas lésbicas no Brasil?*”

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura cujo recorte temporal foi do período compreendido entre os anos de 2004 - 2012. A priori, o recorte temporal seria do período compreendido entre os anos de 2000 - 2012, porém, não foram encontrados trabalhos publicados anteriormente ao ano de 2004. Os descritores controlados de assunto para delimitar o tema foram ‘envelhecimento’, ‘idoso’, ‘homossexualidade’ e ‘sexualidade’. Os critérios de inclusão foram: artigos completos em língua portuguesa, disponíveis online para consulta em bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde e em revistas eletrônicas de universidades públicas brasileiras. Esses critérios também contemplaram as publicações que abordassem o tema com amostras de mulheres idosas, ou seja, acima de 60 anos, que tivessem sido desenvolvidos no Brasil e com coleta de dados por meio de entrevista direta com a idosa homossexual. Após análise dos resumos de diversas publicações encontradas com os descritores controlados, foram selecionados 04 estudos para análise na íntegra, uma vez que contemplavam os critérios de inclusão.



### 3. RESULTADOS

Mota<sup>(8)</sup> destacou alguns momentos históricos importantes e que repercutiram, em maior ou menor grau, no segmento social em questão. Desse modo, o autor fez menção ao período que vai da ditadura até a abertura política, e o impacto da pandemia do HIV/AIDS (Vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da imunodeficiência adquirida); a transição da perspectiva patologizante para uma de direitos no âmbito dos novos movimentos sociais; o processo de construção de um circuito de entretenimento gay nas cidades brasileiras; a evidência do evento da *Parada Gay*, que passa a dar visibilidade à homossexualidade; a luta por reconhecimento social e civil do emergente movimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT). Ainda do ponto de vista geracional, Paiva<sup>(9)</sup> ressaltou que no Brasil, o movimento homossexual tem 30 anos e, portanto, a geração atual de idosos homossexuais foram os que abriram o caminho para uma representação identitária de afirmação política e de combate ao preconceito e à violência contra essa população. Mota<sup>(7)</sup>, em outro estudo, acrescenta o emergente movimento feminista a partir da década de 1960 na compreensão do fenômeno.

Mota<sup>(8)</sup> refletiu sobre os “antigos” estereótipos acerca da pessoa idosa, que assim como Antunes<sup>(5)</sup> já discorria, contemplam a decadência, a incapacidade e o peso social, numa dinâmica onde a pessoa idosa possui dificuldades para lidar com as dimensões que articulam a degeneração do corpo e as experiências no curso da vida. Tais representações, nas sociedades modernas, incluem também a incapacidade para o trabalho. Ou seja, assim como Paiva<sup>(9)</sup> destacou, há um processo ambivalente de positivação e de denegação da “terceira idade”, algo que tende a ser experimentado e/ou vivenciado pelos indivíduos com idade igual ou superior a sessenta anos.

Nesse movimento crítico reflexivo, surgiu a problemática do duplo estigma, o de ser gay e o de ser idosa. Alves<sup>(10)</sup> relatou que a homossexualidade feminina tem sido algo bastante abordado na literatura das ciências sociais a partir do ano de 1990, porém, a maioria dos estudos prioriza a jovem e adulta no que diz respeito à população estudada, tendo a idosa homossexual pouco destaque nesse cenário. As quatro idosas entrevistadas em sua pesquisa permitiram que a autora inferisse que não há algo específico no envelhecimento de idosas homossexuais, ou seja, a velhice não adquire especificidades porque os idosos são homossexuais, trata-se de trajetórias de vida, marcadas pelas vivências comuns de determinadas coortes etárias, que podem emprestar ao envelhecimento marcas distintas. Sobre os dados objetivos do supracitado trabalho, as quatro idosas entrevistadas estavam em relacionamentos afetivo-sexuais estáveis no momento da coleta de dados; no caso de idosos homossexuais, como destacado por Ceará e Dalgalarrodo<sup>(6)</sup>, esse padrão é diferente, a maioria dos idosos com orientação homossexual está solteira.

Lima<sup>(11)</sup> relatou que existem distintas maneiras de envelhecer e tornar-se idoso e que a velhice é singular e heterogênea. Sua pesquisa com mulheres homossexuais na maturidade obteve resultados similares aos de Alves<sup>(11)</sup>, pois identificou que as representações sobre velhice e ser

velho deste grupo de mulheres não diferem da imagem e dos significados de outros grupos e indivíduos da sociedade. A preocupação com o corpo que envelhece, com as mudanças e alterações funcionais decorrentes do envelhecimento e a possibilidade de perder a vitalidade física também estiveram presentes no discurso de algumas mulheres ao imaginar a velhice. Um achado interessante diz respeito ao duplo estigma que, para as entrevistadas, não foi destacado como uma preocupação, pois o estigma social e as barreiras que recebem ao longo da vida pela opção sexual que fizeram, propicia-lhes visualizar a velhice de modo diverso, percebendo menos preconceito em relação à sua condição. As idosas verbalizaram que o apoio social, da família e dos amigos é fundamental no envelhecimento saudável. Assim como os idosos homossexuais entrevistados por Ceará e Dalgalarrrondo<sup>(6)</sup>, as idosas entrevistadas por Lima<sup>(12)</sup> salientaram a importância dos vínculos sociais, ou seja, da manutenção dos contatos sociais, dos vínculos de amizade criados ao longo da vida, em detrimento da ausência de uma formação familiar tradicional.

Barbosa e Koyama<sup>(12)</sup>, em uma análise de dados secundários de um inquérito populacional de base nacional do ano de 1998, constataram que homens e mulheres experimentam e vivenciam a sexualidade de forma distinta ao longo da vida. Os padrões de comportamento sexual exclusivo, seja homossexual ou heterossexual, são mais prevalentes na população do sexo masculino. As autoras não chegaram ao ponto de afirmar que a bissexualidade seja mais prevalente entre as mulheres, porém, observaram que na mulher, do ponto de vista longitudinal, a relação exclusivamente com pessoas do mesmo sexo aparece apenas no recorte de um ano, e com a ampliação do recorte temporal inclui progressivamente parceiros sexuais do sexo oposto. Ressalta-se que os dados dessa pesquisa não se restringiram à população idosa, contemplando outros segmentos etários.

Cita-se o trabalho de Vieira, Alves e Souza<sup>(13)</sup>, que em uma análise de dados secundários sobre o acometimento por HIV na população de 14 a 81 anos, verificou que nos últimos dez anos, houve um aumento de 440% do número de casos de HIV soropositivos na população idosa no estado de Rondônia. Além disso, os autores destacaram que o principal meio de transmissão do vírus é a relação sexual entre heterossexuais, sendo 35,7% por relação sexual com homens e 55,6% por relação com mulheres. Ou seja, trata-se de mais um indício de que esse fenômeno não se associa apenas às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

#### 4. NOTA CONCLUSIVA

Enfatiza-se a necessidade de apoio teórico e político às mulheres idosas homossexuais, uma vez que a literatura nacional mostrou-se escassa e, além disso, os estudos foram conduzidos com um número muito pequeno de indivíduos. Tal movimento de mudança é necessário no sentido de reconhecer mais fidedignamente esse fenômeno e assim acolher de forma mais resolutiva esses seres nos espaços públicos e privados.

## 5. REFERÊNCIAS

1. Foucault M. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal; 2011.
2. Ceccarelli PR, Franco S. Homossexualidade: verdades e mitos. Revista Bagoas. 2010; 05 (1): 119-129.
3. Shively M, De Cecco J. Components of sexual identity. J Homosex. 1977; 3(1): 41-8. Citado por Ceará AT, Dalgalarrrondo P. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. Revista de psiquiatria clínica. [online]. 2010; 37 (3): 118-123.
4. Menezes AB. Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano [dissertação]. Belém do Pará: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará; 2005.
5. Antunes PPS. Travestis envelhecem? [dissertação]. São Paulo: Pontífca Universidade Católica de São Paulo; 2010.
6. Ceará AT, Dalgalarrrondo P. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. Revista de psiquiatria clínica. [online]. 2010; 37 (3): 118-123.
7. Mota MP. Homossexualidade e Envelhecimento: algumas reflexões no campo da experiência. In: SINAIIS - Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES. 2009; 06 (1): 26-51.
8. Mota MP. A construção da homossexualidade no curso da vida a partir da lembrança de gays velhos. Revista Bagoas. 2012; 06 (07): 199-222.
9. Paiva C. Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. Revista Bagoas. 2009; 3(4): 191-208.
10. Alves AM. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. Revista Horizontes Antropológicos. 2010; 16 (34): 213-233.
11. Lima TG. Tornar-se velho: O olhar da mulher homossexual [dissertação]. São Paulo: Pontífca Universidade Católica de São Paulo; 2006.
12. Barbosa RM, Koyama MAH. Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2006; 22 (7): 1511-1514.
13. Vieira GD, Alves TC, Sousa CM. Análise dos Dados Epidemiológicos da AIDS em Idosos no Estado de Rondônia, Amazônia Ocidental. DST - Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis. 2012; 24(1): 49-52.



---

## **3. MESA DE RELATOS**



### ABERTURA DA MESA DE RELATOS

Abertura da mesa de relatos do VII Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (Enedim). Esta mesa foi coordenada pela Professora Doutora Jane Christina Pereira, docente do Campus Taguatinga Centro. Nesta página estão disponíveis as informações iniciais dada pela coordenadora.

**Professora Dr.<sup>a</sup> Jane Cristina Pereira** – Boa noite a todos e a todas, boa noite à mesa. É uma honra muito grande estar aqui compondo esta mesa com mulheres e um homem, também agora, tão sensíveis quanto fortes, que ocuparam definitivamente seu lugar social. De mãos dadas com todas e todos nos inserimos em um contexto em que o protagonismo da mulher é um trabalho em processo e é de toda a sociedade. Nesse sentido, podemos entender esse encontro como uma das pontes que estão sendo construídas nessas lacunas históricas da igualdade de gênero nesse País.

Então, aqui, compondo essa mesa de relatos de experiência, nós temos Maria da Penha, que fomentou, em nível nacional e internacional, as questões de violência doméstica e familiar no Brasil, influenciando de forma direta e decisiva na criação, aprovação e divulgação da lei que leva seu nome. Além disso, fundou o Instituto Maria da Penha em 2009. Ela vai nos relatar um pouco da sua história de vida que resultou, em 2006, na criação da Lei Maria da Penha.

Compondo também esta mesa temos Deuselita Pereira Martins, diretora do Presídio Feminino do Distrito Federal, situado no Gama. Ela tem atuado com total receptividade e apoio a todos os projetos de ressocialização que lhes são apresentados, seu relato trata justamente desses projetos no Sistema Penitenciário Feminino do Distrito Federal.

Por fim, Gislaine Crepaldi, a idealizadora do Enedim, fez tese de doutorado sobre penitenciárias femininas, intitulada História de Violência Atrás das Grades, na área de Psicologia Social, e vai nos apresentar um breve histórico sobre o Enedim; e o professor diretor do Campus Taguatinga Centro, Eduardo Dias Leite, nos falará sobre a realização do Enedim por este Campus.

Então, é com muita honra, que passo agora a palavra à Maria da Penha.



## RELATO DA MARIA DA PENHA

**Maria da Penha, relato de uma dor que mudou uma lei** – Boa noite a todas as pessoas presentes. Estou muito feliz de estar aqui neste evento do Instituto Federal. Eu vou dar início nesta apresentação contando a história da criação da lei que leva o meu nome. Antes, porém, eu gostaria de dizer para todos os presentes que a principal finalidade da Lei 11.340 não é de prender homens, mas de prender agressores; por isso nós temos homens e mulheres trabalhando para esta causa tão importante, a fim de que nós possamos ter as políticas públicas necessárias para atender à efetivação da Lei Maria da Penha e assim nós poderemos garantir um futuro sem violência para nossas descendentes.

A minha história começou no ano de 1974, quando eu estava na Universidade de São Paulo (USP) fazendo um curso de pós-graduação. Eu conheci, através de amigos comuns, um professor universitário de origem colombiana que estava também fazendo um curso na USP, só que na Faculdade de Economia. Eu, como farmacêutica bioquímica, estudava na Faculdade de Ciências Farmacêuticas; nós nos tornamos amigos e algum tempo depois começamos a namorar e nos casamos. A minha primeira filha nasceu em São Paulo, e após a defesa da minha tese, eu voltei para Fortaleza e ele nos acompanhou.

Em um determinado momento, depois da minha chegada aqui [em Fortaleza] ele conseguiu, através do nascimento das nossas filhas, naturalizar-se brasileiro. Então ele mudou totalmente o seu comportamento. Aquela pessoa benquista no nosso círculo de amizades, aquela pessoa que me valorizava como ser humano, como colega, como namorada e como mulher, tornou-se totalmente intolerante, altamente agressivo, e eu fiquei perdida nessa relação.

Eu não sabia o que teria ocasionado essa mudança e tentei de várias maneiras me anular, até como pessoa, na intenção de que ele voltasse a ser o que era, quer dizer, eu cheguei até a me culpar de coisas que não tinham sentido; sempre estava em função dele, de agradá-lo para que ele deixasse de ser tão violento. Nós conversamos várias vezes falando, “por que nós estamos juntos?”, “nós não temos mais os mesmos interesses”, “nós não curtimos mais a nossa vida e não tem mais sentido essa relação”, mas ele nunca aceitou a separação e sempre desconversava.

No mês de março de 1983, eu acordei com um forte estampido dentro do meu quarto, tentei me mexer e não consegui. Então pensei, “puxa, o Marco me matou”, o meu pensamento foi esse. Eu fiquei sem condição de me movimentar naquele instante e, depois de algum tempo, um vizinho chegou até o quarto com a esposa dele, um casal de médicos que morava próximo a minha casa. Eles viram que eu estava gravemente ferida e me conduziram a um hospital onde esse médico trabalhava e que era relativamente perto da minha residência.

Por conta dessa lesão, eu passei cerca de quatro meses hospitalizada, e quando saí do hospital, voltei para a nossa casa, não porque eu quisesse, mas porque fui levada por ele. A minha família toda queria me ter junto dela para ajudar na recuperação, mas ele me conduziu até a nossa casa e me manteve em cárcere privado por mais ou menos uns 15 dias, momento em

que eu sofri uma segunda tentativa de homicídio através de um chuveiro elétrico propositalmente danificado por ele.

Mas até então, a versão que se tinha desse incidente comigo, contada por meu ex-marido, é que havia ocorrido um assalto em nossa casa. Ele mesmo contou à Secretaria de Segurança que ouviu um barulho e, ao tentar localizar, viu que tinha quatro elementos dentro da nossa casa, e um deles teria tentado enforcá-lo com uma corda. Na versão dele, teria havido luta contra esses quatro elementos. No momento em que foi encontrado pelos vizinhos e pela polícia, ele estava sentado na cozinha da casa com um pijama rasgado e uma corda no pescoço que ele dizia ter sido usada pelos supostos criminosos para enforcá-lo.

Durante esses 15 dias que eu fiquei em casa, em cárcere privado, eu consegui falar com a minha família por meio da babá das minhas filhas. Eles tentaram providenciar e conseguiram um documento chamado separação de corpos; eu me recusei a sair de casa sem as minhas filhas porque isso seria considerado abandono do lar. Se eu não tivesse esse documento de separação de corpos, as minhas filhas poderiam voltar ao poder do pai, porque, na época, não existia nenhuma legislação que nos favorecesse a sair sem esse documento. Então, foi por isso que eu fiquei esse período em casa e só pude sair com esse documento do juiz.

Coincidentemente, eu recebi o documento do juiz, e no dia seguinte meu marido viajaria. Aguardei que ele saísse e, então, nós [eu e minhas filhas] voltamos para a casa dos meus pais. Com isso, a minha saída de casa foi devidamente documentada; eu consegui fazer uma separação com a ausência dele, e quando ele voltou, após 15 dias, já estava toda a documentação mais ou menos encaminhada, e a separação realizou-se através dos advogados.

No começo do ano seguinte [1984], a Secretaria de Segurança, dando continuidade ao inquérito que havia sido iniciado no dia do fato, chamou meu ex-marido e levou em consideração as testemunhas que já haviam deposto e chegou à conclusão de que ele tinha sido o autor da tentativa de homicídio contra mim, que aquele assalto foi simulado e que a versão contada por ele não era verdadeira, que tinha sido ele o autor do tiro que me deixou paraplégica numa tentativa de homicídio que, graças a Deus, não se consumou, mas que me deixou na cadeira de rodas.

Então eu passei a ser vítima pela segunda vez, agora do Poder Judiciário do meu Estado, do meu País. Eu lutei por 19 anos e 6 meses para que o meu agressor fosse punido. Durante esse período, ele foi julgado duas vezes e por duas vezes ele saiu do fórum em liberdade por conta de recursos, mas eu persisti nessa luta, e a prisão dele só aconteceu por causa das pressões internacionais.

### **Como foi que isso aconteceu?**

Após o primeiro julgamento, quando ele saiu do fórum em liberdade, eu me senti muito triste, fiquei sem ânimo para lutar. Resolvi então escrever um livro que teve o título de “Sobrevivi, posso contar”.

No livro, eu contei a minha história e levei para dentro dele todas as contradições encontradas no processo, que era composto de mais ou menos três volumes. Todas as contradições encontradas durante o inquérito policial e durante a parte judicial foram colocadas e, na época da publicação do livro, do lançamento, eu disse: “a minha intenção é que cada leitor saiba que eu estou sendo vítima de uma Justiça que não funciona e quem tentou me matar encontra-se em liberdade”.

Esse livro chegou às mãos de duas ONG's brasileiras que têm assento na OEA [Organização dos Estados Americanos]: o CJIL (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher). Essas duas ONG's, de posse do meu livro, me convidaram a denunciar o Brasil na OEA. A denúncia aconteceu no ano de 1997 e, durante quatro anos, a OEA enviou ofícios ao governo brasileiro solicitando um esclarecimento, mas em nenhum momento nosso País respondeu.

Então, no ano de 2001, a OEA fez o seu relatório final e acusou o Brasil de negligência em relação aos casos de violência doméstica, porque nenhuma ação havia sido tomada, apesar de o País já ter assinado tratados internacionais comprometendo-se a diminuir a impunidade dos agressores. Entre as recomendações que a OEA elaborou, uma delas é que houvesse mudança legislativa e uma outra era de que eu tivesse uma reparação simbólica, daí a razão de a lei ter sido chamada Lei Maria da Penha. Foi uma reparação simbólica do Estado brasileiro a mim.

Quando estavam faltando seis meses para o crime cometido contra mim prescrever (o crime de homicídio prescreve em 20 anos) o meu agressor foi preso. Ele ficou dois anos em regime fechado, e o restante do tempo em regime semiaberto, depois regime aberto e hoje se encontra em liberdade.

Com o advento da Lei Maria da Penha, nós temos um movimento de mulheres se apropriando dessa legislação para que possamos, juntas, conseguir que ela seja realmente efetivada, que os agressores sejam realmente punidos e que as mulheres sejam protegidas e não mais assassinadas. A lei vai fazer sete anos e nós já avançamos muito, felizmente, mas ainda falta desenvolver mais, porque a cultura machista da nossa sociedade interfere até na criação de políticas públicas que sirvam para fazer com que a lei seja devidamente utilizada.

**O que nós temos encontrado há quase sete anos, desde que a Lei Maria da Penha foi criada?**

Nós temos encontrado, principalmente nos grandes municípios, que geralmente são as capitais, a lei funcionando relativamente bem, porém, os outros municípios, os menores, carecem de políticas públicas para atender à efetivação dessa legislação. E por que isso está acontecendo? Por causa da cultura machista da nossa sociedade, alguns homens continuam se achando superiores às mulheres e creem que, por isso, poderiam assassinar e bater em suas mulheres.

Os gestores públicos fazem parte dessa cultura machista, procuradores, desembargadores,

juízes também, principalmente esses operadores do Direito que já têm na cultura, inclusive acadêmica, uma visão machista da legislação, pois as leis eram machistas quando eles estudaram. Hoje em dia, com a Lei Maria da Penha, com o avanço da sociedade em questões de direitos humanos, já é possível o jovem operador de direito ter uma visão diferente, porém os mais antigos são resistentes em aceitar que a lei funcione como ela deve funcionar.

É muito importante que nós, que precisamos garantir um futuro sem violência para nossas filhas, nossas netas, nos envolvamos com o compromisso de trabalhar essa lei na nossa casa, na nossa escola, no nosso ambiente de trabalho. Onde encontrarmos uma mulher sendo vítima da violência, devemos ajudar, inclusive colocar para aquela mulher que ela tem condições de sair de tal situação, desde que na nossa cidade nós tenhamos o centro de referência da mulher, nós tenhamos a delegacia da mulher, nós tenhamos os juizados da mulher, e isso só a sociedade unida vai conseguir ter esses equipamentos que, pela Lei, devem ser criados.

Depois da criação da Lei Maria da Penha, nós tivemos que estar presentes em muitos locais, e isso dificultou muito a minha vida pessoal. O benefício obtido é de conhecimento, mas não de trabalho com resultado financeiro. Nossa preocupação com a questão da violência doméstica motivou a criação do Instituto Maria da Penha, e através dele nós podemos trabalhar e trabalhar com grupos maiores, capacitando e conscientizando. Temos um curso que levamos para as empresas, para as escolas, para instituições... é o curso “Defensores e Defensoras do Direito da Mulher”. O Instituto tem me dado essa oportunidade de trabalhar com uma população maior, para que esta se conscientize sobre a importância de uma lei que veio para proteger a mulher da violência doméstica.

Eu tinha feito um slide para colocar para vocês o que eu falei aqui, mas houve um problema técnico e nós não pudemos fazer essa palestra através do telão. Mas eu quero ressaltar para vocês que o compromisso do Instituto Maria da Penha com essa causa é muito importante e nós estamos aqui com a nossa diretora pedagógica, que tem trabalhado na sua cidade, o Recife, através da Universidade, formando alunos e alunas de diversas áreas sobre a importância da lei, porque todo e qualquer profissional um dia vai ter o dissabor de encontrar uma mulher, na sua área de trabalho, qualquer que seja, que sofre violência doméstica, pois nós sabemos que o índice de violência doméstica é altíssimo. O profissional, seja de qual for a área, pode orientar essa mulher a sair de uma situação de violência.

Eu gostaria de colocar aqui também que nós temos um site que é o [www.institutomariadapenha.org.br](http://www.institutomariadapenha.org.br), em que vocês podem curtir nossa página no Facebook e tomar conhecimento do que temos feito na instituição durante esses três anos de criação dela. Lá, vocês encontrarão depoimentos, artigos de juristas e notícias que tenham relação com o tema da violência doméstica. Eu gostaria de agradecer a presença de vocês e se quiserem fazer alguma pergunta posso responder. Agradeço essa oportunidade e boa noite a todos e a todas.

**Jane** – Muito obrigada, Maria. Agora vamos ouvir o relato da Deuselita Pereria Martins sobre os projetos de ressocialização no sistema penitenciário do Distrito Federal.

## RELATO DE DEUSELITA PEREIRA MARTINS, DIRETORA DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL

**Deuselita** – Boa noite a todos e a todas. Gostaria primeiro de agradecer o convite do professor Eduardo Dias Leite, que é o coordenador do evento local. Eu sou diretora da Penitenciária Feminina do Distrito Federal há quatro anos. Antes de assumir a direção da Penitenciária Feminina, sempre fui delegada de polícia; integro a corporação da Polícia Civil há 27 anos e sempre vi os presos com outro olhar. A partir do momento em que eu passei a ser diretora do presídio feminino, eu tive que mudar muitos conceitos e rever muitas situações.

Eu sei que muitas de vocês estão se perguntando sobre o porquê de convidar mulheres em situação de cárcere para participarem dessa discussão aqui dos Estudos Dirigidos para Mulheres. Nós que trabalhamos no sistema prisional ficamos num fogo cruzado; de um lado, as pessoas que compõem os direitos humanos e que veem as mulheres apenas como vítimas do sistema não enxergam o ser humano que cometeu uma infração e está ali encarcerada para pagar por essa infração. Por outro lado, nós temos a sociedade que vê apenas a pessoa criminosa e não vê o ser humano por trás do criminoso; e nós que trabalhamos no sistema prisional temos que ter essa sensibilidade.

A Penitenciária Feminina fica situada no Gama. O nome Comea foi dado por volta de 1986, porque até aquela data havia no local um Centro de Orientação para Menores Apreendidos (Comea). Houve uma rebelião dos menores em 1986, o prédio foi abandonado e as mulheres que eram alojadas dentro do presídio masculino foram transferidas para essa penitenciária. Nós temos 669 mulheres encarceradas. O presídio feminino tem uma característica completamente diferente dos presídios masculinos do Distrito Federal. Primeiro porque abriga todos os regimes prisionais além das presas provisórias. No masculino não acontece isso. Existe um estabelecimento específico para os presos provisórios, um estabelecimento para os presos em regime fechado, regime semiaberto...

No caso da Penitenciária Feminina, lá se abrigam todos esses regimes e ainda com duas agravantes: primeiro, há dentro do bloco em que está concentrado o maior número de mulheres um espaço denominado “Ala Berçário”, que é uma ala comum mas que abriga 19 gestantes e 16 lactantes com seus respectivos filhos. Segundo, temos lá os presos que têm problemas psiquiátricos e cumprem medida de segurança.

As crianças que nascem dentro do presídio têm direito de permanecer com a mãe até os seis meses de idade para alimentação. A partir desse momento, havendo alguém para receber essa criança, ela é passada para uma família substituta, e não havendo ninguém para recebê-la, ela é levada para um abrigo da Vara da Infância e ali fica até a mãe poder retomar a guarda ou, passados três anos, iniciar-se o processo de perda de direito de paternidade e adoção.

Perceber o ser humano nessas mulheres não é fácil, mas é possível. Temos um grande número de mulheres que, além de terem sido vítimas de violência doméstica, inúmeras vezes foram levadas ali em razão de suas relações com o universo masculino; foram presas por

conta de um parceiro ou de um irmão ou pai, enfim... foram levadas ao cárcere, em sua grande maioria, por conta de uma relação com uma pessoa do sexo masculino. Para se ter uma ideia, 33% da massa carcerária são de mulheres que foram presas tentando entrar com substância entorpecente para os outros presídios. Existe uma minoria, mas há até mães que são manipuladas ou chantageadas pelo filho para poder fazer essa passagem com drogas.

Nós temos uma grande dificuldade de fazer com que a Penitenciária Feminina realmente seja vista e colocada nas políticas dos Estados com separação de gênero; mais ainda, temos uma grande dificuldade em fazer as pessoas que estão acima de nós, na hierarquia, entender que a mulher é diferente, que a mulher tem que ser tratada de forma diferente. Nós nos empenhamos na questão da ressocialização; para se ter uma ideia, são 65 mulheres que trabalham fora e só dormem no presídio, que são as do regime semiaberto; e temos quase 250 mulheres que trabalham no interior da Penitenciária Feminina. Dessas 250, cerca de 190 recebem algum tipo de remuneração.

Além das mulheres, nós temos também a ala de tratamento psiquiátrico masculina, onde ficam alojados os homens que cometeram crimes e que têm algum transtorno mental. Há, ainda, aqueles que, em razão da dependência química, foram considerados inimputáveis na época do crime, ou seja, foram considerados – em razão da gravidade dessa dependência química – incapazes de entender o caráter ilícito do que estavam fazendo. São homens perigosos; muitos têm uma pena maior que 300 anos. Tem interno lá que, se não fosse medida de segurança, a pena beirava os 300 anos.

Para se ter uma ideia de como é difícil essa questão, lá é um presídio misto, homens não deveriam estar junto com as mulheres, e há também o problema de não se enxergarem as necessidades da mulher, que são diferentes das do homem. Recentemente, nós tivemos uma portaria que restringiu o acesso de alguns itens ao presídio, a todos os presídios, e no nosso ficou faltando itens que às vezes as pessoas não entendem, mas que pra gente causa um clamor muito grande ali na massa. Não se permite mais a entrada de shampoo, condicionador, creme hidratante e protetor solar, que eram permitidos até recentemente. Então, veja que foi feita uma portaria sem enxergar as necessidades da mulher. Temos todas essas dificuldades para administrar, mas temos conseguido nos sair muito bem. Além das mulheres que trabalham, nós temos 210 mulheres que estudam; para elas é oferecida desde a alfabetização até o Ensino Médio. Temos também 25 mulheres em um curso de recepcionista ofertado pelo Senac e, por fim, um outro curso de maquiladora para 15 internas. A ressocialização é possível, desde que se trabalhe com esse objetivo. Não se ressocializa se não dermos estudo e uma profissão para quem está encarcerado. Os pilares da ressocialização são justamente a educação e a profissionalização; não existem realmente políticas do Estado voltadas para essa questão da ressocialização. Ainda há muito poucas, na verdade.

Nós temos esse índice tão grande, talvez um dos melhores do Brasil, na questão da ressocialização, graças às parcerias que nós conseguimos montar. Uma dessas parcerias é com a Secretaria da Mulher. A professora Olgamir [Olgamir Amância Ferreira, secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal], que está aqui, tem se mostrado uma pessoa extremamente



presente e sensível a esta pauta da ressocialização. Essa parceria que estamos firmando com o Instituto Federal de Brasília também vai ser de muita valia na questão da profissionalização.

Eu peço a vocês que, quando souberem de uma mulher presa, que não pensem só na criminosa que está indo; pensem também na mãe de família presa e nos filhos que estão ficando para trás. Ainda carecemos muito de políticas voltadas para essas crianças que estão ficando; temos internas que deixam pra trás seis, cinco, nove filhos.

O homem, quando é encarcerado, tem duas preocupações, e me desculpem a forma grosseira de colocar: uma, é se ele está recebendo visita íntima, e a outra, se tem alguém levando dinheiro para ele. A mulher, quando presa, ela se preocupa com os filhos, com os seus parceiros que foram presos e que as levaram para o cárcere, com a mãe... É uma cobrança social muito grande à mulher. Enquanto nós não tivermos políticas voltadas para os filhos dessas mulheres, esse ciclo criminoso vai continuar, porque quem normalmente se preocupa com a educação dos filhos é a mulher.

Nós temos na penitenciária feminina uma característica que chama muito a atenção. Nos presídios masculinos, 90% dos visitantes são do sexo feminino; na Penitenciária Feminina também. O que ocorre é que as mulheres, quando seus companheiros são presos, elas não os abandonam, mas o contrário é frequente: a mulher, quando presa, o companheiro não vai visitá-la, ele simplesmente a abandona. Para se ter uma ideia da situação, nós costumamos fazer – anualmente – uma visita das mulheres encarceradas a seus filhos ou companheiros que estão presos em outros estabelecimentos prisionais, e é comum falar o nome do preso que se quer visitar e, ao checar na lista de visitantes deles, depois de 15 dias que a mulher foi presa, ela já ter sido substituída por outra no cadastro de visitantes. É preciso, inclusive, dar essa notícia para a apenada e é muito triste essa situação. Já vi caso em que uma mulher foi presa, grávida, tentando entrar com droga para o companheiro. Teve o filho e, logo depois, veio uma outra grávida também tentando entrar com droga para o mesmo indivíduo.

Vocês veem como é, realmente, essa questão da sociedade machista. A mulher ainda está muito vinculada a essa situação, e nós temos que perceber isso, e para tanto, temos que conhecer.

O que eu posso falar mais? Não vou tomar muito o tempo de vocês. Se fosse falar, poderia falar do Presídio Feminino o dia todo. As características do presídio feminino são bastante diferentes, mas o que eu faço é convidar todos para que conheçam. As pessoas que quiserem somar nessas parcerias que estamos desenvolvendo, nós aceitamos e nos colocamos à disposição para poder receber todos vocês.

Quero agradecer a possibilidade de ser ouvida, de poder participar, falar dessas características das mulheres encarceradas e agradecer a parceria. Desejo a todos uma boa noite.

**Jane** – Muito grata, Deuselita. Agora vamos ouvir a Gislane Crepaldi falar pra gente sobre o Enedim.



### RELATO DA PROFESSORA GISLANE CREPALDI – ORGANIZADORA-FUNDADORA DO ENEDIM

**Gislane** – Boa noite, dizer que eu estou honrada em estar aqui não expressa o que eu estou sentindo, estou muito feliz. Eu pesquiso sobre mulheres há mais de 20 anos e estando nesta mesa com tão ilustres pessoas, uma plateia com tanta gente que falou tão bem e que está aqui para ouvir tanta coisa, participar amanhã de todo o nosso encontro. Enfim, dizer que estou honrada, não significa absolutamente nada, eu estou em êxtase com o carinho com que tudo foi preparado, que tudo foi feito.

Quero agradecer imensamente ao professor Wilson Conciani, que recebeu este VII Enedim, ele esteve presente em outros eventos, foi no ano passado em João Pessoa e prontamente atendeu ao nosso convite, o da professora Terezinha e o meu, de receber o evento em Brasília. Quero agradecê-lo pela parceria ao longo de todos esses anos de trabalho e eu sei que temos muito pela frente, quero agradecer imensamente, também, ao professor Eduardo Dias Leite porque sem ele este evento não seria possível, tamanho empenho, imensurável empenho que ele prestou para que esse evento acontecesse, quero também agradecer a todas as meninas, a todas as mulheres, conversei com algumas aqui como a Ana Paula e a Sandra [Branchine], e estou muito feliz pelo Enedim 2014 ser em Santa Catarina.

Gostaria de dizer que amanhã nós teremos inúmeros trabalhos e que tudo isso que houve aqui, que a Maria da Penha disse, a cerca da situação da mulher, da vulnerabilidade da mulher, é um retrato fiel daquilo que acontece com as mulheres na sociedade brasileira. Quando eu ouço um relato de alguma mulher, fico pensando como esses relatos são semelhantes, eu também pesquisei sobre penitenciária feminina e vi que muitas mulheres, dentro do presídio, sofreram ao longo de suas vidas inúmeros tipos de violência principalmente do companheiro, do marido, e sempre se diz “um dia ele vai mudar né”, “eu acho que eu tenho o poder de fazer essa situação”, “na realidade, a culpa é minha se eu sou tratada assim”, enfim...

Eu espero que vocês, amanhã, assistam aos trabalhos que serão expostos, debatidos aqui, muitas comunicações orais, pôsteres e etc. Quero agradecer, mais uma vez, imensamente por este VII Enedim, pela concretização, pela realização deste evento, muito obrigada. Uma boa noite e espero que vocês venham amanhã.

**Jane** – Obrigada Gislane, agora vamos ouvir a Regina Célia Barbosa que vai nos falar um pouco sobre o Instituto Maria da Penha.

## RELATO DA DIRETORA PEDAGÓGICA DO INSTITUTO MARIA DA PENHA, REGINA CÉLIA BARBOSA

**Regina Célia Barbosa** – Boa noite a todos e a todas. É com muita honra, como disse Maria da Penha, que nós estamos aqui. O Instituto Maria da Penha vai fazer quatro anos e é um Instituto que nasceu com uma preocupação da qual a Maria da Penha sempre fala, que é a questão do agressor. Infelizmente, isso tem sido parte da nossa cultura, mas o que nós não podemos aceitar é a negligência, a falta de assistência às mulheres vítimas de violência, e é nesta perspectiva que o Instituto Maria da Penha tem como um dos objetivos acompanhar, de maneira bem próxima, a eficiência e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha através das políticas públicas.

Nós observamos de maneira especial a qualidade de atendimento nas delegacias, nos setores de emergência, de como se faz um corpo de delito; estamos atentos às escolas e em toda e qualquer agência que protagoniza a ação de atendimento à mulher vítima de violência. A outra perspectiva do Instituto é que nós, nesse encaminhamento de observar como a política pública – no que se refere à Lei Maria da Penha – é aplicada, verificamos também como estão sendo formados os futuros profissionais que atuarão no mercado, e aí nós temos quatro protagonistas que consideramos como atores estratégicos no atendimento às mulheres vítimas de violência: primeiro, todo e qualquer corpo docente do fundamental até o nível superior.

Temos um olhar muito criterioso de como os professores, como as escolas, os diretores, coordenadores, supervisores, secretaria de educação têm tratado a questão da evasão, da repetência, da timidez, da conduta da criança e do professor. Muitas vezes não se discute se aquela conduta, aquele comportamento, que é resultado de uma violência doméstica que a criança, adolescente ou jovem está acompanhando em sua casa, é responsável pela criança não conseguir o rendimento escolar da forma adequada.

A segunda questão é: como os enfermeiros, como os socorristas têm sido formados no atendimento às mulheres vítimas de violência; muitos, apesar de terem domínio da técnica, não conseguem ter, de forma sensível, uma atitude humana no atendimento. Um terceiro ponto é dos operadores do Direito, como a própria Maria da Penha já falou – a questão de uma cultura já enraizada por parte dos magistrados. Eu, por exemplo, leciono em algumas faculdades do Recife e também acompanho os alunos no que nós chamamos de trabalho de conclusão de curso, tanto na área de Enfermagem, como na área do Direito. Quando os alunos começam a ter uma aproximação, uma compreensão melhor sobre violência de gênero (e que desperta neles o interesse de desenvolver as monografias ou TCC's nessa área), são recusados não por um, nem dois, nem por três, nem quatro, mas por muitos professores da área de Direito.

Eles não consideram aquele TCC ou aquela monografia significativa para que possam acompanhar. Se fosse na área tributária, ambiental, civil ou qualquer outra área, eles poderiam

orientar, mas sobre a Lei Maria da Penha e violência de gênero e os impactos que isso traz para a sociedade, alguns magistrados que eu conheço, e que não são mais de 50%, não aceitaram orientar.

Da mesma forma, nós vemos que existe aí, na área de Saúde, uma certa limitação na competência de se pensarem novas estratégias, novas demandas, ou problemáticas da sociedade. O quarto ponto, nós temos também observado os policiais e os escrivães que atendem nas delegacias. Temos um olhar muito especial sobre os profissionais que fazem concurso, que assumem cargos públicos e que têm a mulher vítima, ou o agressor ou agressora, como protagonistas de atendimento e da prestação de serviço. Apesar de terem [esses servidores] muitas qualificações, essas qualificações não são suficientes, ou por questões de estratégia metodológica ou porque as mentes se cristalizaram e acham que atender a mulher vítima de violência é algo de pequeno valor.

O Instituto Maria da Penha trabalha exatamente na sensibilização, na humanização de uma metodologia pedagógica que seja eficiente. Atendemos, por exemplo, algumas empresas em que o [setor de] Recursos Humanos conversa conosco e fala que muitas mulheres apresentam atestado médico – um alto índice de absenteísmo – e quando as psicólogas organizacionais vão ouvir um pouco essas mulheres, elas percebem a violência doméstica ali contida. [nesse ponto há] Uma excelência da Lei Maria da Penha, pois ela dá relevância aos cinco tipos de violência que a mulher sofre: a sexual, a física, a psicológica, a patrimonial e a moral. São tipos de violência que precisam ser melhor discutidos, compreendidos pela sociedade e, em especial, pelos antigos e novos profissionais que atendem a mulher, a sociedade, e que prestam serviço exatamente para melhorar a qualidade da nossa sociedade.

O Instituto Maria da Penha desenvolve sua expertise. Temos a conclusão do curso de defensores e defensoras dos direitos da cidadania, que é um curso aplicado em faculdades, em universidades, para os discentes e também para os docentes. Nós vamos agora para a terceira turma, e elas são mistas. Tem homens, mulheres, deficientes, idosos, homoafetivos, adolescentes e jovens que querem e que estão despertando interesse para compreender a problemática da violência de gênero, que muitos não conheciam.

O propósito do Instituto Maria da Penha, este ano, é colocar em pauta a quarta recomendação da OEA [Organização dos Estados Americanos], que é justamente discutir, nos ambientes acadêmicos, nos ambientes escolares, a questão da inserção da discussão da violência de gênero nas matrizes curriculares. A Maria da Penha já deu o endereço do site para vocês, e nós estamos aqui para melhores esclarecimentos e para tentar discutir, nos ambientes acadêmicos e nas redes escolares, a questão da violência de gênero.

Muito obrigada.

**Jane** – Obrigada, Regina. Agora o nosso diretor do Campus Taguatinga Centro, Eduardo Dias Leite, para fechar e depois teremos um pequeno momento para perguntas.

## RELATO DO PROFESSOR EDUARDO DIAS LEITE, DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TAGUATINGA CENTRO DO IFB

**Eduardo Dias Leite** – Em nome da senhora Maria da Penha, eu quero cumprimentar a todos, agradecer pela presença e falar um pouco sobre como foi desenvolver esse trabalho do Enedim aqui no Distrito Federal. Quando eu assumi a Direção-Geral do Campus Taguatinga Centro, no ano passado, o nosso reitor, professor Wilson Conciani, falou sobre o projeto do Enedim que precisaria ser desenvolvido no IFB. Como o Instituto Federal de Brasília, em Taguatinga Centro, nasceu para ser o Campus da inclusão e nós já havíamos iniciado ali um trabalho com o Programa Mulheres Mil, sendo este voltado especialmente às mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, organizar o Enedim entrou nesse rol de ações de cunho inclusivo e de atendimento às mulheres.

Em relação ao nosso trabalho no Programa Mulheres Mil, quando tivemos as primeiras reuniões na Cidade Estrutural, no contato inicial com nossas futuras estudantes, as dificuldades que enfrentamos foram muitas, primeiro para entrar naquela comunidade e as convencer de que desenvolveríamos um programa sério, depois foi preciso providenciar transporte para deslocar essas mulheres – que eram donas de casa e trabalhadoras – para um ambiente de formação. Como o Campus Taguatinga Centro não tinha ônibus, nós precisamos contar com a ajuda de outros campi, o IFB Brasília, por exemplo, emprestava o ônibus. Além das mulheres, era preciso também trazer os filhos e filhas, pois caso as crianças não viessem, as mães não conseguiriam participar do curso de formação.

Havia, ainda, a dificuldade de se conseguir que essas mulheres fossem liberadas de seus locais de trabalho, no caso das que estavam com algum vínculo empregatício, mesmo que informal, já as que trabalhavam por conta própria, havia o problema de se perder o dia de trabalho e restava ainda outra questão, a dos maridos que tinham dificuldade de “liberar” as esposas para fazer o curso. Nesse contexto, trazer as crianças, acompanhando as mães, era parte essencial para elas estudarem.

Para, então, criarmos as condições para a inclusão educacional dessas mulheres, instalamos uma Brinquedoteca no Campus, ainda na gestão da professora Bibiani Borges Dias como Diretora-Geral da nossa unidade, e contratamos estudantes de pedagogia para estagiar conosco e cuidar das crianças, enquanto as mães estavam em sala de aula.

O IFB de Taguatinga Centro, com seu próprio custeio, comprava o lanche para essas mulheres de forma que criamos um ambiente em que íamos buscar e levar as estudantes na Cidade Estrutural e, ao longo do curso, pudemos perceber que o índice de evasão era muito pequeno, pois procurávamos não só fazer a parte de alfabetização delas, mas também o curso de profissionalização em empreendedorismo. Essa formação era importante para algumas delas explorarem o que já vinham desenvolvendo, seja para as que atuavam, mesmo que esporadicamente, como vendedoras, seja para as que estavam atuando em cooperativas de catadores.

No primeiro dia de aula de uma das turmas, eu fui conversar com essas mulheres e fiquei

impressionado com o entusiasmo, a vibração, que elas tinham. Havia nelas uma grande alegria em participar do projeto. Eu, realmente, fiquei encantado com isso, achei fantástico esse trabalho. Acho importante falar que, ainda neste trabalho de inclusão social, nós temos no Campus Taguatinga Centro, o curso de Inglês para cegos e estamos desenvolvendo também o curso de Libras [Língua Brasileira de Sinais] para focarmos no objetivo da inclusão. Todas essas ações nos acrescenta uma sensibilidade que se tornou muito útil nesse trabalho de organização do VII Enedim.

Organizar esse evento foi um desafio que nós conseguimos realizar somente através das muitas parcerias, principalmente com a Secretaria da Mulher do Distrito Federal que esteve presente conosco, participando a cada momento. Contamos também com o apoio da Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Lemos Soares – da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas, e quero citar, ainda, a contribuição da Dr.<sup>a</sup> Ingrid Pequeno Sá Girão, Procuradora Federal que atua no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), foi graças a interlocução dela que nós temos o prazer de ter a Maria da Penha aqui.

Devo confessar, em meu nome e da minha equipe, que no primeiro momento, quando recebemos a missão de organizar o VII Enedim, nós nos sentimos perdidos com esse trabalho porque não tínhamos experiência nesse tipo de organização, então eram comuns os contatos com a professora Gislane Crepaldi (organizadora-fundadora do Enedim), nós conversamos muito, através de videoconferência, áudio conferência, e-mails e telefone. Ela foi nos orientando e fomos tocando em frente. A equipe do Campus Taguatinga Centro se envolveu de forma muito efetiva e o projeto começou, realmente, a acontecer.

Nas atividades de preparação para o VII Enedim, tivemos a oportunidade de conhecer alguns trabalhos realizados com a finalidade de atender mulheres. Eu pude estar na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, dirigida pela nossa palestrante, que já falou essa noite, a Deuselita Pereira Martins, e vi o trabalho de formação que é desenvolvido lá. Percebi as dificuldades que a equipe de servidores daquela unidade enfrenta, uma destas foi a luta realizada para se conquistar as máquinas de costura usadas para a formação de mulheres apenadas.

Eu fiquei, não só encantado, mas com um desejo enorme de colocar o IFB à disposição para apoiar aquelas iniciativas, considerei que existem recursos do Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego] e que, pela nossa missão como instituição de ensino e formação, temos a possibilidade de uma participação mais efetiva. Eu fiquei motivado, realmente desejoso, de começar um trabalho com as mulheres daquela instituição. Isso não vai ser possível por meio do Campus Taguatinga Centro, mas nós temos aqui presente o professor Fernando Dantas, que é diretor do Campus Gama, e eu tenho certeza que o Instituto Federal de Brasília, por meio do IFB do Gama, poderá fazer uma boa parceria, através do Pronatec, com a Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Então, o que eu quero ressaltar aqui é que as ações realizadas no trabalho de construção desse Enedim, me deu a oportunidade de conhecer muitas atitudes que me expuseram as questões dos direitos das mulheres, que causou em mim, uma sensibilidade para este tema.

---

Por fim, quero dizer que fico muito feliz com a participação maciça dos nossos alunos aqui, tendo a oportunidade de ver esse trabalho, que é voltado para as mulheres, e eu digo uma coisa, há um aprendizado muito grande nesse trabalho, não importa quão grande seja o desafio, o importante é a gente iniciar com vontade e disposição que as coisas vão acontecendo.

Agradeço a todos pela presença aqui e conto com a participação de vocês amanhã na apresentação dos trabalhos e das oficinas.

Boa noite e obrigado.

**Jane** – Obrigada Eduardo. Vamos às perguntas do público.

## PERGUNTAS DO AUDITÓRIO

**Professora Jane Christina Pereira** – Bom, vamos começar com a questão que já chegou aqui para a Maria da Penha. É uma pergunta do Ângelo Santos. Ele questiona: “O site do Instituto Maria da Penha é mantido por algum órgão específico? Ele possui bastante informação inerente à Lei?”

**Maria da Penha** – O próprio Instituto mantém o site e nós temos notícias tanto sobre a Lei, o que sai na imprensa, como o que acontece no mundo jurídico em relação a esta legislação. Às vezes ocorrem coisas absurdas, como, por exemplo, querer aplicar a lei sendo o homem o agredido. Os números mostram que do total de agressões domésticas ocorridas no Brasil cerca de 2% das vítimas são homens e 98% são mulheres; por isso que houve a necessidade de se criar uma lei específica para a mulher, porque, apesar de a Constituição dizer que homens e mulheres são iguais perante a lei, na realidade isso não ocorre. Quem garante essa igualdade na área penal? O que garante isso é essa ação afirmativa, que é a finalidade da Lei Maria da Penha.

**Pergunta do auditório** – Boa noite, meu nome é Érica e sou do Centro de Referência do Distrito Federal. Eu gostaria de colocar uma inquietação que eu tenho em relação às peculiaridades da mulher negra enquanto mulher vítima de violência e enquanto mulher presa. Eu queria saber se vocês percebem alguma peculiaridade em relação à violência doméstica sofrida pela mulher negra e a sua superação.

**Maria da Penha** – Na realidade, a gente observa que as vítimas que procuram a Delegacia da Mulher, na maioria, são negras, porque estas recebem menos, são menos instruídas, coisa que está melhorando agora, mas isso não quer dizer que apenas as pessoas com menos poder aquisitivo são vítimas da violência doméstica.

Esses números apontam as mulheres negras ou pobres como maioria, porque estas só têm a Delegacia da Mulher para procurar ajuda; as ricas não precisam ir a uma delegacia, pois elas têm condições de ter um advogado e esse advogado questionar toda essa questão de separação, de maneira que ela não dá visibilidade para a mídia. As pobres realmente precisam ir, porque não têm condições de pagar um advogado particular e não ficar na estatística.

**Pergunta do Auditório** – Eu tenho uma pergunta. Meu nome é Moema e eu sou professora do Instituto Federal de Brasília. Todas as falas me levaram a essa pergunta. Eu teria muitas perguntas para fazer para a senhora Maria da Penha, mas vou fazer essa, que é muito pessoal. Eu queria que você explicasse um pouco qual foi o impacto de toda essa experiência nas suas duas filhas. Eu sou filha de violência doméstica e na verdade tudo isso me transformou em professora e em educadora de gênero. Eu queria entender qual foi a trajetória traçada pelas suas filhas dentro desse contexto que você nos contou.

**Maria da Penha** – Quando minhas filhas conviviam com o pai e o fato aconteceu comigo, elas tinham as idades de dois, quatro e sete anos incompletos e eram crianças que viviam



acuada com medo do pai. No momento em que eu consegui sair e elas se viram protegidas pela minha família, e eu mostrando que se quisessem sair com o pai, elas que decidiam, houve mais segurança. Se não quisessem, não saiam, isso era claro.

Até aquele momento, em que não tinha sido descoberto quem era o culpado pelo crime cometido contra mim, ele mantinha o direito de visitar quinzenalmente as filhas. Elas tinham certeza de que poderiam dizer não e que não apanhariam por isso, porque eu estava ali garantindo essa segurança.

Eu expliquei a situação, e no momento em que as meninas ficaram fortalecidas, elas conseguiram dizer não. Esse foi um período pequeno, talvez uns seis meses, porque ele ainda não tinha sido denunciado. Quando ele foi denunciado, a presença dele deixou de existir e elas nunca sentiram falta, porque elas eram maltratadas por ele.

Eu tive muita preocupação em relação a elas para a sua adolescência e vida adulta. Você imagine a situação das minhas filhas: eu estava acusando o pai delas de tentar me matar e a Justiça não tinha aceitado esse fato. Como seria o futuro delas? Quando uma das minhas filhas estivesse namorando um rapaz, a família desse rapaz diria o quê? Algo como “cuidado, a mãe da sua namorada quase foi assassinada e nunca conseguiram provar quem era o culpado”.

Eu tinha medo de que a minha filha fosse seguir o meu caminho de ser uma vítima de violência doméstica. E eu tinha esse medo devido ao fato de o poder Judiciário passar a mão na cabeça de agressor, e isso é o que a gente não quer hoje.

No momento em que foi aceito que ele era o culpado e que realmente os fatos estavam todos dizendo que ele era o culpado – ele só não confessou – aí eu acho que elas se fortaleceram muito nesse momento. Eu mostrei para a sociedade que não estava querendo acusar um homem de uma coisa que ele não tinha feito. Minhas filhas são felizes e eu me sinto extremamente feliz pelo caminho que elas seguiram, e hoje elas me ajudam no Instituto.

**Jane** – Muito obrigada a vocês que vieram à mesa e especialmente a você, Maria da Penha. Está até difícil pra eu mediar essa mesa com essa complexidade de ideais, de visão de mundo e de sensibilidade. A gente está mesmo de mãos dadas. Muito obrigada.

---

## 4. PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO

VII ENEDIM		
Local	Horário	Atividade
Hall de entrada do Centro Cultural Taguaparque	19h	Recepção
	19h30 às 20h30	Abertura oficial do evento
Auditório do Centro Cultural Taguaparque	20h30	Apresentação Cultural Local: Auditório do Centro Cultural Taguaparque.
	20h40	<b>Mesa de Relatos (Mediadora: Prof.<sup>a</sup> Jane Christina Pereira)</b>
		Maria da Penha – Da história para a Lei: experiências de uma mulher lutadora
		Deuselita Pereira Martins – Projetos de ressocialização no Sistema Penitenciário Feminino do Distrito Federal
	Gislaine Crepaldi – Enedim: o conhecimento aplicado	
22h	Encerramento	

7h30 Credenciamento

**EIXO 1: Os Direitos Humanos como garantia de igualdade e equidade da mulher na sociedade brasileira**

Local	Horário	Autor	Projeto
Auditório do Centro Cultural Taguaparque	8h às 10h30	Priscila Ramos de Moraes Rego (IFB)	A aplicação da Justiça Restaurativa nos crimes contra a mulher
		Gislaine Crepaldi Silva (IFMT)	Os direitos da mulher apenada no Brasil
		Aline dos Santos Tanaka Orientadora: Prof. Dra. Gislaine Crepaldi Silva	O caso J em Cuiabá
		Letícia Érica Gonçalves Ribeiro – Centro Popular da Mulher de Goiás (CPM/UBM) Coautora: Telvanir Maria da Silva Costa (IFB)	Formação e organização do grupo de mulheres Flores de Ingá
		Luciana da Luz Silva (UNB)	As mulheres do Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB) e o direito humano à habitação
		Clarice Barbosa Vieira (IFB)	A prostituição feminina no contexto dos Direitos Humanos
		Luana Karina Dallposso (UNB) Orientadora: Profª Dra. Debora Diniz (UNB)	Prisão e loucura: uma narrativa de mulheres em medida de segurança no Distrito Federal
		Profª Dra. Susane Rodrigues de Oliveira (UNB)	Práticas escolares e cultura política feminista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no Brasil (2004–2008)
		Daniel Borsatto da Silva (MDS)	Mulheres vítimas de violência: relatos da experiência do assistente social junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Luiz Philipe Belarmino Reis (UNB)	Prostituição e direitos: trajetórias e dilemas pela igualdade e cidadania		

**EIXO 2: Violência estrutural baseada no sexismo e no racismo nos diversos espaços sociais**

Local	Horário	Autor	Projeto
Auditório do Taguaparque	10h31 às 11h45	Gislaine Crepaldi Silva (IFMT) Maria de Fátima Pereira Alberto (UFPB)	Violência na infância e na adolescência: a história da Mulher 25
		Marjorie Nogueira Chaves (UnB)	O Programa Trabalho Doméstico Cidadão e a reprodução da divisão sexual e racial do trabalho
		Larissa Marinho da Silva (IFPE) Vivian Barboza Leal Guimarães (IFPE) Orientadora: Anicélia Ferreira da Silva	Um olhar sobre nossas Mulheres Mil: histórias e problemas
		Jacqueline Fiuza da Silva Regis (UnB/FSU/Capes)	A representação discursiva da relação obstetra/parturiente num relato de parto: vestígios de violência obstétrica
		Vívian de Moura Dayrell (Uniceub/SEM/DF) Érika dos Santos Laurindo (SEM/DF)	Mulheres em rede: reflexões teórico-metodológicas do grupo de mulheres como uma modalidade de atendimento no CRAM
<b>Intervalo para almoço – 12h às 13h30</b>			

**EIXO 3: Avanços e contramovimentos para o alcance da emancipação e empoderamento da mulher brasileira. espaços sociais**

Local	Horário	Autor	Projeto
Auditório do Taguaparque	13h30 às 15h	Bartolomeu Lins de Barros Júnior (IFPE); Cara Snyder (IFPE); Filipe Dimon (IFPE); José Pestana de Aguiar D Agorreta D Alpuim (IFB)	Rugby como conteúdo de lazer, feminismo e competitividade no IF Sertão-PE
		Lidiane Ramos (IFB)	Processos de ressignificação, através da dança, em grupo, de corpos negros femininos por meio da interpretação de relatos de trajetória de vida
		Prince Vangeris Silva Fernandes de Lima (UnB)	Considerações sobre o envelhecimento de idosas homossexuais
		Drª. Ana Liési Thurler (UNB)	A conquista da igualdade no compartilhamento de reconhecimentos e cuidados com os filhos na maternidade e na paternidade
		André Gondim do Rego; Evelynne Katriny Silva de Sousa Miranda; Fernando Luiz Conceição Alves; Fabrícia Sarmento Sales (IFB)	Passagens de Carie Curie pelos livros didáticos: um estudo sobre gênero e história da ciência no ensino de Química
		Cleuma Maria Chaves de Almeida Docente (IFMA) Márcia Matos Silva Discente (IFMA)	Relacionando os conteúdos de Química com questões sociais e culturais: "cabelo bom <i>versus</i> cabelo ruim", as práticas químicas, culturais e ideológicas envolvidas nesse processo

EIXO 4: Fortalecimento do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Local	Horário	Autor	Projeto
Auditório do Taguaparque	15h às 16h	Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (IFB)	A inclusão digital no Programa Mulheres Mil – <i>Campus Gama</i>
		Rafaela Maria de Medeiros Fernandes Rocha Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (IFB)	Grupos de apoio ao parto: a experiência do ISHATAR Brasília
		Paula Gonçalves Rezende (IFG) Orientadora: Profª Dra. Marlene Teixeira Rodrigues (UNB)	Atenção à saúde de crianças na unidade de terapia intensiva neonatal do Hospital Regional de Ceilândia – DF: representações sobre maternidade e cuidado e o desafio de promover a equidade de gênero
		Cleuma Maria Chaves de Almeida, docente (IFMA) Vanderleia Lins de Oliveira, discente do (IFMA)	A química no Programa Mulheres Mil de Açailândia – MA: um estudo sobre a composição química do leite materno e as práticas de amamentação



Oficinas Manhã

Local	Horário	Tema	Facilitador(a)
Sala 1	8h às 10h	Saúde da Mulher – Autonomia no corpo e na vida.	Rita Polli – Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado da Mulher do DF
Sala 02	8h às 10h	Mutirão Rede Mulher de Informação, Formação e Cidadania, com a dinâmica “As Mulheres dão as Cartas”	Sandra Di Croce Patrício e Cláudia Afonso – Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado da Mulher do DF
Sala 3	8h às 10h	Alimentos alternativos	Gilmara Tobias Francisco Gachet
Sala 1	10h às 12h	Coaching pessoal – Realize seus sonhos!	Gabriela Mesquita Borges Santos
Sala 2	10h às 12h	Professora Alice e o Cookie	Vanessa dos Reis Brito
Sala 3	10h às 12h	“Mulher, negra, pobre e deficiente”	Franclin Costa do Nascimento

## Oficinas Tarde

Local	Horário	Tema	Facilitador(a)
Sala 1	14h às 16h	Brinquedoteca Crianças Mil: como montar a sua	Melina Salgado
Sala 02	14h às 16h	Pães Caseiros	Gilmara Tobias Francisco Gachet
Sala 3	14h às 16h	Oficinas de Artes Cênicas	Wbirajara de Almeida

Exposições		
Local	Horário	Tema
Hall do Centro Cultural Taguaparque	16h às 17h	Pôsteres
		Livros: "Mulheres Mil Poemas" e "Mulheres Mil Histórias"
		Mostras
		"Doces Mulheres Mil" ( <i>Campus Riacho Fundo</i> )
		Fotos e trabalhos do Projeto "Crianças Mil" ( <i>Campus Taguatinga Centro</i> )
		Artesanato com resíduo sólido ( <i>Campus Taguatinga</i> )
	Artesanato da Penitenciária Feminina do DF	
	17h às 18h30	Formatura e Encerramento do Evento.

## REALIZAÇÃO

Secretaria  
da Mulher



Secretaria de  
Políticas para  
as Mulheres

Ministério da  
Educação

